



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PRPG
CENTRO DE HUMANIDADES - CH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

**DA FLOR DA TERRA AOS GUERREIROS CARIRIS:
REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES DO CARIRI CEARENSE (1855–1980)**

CARLOS RAFAEL DIAS

Campina Grande (PB), março de 2014

CARLOS RAFAEL DIAS

**DA FLOR DA TERRA AOS GUERREIROS CARIRIS:
REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES DO CARIRI CEARENSE (1855-1980)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito final para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CAMPINA GRANDE - PB**

2014

Dias, Carlos Rafael

Da flor da terra aos guerreiros cariris: representações e identidades do Cariri cearense (1855-1980) / Carlos Rafael Dias. – Campina Grande, 2014. 169 f. il.

Orientador: Iranilson Buriti de Oliveira.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande.

Inclui Bibliografia.

1. Identidade. 2. Representação. 3. Cariri Cearense.
Iranilson Buriti. II. Título. III. Universidade Federal de Campina Grande.

CDD 981.306

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PRPG**

CENTRO DE HUMANIDADES - CH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

CARLOS RAFAEL DIAS

**DA FLOR DA TERRA AO GUERREIRO CARIRI: REPRESENTAÇÕES E
IDENTIDADES DO CARIRI CEARENSE (1855-1980)**

Esta dissertação foi julgada e aprovada no dia 18 de março de 2014, pelo orientador e membros da banca examinadora, composta pelos professores:

Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira –PPGH/UFCG

(Orientador)

Profa. Dra. Marinalva Vilar de Lima – PPGH/UFCG

Prof. Dr. Henrique Alonso Albuquerque Pereira – PPGH/UFRN

Profa. Dra. Regina Coelli Gomes Nascimento – PPGH/UFCG (Suplente)

CAMPINA GRANDE, 2014

Dedico esta dissertação aos meus pais, Antonio (*in memoriam*) e Creusa; às minhas esposas Rosângela (*in memoriam*) e Francinilda; aos meus filhos Sara Ravena, Talita Régia e Paulo Rafael; e ao meu neto Tomás: partes inalienáveis de mim, algumas que partiram e outras que se repartiram em vidas novas, permeadas de novos sentidos e sensibilidades.

AGRADECIMENTOS

Aos professores do PPGH/UFCG, pelos conhecimentos repassados, em especial a Iranilson Buriti, pela orientação precisa e o amparo amigo, e à Marinalva Vilar, cujo apoio foi indispensável para o desenvolvimento e conclusão da pesquisa. E de ambos, a satisfação e o privilégio de ter sido colega, na URCA, e depois aluno, no PPGH-UFCG.

Aos colegas do Mestrado, pelo convívio sempre prazeroso (mesmo nos momentos de ansiedade e angústia), em especial à Ana Cristina e Arleilma, com quem, desde os momentos iniciais dessa jornada, dividi, mais intensamente, parte dessas ansiedades e angústia, mas também a alegria pelos avanços obtidos.

A Gilson, Claudecir, Francilda e Inácio, pelo imenso apoio em Campina Grande.

Aos meus colegas do Departamento de História da URCA, professores e funcionários, pela torcida “quase uniformizada”, em especial às professoras Otonite Cortez e Jane Semeão, que com suas produções acadêmicas, muito me auxiliaram no desenvolvimento desta dissertação.

Aos professores Henrique Alonso (UFRN), Regina Coelli (UFCG) e Roberto Marques (URCA), pelas avaliações, correções, sugestões e pelo aval dado, incentivo para seguir em frente.

*O Cariri é uma doença fértil,
[...] e dela já morremos todos.*

Manifesto Caririal, jornal Folha de Piqui, Ano I, nº 3

RESUMO

Esta dissertação se propõe a analisar as identidades e representações da região do Cariri cearense, elaboradas a partir de produções historiográficas, jornalísticas e literárias realizadas no período de 1855 a 1980, com destaque para a obra dos intelectuais fundadores do Instituto Cultural do Cariri - ICC, entidade criada na cidade do Crato no ano de 1953 e que se destacou como um centro produtor de imagens e significados para a região. As fontes pesquisadas privilegiam os trabalhos publicados na revista **Itaytera**, órgão oficial do ICC e a obra de três historiadores que são considerados os principais mentores do Instituto: Irineu Pinheiro, José de Figueiredo Filho e Antonio Gomes de Araújo. Esses intelectuais se propõem a reformular o projeto identitário para a região do Cariri, que já vinha se efetivando, desde meados do século XIX, a partir de significações elaboradas na cidade do Crato e que produziram a representação de “Cidade da Cultura”. Igualmente, esta dissertação analisa a recepção do projeto identitário do ICC para a região pela opinião pública local, com destaque para os movimentos artísticos jovens, em um recorte temporal que compreende as décadas de 1960 e 1970.

Palavras-chave: Identidade, Representação, Região, Regionalismo, Cultura Popular, Cariri Cearense, Cultura Intelectual.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the identities and representations of Cariri, region located in south of Ceará, elaborated from the historiographical and literary production realized in the period 1855-1980, with emphasis on the production of the intellectuals founders of the Instituto Cultural do Cariri - ICC, an organization created in Crato in 1953 and that excelled as a center of production of images and meanings for the region. The research gives privilege for the magazine Itaytera, the official organ of the ICC and the production of three historians who are considered the main mentors of the Institute: Irineu Pinheiro, Jose de Figueiredo Filho and Antonio Gomes de Araujo. These intellectuals have proposed a redesign of the identity project for the Cariri, which had been effecting since the mid- nineteenth century , from meanings elaborated in Crato and that produced the representation of "City of Culture". Also, this dissertation analyzes the reception of the identity project of the ICC to the region by local public opinion, especially by young artistic movements, in a time frame that comprises the 1960s and 1970s.

Keywords: Identity, Representation, Region, Regionalism, Popular Culture, Cariri Ceará, Intellectual Culture.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FFC	Faculdade de Filosofia do Crato.
ICC	Instituto Cultural do Cariri.
IHGAC	Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará.
MOJUCRA	Movimento de Juventude do Crato.
MPB	Música Popular Brasileira.
UEC	União dos Estudantes do Crato.
UFCEG	Universidade Federal de Campina Grande.
URCA	Universidade Regional do Cariri.

SUMÁRIO:

UMA PALAVRA	12
APRESENTAÇÃO	16
CAPÍTULO 1: CRATO, CIDADE DA CULTURA	31
1.1 O SERTÃO QUER VIRAR MAR: O SONHO DO CARIRI INDEPENDENTE	39
1.2 A DANÇA DE DOMINÓ: O CORONEL É O LOBO DO CORONEL	45
1.3 “PIQUIZEIROS” <i>VERSUS</i> “ROMEIROS”: A RIVALIDADE ENTRE CRATO E JUAZEIRO	50
1.4 ENTRE A CRUZ E O TACAPE: A FÉ QUE MOVE CIDADES	58
CAPÍTULO 2: A NOVA HISTORIOGRAFIA CARIRIENSE	65
2.1 <i>O CARIRI</i> DE IRINEU PINHEIRO	68
2.2 FIGUEIREDO FILHO: O MUNDO VISTO DE UMA FARMÁCIA	79
2.3 PADRE GOMES: O “SAMURAI” E SUA “ESPADA AFIADA”	86
CAPÍTULO 3: O ICC REINVENTA O CARIRI	89
3.1 A REVISTA <i>ITAYTERA</i> E O MUSEU DO CRATO: A MEMÓRIA DIAGRAMADA	95
3.2 CARIRI, UMA DÁDIVA DO ARARIPE	99
3.3 DA “CIVILIZAÇÃO DO COURO” À “CIVILIZAÇÃO DA RAPADURA”: O CARIRI E SEUS ENGENHOS DE MEL, ARTES, OFÍCIOS E PRODUTOS DERIVADOS	103
3.4 OS DOCES BÁRBAROS: OS GUERREIROS CARIRIS NA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE REGIÃO E DA IDENTIDADE REGIONAL	106
3.4.2 O silêncio que grita: artefatos, imagens e imaginário dos cariris	109
3.5 A FOLCLORIZAÇÃO DA CULTURA POPULAR	114
3.6 O DISCURSO REGIONALISTA	118

CAPÍTULO 4: TRADIÇÃO <i>VERSUS</i> MODERNIDADE: RECEPÇÃO DO PROJETO IDENTITÁRIO DO ICC	122
4.1 DÉCADA DE 1970: TROPICÁLIA, PEQUIS AO VENTO	132
4.2 “A SÉTIMA GERAÇÃO TAPUIA”: EM BUSCA DE UMA NOVA UTOPIA	136
4.3 CARIRI, TERRITÓRIO LIVRE	140
CONSIDERAÇÕES (QUASE) FINAIS	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA	150
ANEXOS	162

UMA PALAVRA

Dez horas da manhã.
 Na sala de aula, duas altas janelas cortam
 o claro dos céus em pedaços.
 O professor profere a chamada.
 O verbo é ‘proferir’; ele nunca chama: ordena.
 Ele é padre, mas nada tem a ver com seus pares.
 Basta ver o corte da batina, a faixa à cintura
 que mais parece um obi de samurai.
 Postura de quem está sempre à espreita,
 aguarda o ataque.
 Pronuncia os nomes, não os repete; olha a cara de cada um,
 baixa a vista para o livro de anotações, escreve.
 O que contam esses registros?
 Depois, se não aprova o nominado,
 ele o dispensa antes do início da classe.

(...)

A aula começa.
 O professor comenta a diferença entre os homens do interior
 e os que ficaram pelos litorais,
 a arranharem a terra como caranguejos,
 dixit Frei Vicente do Salvador, ou Vicente Rodrigues Palha,
 nome laico do jesuíta baiano que descreveu a vida na Colônia.
 A linha de pensamento do mestre se insinua
 pelos meandros do rio São Francisco.
 É regida pelas observações do mais brilhante historiador
 de seu tempo, Capistrano de Abreu, ateu e, para seu desgosto,
 pai de uma freira que se refugiou no claustro
 e fez voto de silêncio.

Voltemos ao Padre, seu outro lado,
 seu silêncio martirizado no quarto de estudos,
 onde dormir é privilégio.
 Aí doma seus fantasmas, suas letras.
 Não tem com quem conversar, aprofundar argumentos,
 buscar o verme que contamina o miolo de seu fruto,
 o fruto vermelho da História.
 Busca nos alfarrábios, cruza garatujas de batistérios.
 E sempre Nascimento e Morte de permeio,
 desmontados em árvores desenhadas em páginas coladas,
 para chegar ao mais idiota descendente
 de um coronel qualquer da Guarda Nacional.

[...]

Um homem sozinho atravessa a cidade:
 batina negra, capa romana, faixa à cintura.
 Segue o trajeto que vai da igreja da Sé ao Ginásio.
 Quantas vezes terá feito esse percurso?

Saúda Tandô, sentado no meio-fio da praça.
 “Em que pensa esse padre, com jeito de homem”,
 se pergunta o anão?
 Aqui tudo é vigiado.
 A cada janela há um olho à espreita.
 O padre caminha sem prestar atenção a quem passa,
 nem atentar para quem se furta por detrás das gelosias.
 [...]

Passa o Padre Gomes e Tandô, o anão, se pergunta:
 “Em que diabo está pensando esse homem?”
 Somente hoje é possível compreender
 o porquê daqueles passos apressados,
 daquela inquietação permanente,
 de sua genialidade e equívocos.

(...)
 Tem um ar triste, inquieto.
 Pensa num mundo mais largo, sem cadeias,
 distante do jugo das genealogias,
 longe de um sol que é o mesmo sol de todos os dias,
 segundo Machado de Assis,
 onde nada existe que seja novo,
 onde tudo cansa, tudo exaure...¹

Neste texto poético, sem considerar as personagens históricas e literárias citadas, há somente duas figuras humanas: o protagonista, padre Antonio Gomes de Araújo, e um coadjuvante, Tandô. Não cheguei a conhecer a primeira, mas lembro-me bastante da segunda: um velhinho, de cor negra e cerca de um metro e meio de altura, que percorria, serelepe, as ruas do Crato, vestindo um traje exótico que lembrava um cangaceiro extemporâneo. Usava um chapéu de couro, uma espécie de farda de brim azul, de onde pendiam um sem-número de enfeites, como medalhas e fitilhos. Calçava chinelo currulepe² e ao peito pendiam-lhe, entrelaçadas, duas cartucheiras que, em vez de munições, acondicionavam pequenos frascos com líquidos de diversas cores. Esses vidrinhos, por ele chamado “mijo de moça”, era o seu meio de vida, vendidos como se fossem uma panaceia para vários males, como espinhela caída, mau olhado, dor nas juntas, coceira, pereba etc, além de fragrâncias dos mais diversos perfumes extraídos da flora regional.

Certa vez, escrevi um artigo sobre Tandô, que foi publicado em alguns blogues desenvolvidos no Cariri, recuperando em palavras, imagens e sentimentos que restaram

¹ Poesia de autoria do Everardo Norões intitulada **Um certo padre Gomes**. Disponível em <<http://cariricaturas.blogspot.com.br/2010/04/um-certo-padre-gomes-por-everardo.html>>. Acesso em: 16 ago. 2013.

² Sandália rústica feita de couro cru e borracha de pneu.

depois de tanto tempo em que foram registrados nos desvãos cada vez mais estreitos da memória. Naquela ocasião, jamais imaginaria que um dia iria escrever uma dissertação em que a obra do Padre Gomes seria uma das principais fontes. Porém, nascido e vivido em uma cidade do Cariri cearense³ e, principalmente, interessado na sua história,- o nome, a fama e a obra do Padre Gomes sempre me foram familiares. Essa aproximação, de certa forma, foi facilitada pela pequena biblioteca do meu pai (Antonio Rafael Dias), integrada, na sua maioria, por publicações de autores caririenses e sobre a história regional, dentre elas os livros de padre Gomes, além dos de Irineu Pinheiro e José de Figueiredo Filho, que formam uma espécie de trindade devotada à história regional, e se constituem as principais fontes e inspiração desta pesquisa.

Meu pai chegou a demonstrar admiração e orgulho por ter um filho professor. Esta admiração, assim acredito, talvez o tenha motivado a, a alguns meses antes de sua morte e renunciando a proximidade do inevitável fim, ele ter legado a mim a sua biblioteca, formada meticulosamente ao longo de sua extensa existência. Nem precisou escrever um testamento, visto que os livros eram a maior parte dos seus bens e, no seu entender, eu era o herdeiro incontestável deles. Além dos livros da tríade citada, herdei-lhe toda a coleção da revista **Itaytera**, publicada anualmente pelo Instituto Cultural do Cariri (ICC), uma riquíssima fonte da história regional que agora, mais do que nunca, tanto me interessa e tanto me auxiliou no entendimento de questões sobre as quais me debrucei para dar conta do desafio que foi escrever esta dissertação.

A despeito de um significativo tempo de magistério no ensino superior junto à Universidade Regional do Cariri (URCA), só recentemente decidi enveredar pelo domínio da pesquisa, já perto de inteirar a emblemática marca de meio século de vida. E a falta de traquejo nessa área representou, decerto, um obstáculo a mais. Por isso, as memórias que vieram à tona, impulsionadas pelo sentimentalismo que aflorou na distância do *solo materno*, ajudaram a recuperar estágios importantes da minha trajetória pessoal e que se relacionam, de alguma forma ao contexto histórico que dizem respeito à investigação realizada.

Algumas imagens evocadas na poesia que abre esses escritos – o Seminário do Crato, a Igreja da Sé, o Ginásio Diocesano – me são marcantes por serem referências do espaço urbano da minha cidade natal e representações da sua história, marcas fortes de

³ Região localizada no extremo sul do Ceará, assim chamada para diferenciar-se de região homônima e mais antiga existente na Paraíba. Doravante, será tratada simplesmente por Cariri.

identidades. Por isso, esses versos foram escolhidos (talvez convocados) para servir de abre-alas desta pequena apresentação, representando a diversidade dos objetos de pesquisa deste trabalho acadêmico, que trata de identidades e representações.

Neste trabalho, uma significativa parcela do que se traduz em referência a identidades e representações do Cariri foi por mim apropriada, de alguma maneira, seja como parte do meu próprio exercício de construção identitária, seja como matéria prima para a bricolagem que ajuda a inventar e reinventar o cotidiano. Por isso, os leitores podem estranhar a ocorrência e recorrência com que memórias e impressões pessoais imiscuem-se no texto. Se isso for compreendido como um ultraje ao rigor acadêmico, confesso não ter sido essa a minha intenção.

Sem mais delongas, vamos ao que interessa...

APRESENTAÇÃO

Uma canção bastante conhecida no Cariri tem um verso, no mínimo, intrigante: “se não fosse o Cariri não existia o Ceará”⁴. É um verso pretensioso, se se considerar que o Cariri é uma região interiorana que faz parte do Ceará, unidade territorial e política historicamente constituída desde os momentos iniciais da colonização brasileira, que, regra quase geral, iniciou-se pelo litoral.

Além da possibilidade de ser uma licença poética, permitida à imaginação dos artistas e literatos, seria o verso acima transcrito um erro histórico, fruto de um bairrismo exacerbado ou de um recalque recôndito? Ou poderia ser também um desabafo ou uma manifestação de causa política frente a uma conjuntura de preterimento da região caririense às políticas públicas desenvolvidas pelos governos em benefício da região litorânea? Considero mais apropriada a segunda situação, visto que o verso ecoaria uma situação que vem motivando, reiteradas vezes ao longo da formação histórica do Cariri, campanhas que vão desde a valorização da região até a sua separação do restante do estado, constituindo uma nova unidade político-administrativa.

Afinal, a região do Cariri apresenta interessantes particularidades tanto nos seus aspectos naturais quanto na sua formação histórica. O meio ambiente caririense é atípico em relação à quase totalidade do interior nordestino, comumente chamado sertão, devido ao seu clima semiárido, solo geralmente pobre e vegetação de caatinga. A natureza caririense, no entanto, é diferenciada por ser dotada de fontes perenes de água, solos férteis, vegetação diversificada e clima ameno em boa parte do ano – fatores de condicionamento natural decorrentes, em grande parte, da presença da Chapada do Araripe, imponente planalto localizado na divisa dos estados do Ceará, Piauí e Pernambuco (PINHEIRO, 2010a; FIGUEIREDO FILHO, 2010a).

Assim, a natureza caririense é causadora de fascínio e de enlevo aos olhos e espírito daqueles que a avistam pela primeira vez; mas, principalmente, é motivadora de uma peculiar formação cultural da região. Desta forma, há uma interação entre natureza e história, haja vista a importância que o território exerce sobre as determinações de uma sociedade historicamente constituída, conforme alerta Barros (2006).

⁴ De autoria de Alembert Quindins, compositor caririense natural de Nova Olinda. A composição, premiada no Festival de Música Popular Brasileira Thomas de La Rue, no Rio de Janeiro, foi registrada em disco nos anos de 1980, sendo regravaada por outros artistas cearenses.

Como resultado desta interação, desenvolveram-se atividades econômicas e relações de produção bastante peculiares em relação às atividades produtivas que viabilizaram a colonização brasileira. A partir da complementaridade entre a agricultura e a pecuária, derivadas de dois elementos ditos civilizadores do Nordeste brasileiro – a cultura canavieira e a criação de gado – o engenho de rapadura é considerado uma empresa que viabilizou o desenvolvimento econômico e deu feições próprias à cultura do Cariri. Essa indústria tradicional é força motriz da formação sociocultural caririense, daí esta região ser simbolicamente designada “civilização da rapadura”⁵.

A colonização da região contou com missões evangélicas de sacerdotes católicos da Ordem dos Capuchinhos, sediada em Recife, Pernambuco, que fundaram na região um aldeamento indígena, origem da cidade do Crato, já nas primeiras décadas do século XVIII (ARAUJO, 1971).

No primeiro quartel do século XIX, o Cariri destacou-se pela participação nos movimentos políticos emancipacionistas de caráter liberais e republicanos, eclodidos em Pernambuco. A Revolução de 1817 e a Confederação do Equador, de 1824, repercutiram no Cariri por intermédio de um núcleo familiar tradicional e legaram à história regional uma heroína (dona Bárbara de Alencar), um mártir (Tristão Gonçalves) e um político astucioso (José Martiniano de Alencar)⁶.

O Cariri também foi palco de um movimento militar de cunho reacionário liderado por Pinto Madeira, chefe político local de orientação monarquista. Foi a insurreição absolutista eclodida na região após a abdicação do Imperador Pedro I ao trono brasileiro, em 1831. Ao lado do Vigário da Vila de Jardim, o padre Antônio Manoel de Sousa, Pinto Madeira organizou uma milícia de cerca de dois mil homens, a maioria armada com toscas espingardas, e invadiu a Vila do Crato, onde perseguiu pessoas simpatizantes dos liberais que teriam forçado o ato de renúncia do Imperador. Segundo consta na historiografia local, Pinto Madeira, durante a invasão do Crato, não conteve a violência dos seus comandados, que saquearam o comércio e residências, cometeram assassinatos e queimaram arquivos públicos. A Câmara de Crato decretou a prisão de Pinto Madeira, que, pressionado pelo governo regencial, negociou sua rendição em troca de garantia de vida. Pinto Madeira retornou preso ao Ceará em 1834. Em Crato, foi condenado à morte por enforcamento por

⁵ O termo “civilização da rapadura” foi utilizado em um artigo que escrevi sobre a formação econômica do Cariri e que se encontra disponível em <<http://blogdocrato.blogspot.com.br/2007/12/seguindo-o-esquema-proposto-por-darcy.html>>. Acesso em: 1 set. 2013.

⁶ A repercussão da Revolução de 1817 no Cariri é tratada em vários livros de autores caririenses, entre os quais sugerimos o de Pinheiro (2010b: 57-62), Figueiredo Filho (2010a: 61-96) e Rafael (2011: 23 – 42).

um júri composto, na sua maioria, por inimigos seus. Sem conseguir apelação, alegou sua condição de coronel e pediu para ser fuzilado⁷.

Em 1828, segundo Pinheiro (2010b, p. 90), vereadores cratenses dirigiram ao governo uma representação, solicitando a criação da Província do Cariri Novo, tendo o Crato como sede administrativa. Seria a primeira de várias iniciativas visando tornar o Cariri uma unidade política autônoma. Em 1839, conforme ainda Pinheiro (*Idem*, pp. 123-124), pedido semelhante ao de 1828 foi feito pela Câmara de São Mateus, hoje Jucás, em ofício expedido ao “Corpo Legislativo” do Brasil. Seguiram-se outras tentativas ao longo dos séculos XIX e XX.

Na segunda metade do século XIX, o Cariri foi palco de acontecimentos relacionados à religiosidade popular que se já manifestava fortemente na região: os supostos milagres do Juazeiro do Norte⁸, protagonizados pelo hoje lendário Padre Cícero Romão Batista. No ano de 1889, durante uma missa celebrada pelo Padre Cícero, a hóstia ministrada à Beata Maria de Araújo transformou-se em sangue na boca da religiosa. Segundo relatos, tal fenômeno repetiu-se diversas vezes durante cerca de dois anos, provocando uma polêmica que ainda hoje perdura. Em decorrência, uma série de epifenômenos sociológicos aconteceu na região, a exemplo da comunidade camponesa do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, liderada pelo Beato José Lourenço, um apadrinhado do Padre Cícero, que guarda semelhança com o Arraial de Canudos, tanto na experiência coletivista que ensejou quanto no seu trágico fim, destruída por forças policiais no ano de 1937⁹.

Principalmente pela sua formação antropológica, com a presença das etnias básicas que moldaram o povo brasileiro, o Cariri é recorrentemente descrito, em reportagens jornalísticas e estudos diversos, como um centro de manifestação de cultura popular, sendo, assim, seria uma região emblemática da cultura brasileira. Esta posição seria

⁷ Sobre a Revolução Absolutista liderada por Pinto Madeira, conferir Pinheiro (2010b, pp. 90-120).

⁸ Cidade caririense, hoje a segunda maior do estado, que teve sua origem em um minúsculo povoado cratense. Será identificada, neste estudo, apenas como Juazeiro.

⁹ Os fenômenos messiânicos, típicos da religiosidade popular, sempre se constituíram referências, estereotipadas ou não, na construção da imagem do Nordeste, principalmente a partir da publicação do livro **Os Sertões**, de Euclides da Cunha. O livro foi escrito com o material produzido por Euclides como correspondente do jornal **O Estado de S. Paulo** na cobertura da Guerra de Canudos, no finalzinho do século XIX. Em suas devidas proporções, o fenômeno do Padre Cícero veio a reforçar esta imagem, que, na década de 1920, também foi foco de reportagens feitas por aquele jornal. Além do mais, ao longo dos últimos cem anos, principalmente após a morte do Padre Cícero, um avantajado número de estudos foram publicados sobre os supostos milagres de Juazeiro, com destaque para o livro **Milagre em Joazeiro**, do autor norte-americano Ralph Della Cava, obra considerada um marco da historiografia sobre o sacerdote juazeirense, que foi recentemente relançada pela editora Companhia das Letras.

também por conta de um diversificado patrimônio cultural que se manifesta tanto em expressões e linguagens tradicionais como em obras contemporâneas: música, canto, dança, poesia, festejos e representações diversas que se expressam em palavras, falas, gestos, crenças, imagens e formas.

Dentre as expressões de artistas populares, geralmente oriundas do campo, destacam-se bandas cabaçais¹⁰, cantadores penitentes, emboladores, poetas, violeiros, sanfoneiros, rabequeiros, bacamarteiros, artesãos de madeira, couro, palha, corda e barro e danças, como Reisado, Bumba Meu Boi, Quadrilha Junina, Pau de Fita (Tracelim), Maneiro Pau, Coco e São Gonçalo¹¹.

O Cariri também teria se destacado como pioneiro na difusão do conhecimento pela educação formal. Em 1875, era fundado na cidade do Crato o Seminário São José, responsável pela formação de sacerdotes católicos para atuação em todo o Nordeste brasileiro (PINHEIRO, 2010b, p. 160). No início do século XX, o Crato, então o maior centro urbano da região, passa a ser representado como “Cidade da Cultura”, devido, em parte, à presença de instituições de ensino voltadas para jovens provenientes de regiões circunvizinhas que lhe ocorriam em busca da formação educacional básica, além de todo um suporte civilizatório que foi instituído justamente para dotar a cidade desse ostentativo título¹². No início da segunda metade do século em questão, foi fundada nessa cidade a primeira instituição de ensino superior da região: a Faculdade de Filosofia do Crato.

Nas décadas de 1950 e 1960, os municípios de Crato, Juazeiro e Barbalha, os mais populosos e desenvolvidos da região, mantinham conjuntamente a fama e a infraestrutura

¹⁰ Conjunto musical típico do interior cearense, notadamente da região do Cariri. Sua origem remonta às tradições portuguesas, africanas e principalmente indígenas, como é o caso da Banda Cabaçal mais famosa do Ceará, a dos Irmãos Aniceto, do Crato, descendentes de índios cariris. É composta, geralmente, por cinco músicos, divididos em dois tambores, um maior chamado de zabumba e outro menor chamado caixa; duas flautas rústicas, feitas de taboca, chamadas pífaros ou pífanos, e um prato de metal, introduzido a partir da influência das bandas marciais.

¹¹ Os primeiros estudos sobre as manifestações da cultura popular do Cariri datam da década de 1930, quando a região foi visitada pela Missão de Pesquisas Folclóricas, idealizada por Mário de Andrade e financiada pelo Departamento de Cultura do governo de São Paulo. Em seguida, o escritor cratense J. de Figueiredo Filho, no âmbito do crescente interesse acadêmico sobre o folclore brasileiro, passou a inventariar suas manifestações, o que resultou nos livros **O folclore no Cariri**, publicado pela Imprensa Universitária do Ceará em 1962. Na década de 1980, foi lançado, pela editora Nação Cariri e Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, o livro **Cultura Insubmissa - Estudos e Reportagens**, de autoria de Oswald Barroso e Rosemberg Cariry. Este livro reúne uma série de reportagens publicadas em jornais e revistas sobre manifestações culturais presentes no Ceará, com destaque para a região do Cariri. Desde a década de 1990, a cultura popular caririense é motivo de pesquisas acadêmicas em programas de mestrado e doutorado, com destaque para a dissertação de Rosilene Alves de Melo **Arcanos do Verso: trajetórias da Tipografia São Francisco em Juazeiro do Norte (1926-1982)**, adaptada e publicada em livro pela editora 7Letras em 2010, sob o título *Arcanos do Verso: trajetórias da literatura de cordel*.

¹² Sobre a construção da representação de “Crato, Cidade da Cultura” ou “Capital da Cultura” é indispensável a referência de Cortez (1999), amplamente trabalhada no primeiro capítulo desta dissertação.

que os credenciavam como o mais importante centro de todo o sul do Ceará: escolas de ensino básico, públicas e privadas, e instituições de ensino superior, instituições de produção e difusão artístico-cultural, emissoras de rádio, entidades sindicais, clubes de serviços, clubes de lazer, salas de teatro e cinema, periódicos de comunicação, como jornais e revistas; a maior feira de agronegócios do interior do Nordeste, romarias, repartições públicas federais e estaduais, representantes nas esferas políticas superiores, personalidades de destaques em vários campos profissionais etc. O Crato, especificadamente, era reconhecido como um município-modelo e um prestigiado espaço de influência cultural sobre as demais comunas da região circunvizinha. Juazeiro, por sua vez, se consolidava como o mais importante centro urbano regional, apresentando um acelerado ritmo de crescimentos econômico e demográfico, movido pelas crescentes romarias, pujança industrial e movimentado comércio¹³.

Em 1953, um grupo de intelectuais, com destaque para Irineu Pinheiro, Antonio Gomes de Araújo e José de Figueiredo Filho, fundou em Crato o Instituto Cultural do Cariri (ICC)¹⁴. Apesar de ter sido fundado em data ligeiramente anterior, a instalação do ICC aconteceu, mais do que coincidência, no âmbito da programação comemorativa do centenário de elevação do Crato à cidade, em outubro de 1953, o que empresta ao acontecimento uma forte carga simbólica. Pinheiro (2010b, p. 242) registrou a sessão de posse da primeira diretoria da entidade, liderada pela tríade acima elencada, nas respectivas funções: presidência, vice-presidência e secretaria geral.

Entre os anos de 1960 e 1970 emergem na região, com significativa atuação e poder de influência, coletivos de estudantes, intelectuais e artistas que, cada um a sua maneira, vão produzir ideias e discursos concatenados com o processo global de transformação que ocorria nos principais centros mundiais. Os movimentos de arte, por exemplo, através de suas produções, tanto de bens como de eventos, vão propor, a partir do projeto identitário capitaneado pelos intelectuais do ICC, novas possibilidades de pensar e elaborar identidades e representações a partir do regional¹⁵.

¹³ Por ocasião da comemoração do centenário de elevação do Crato à categoria de cidade, em 1953, foi publicado o livro **Cidade do Crato**, escrito em parceria de Irineu Pinheiro e José de Figueiredo Filho. Na obra, consta uma pormenorizada descrição da infraestrutura da cidade, que, na época, era chamada “cidade modelo do Ceará”. O livro foi relançado em 2010 e integra a referência bibliográfica desta dissertação.

¹⁴ Doravante, identificado apenas pela sigla ICC.

¹⁵ Sobre esse período de grande efervescência na região do Cariri, existe um interessante e bem elaborado estudo intitulado **Contracultura, tradição e oralidade: (re)inventando o sertão nordestino na década de 70**, publicada pela editora Annablume em 2004. A obra é originalmente uma dissertação de Mestrado de autoria de Roberto Marques, intitulada **A região Evanescida. Liberdade e irreverência na Cidade da Cultura**.

Por tudo isso, o objeto central desta dissertação é a região do Cariri, suas identidades e representações, temática que se vincula à área de concentração do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, que, destacando os campos culturais e sociais da produção historiográfica, oferece uma linha de pesquisa voltada para o estudo entre as relações de poder e a questão das identidades. A problemática formulada nesta dissertação se apoia nessa diretriz metodológica, ao analisar, à luz de pressupostos teóricos contemporâneos, as práticas e representações formuladas a partir de projetos identitários regionais.

O filtro central por onde se procura, de forma privilegiada, conhecer e analisar a região, notadamente nos seus aspectos identitários e representacionais, é a produção intelectual realizada, tendo como referência o ICC, que assumiu, na época, a missão de ser o centro de produção e difusão de ideias geradoras de discursos que representassem, legitimassem e consolidassem um conceito novo e original de região, imbuído de uma identidade histórica e cultural que a tornava “um dos mais característicos trechos do Nordeste brasileiro”. (PINHEIRO, 2010, p. 5)

Nesta produção, é lançado um especial olhar na obra do núcleo central e fundador do ICC: Irineu Pinheiro, José de Figueiredo Filho e Antonio Gomes de Araujo, merecedores de destaque por se tratar de intelectuais, representantes de uma geração local, que assumiram a incumbência de pensar o Cariri como uma região detentora de identidade própria, a partir do processo histórico que foi tido como impulsionador de uma peculiar formação sociocultural. Igualmente, utilizamos, principalmente, a primeira fase editorial da revista **Itaytera**¹⁶, periódico de circulação anual editado pelo ICC, como uma preciosa fonte de pesquisa, visto que nela foram veiculados trabalhos de autoria tanto do trio acima citado como de colaboradores diversos, que debateram questões regionais permeadas de pontos de vista que remetem à construção de representações e identidades.

Vale ressaltar, no entanto, que ao serem citados nominalmente enquanto elaboradores e difusores dos discursos acerca da região do Cariri, estes sujeitos não são apresentados como indivíduos em si, mas como sujeitos instituintes, articuladores de ideias e formulações que foram pensadas e produzidas por uma significativa rede de sujeitos. Aproveita-se aqui o ponto de vista de Albuquerque Júnior (2009) acerca da importância do

Memórias do Crato na década de 1970, defendida em 2001. Esta obra serve como principal referência para o último capítulo desta dissertação, onde se procura analisar a influência do projeto identitário regional formulado pelos intelectuais fundadores do ICC na geração das décadas de 1960 e 1970.

¹⁶ A aludida primeira fase de **Itaytera** refere-se ao período em que a revista foi editada sob a orientação de José de Figueiredo Filho: de 1955 a 1972.

discurso regionalista no contexto da reelaboração da consciência nacional, que teve nos intelectuais do ICC um exemplo de militância que envolve a produção meticulosa de uma compilação discursiva e imagética, com o aproveitamento de sensações, imagens e textos sugeridos por sujeitos que, apesar de dispersos, expressam-se através de diversos canais ou espaços de manifestações. São esses sujeitos compactuadores de uma determinada consciência ou sensibilidade ou vertentes de saber e informação ou de relações ou projetos de poder no âmbito de um espaço dito regional.

O CONJUNTO DA OBRA

O primeiro capítulo deste trabalho trata da construção do Crato como “Cidade da Cultura”, vista como uma representação que antecede e influencia o projeto identitário proposto pelos intelectuais do ICC. Esta representação cratense é formulada a partir de um conjunto de práticas e discursos representacionais que foram introjetados na opinião pública, ao longo de um período de tempo, cujos extremos são, de um lado, a repercussão na região dos movimentos independentistas de cunho liberal-republicano nas primeiras décadas do século XIX¹⁷, e, de outro, a fundação e atuação do ICC, no início da década de 1950.

Para discorrer sobre esta representação recorri notadamente à dissertação de mestrado **A construção da cidade da cultura: Crato (1889-1960)**, de autoria de Otonite Cortez, além de me valer de outras fontes complementares, como ocorre nos tópicos dos capítulos, as quais são especificadas, nesta introdução, quando necessárias.

Por tratar-se de um antecedente direto da temática central trabalhada, este primeiro capítulo mostra-se essencial para o desenvolvimento satisfatório deste trabalho, haja vista o fato de o ICC ser resultado direto desta construção identitária cratense e de toda a conjuntura que lhe é pertinente. A despeito de significativas reformulações, a posição de centro regional de produção e difusão de valores culturais norteadores de condutas tidas como civilizadas e civilizadoras, reivindicada inicialmente pelos chamados “especialistas da produção cultural¹⁸” cratenses, continuou a ser defendida pelos intelectuais fundadores do ICC.

¹⁷ No caso, a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador, em 1924.

¹⁸ Expressão conceitual utilizada por Cortez (1999), para quem havia uma produção discursivo-imagética, propositiva de identidades e representações com fins de afirmar a “superioridade” cratense enquanto núcleo disseminador de um projeto civilizador para a região do Cariri. Sobre esta expressão, cf. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

Neste primeiro capítulo também é abordada a causa do Cariri em tornar-se uma região politicamente autônoma, que se supunha ser necessária para a conquista do patamar de civilização pretendido. A consecução deste intento, tendo o Crato como centro administrativo, garantiria ao Cariri equiparar-se às regiões litorâneas em desenvolvimento econômico e cultural que o livrasse dos perigos de retrocesso, cujo um dos principais sintomas era a arbitrariedade exercida pelos chefetes locais, além do império da violência e o estado de ignorância a qual estava submetido a grande maioria da população.

Ainda no primeiro capítulo, analisa-se um evento de grande repercussão na conjuntura regional, visto ter sido utilizado como um marco de mudança de curso na política local: a deposição do coronel José Belém de Figueiredo, então longo chefe oligarca cratense. Este caso é analisado a partir das práticas políticas e culturais do coronelismo e do clientelismo, muito arraigadas na região. Mas o ponto central deste enfoque não é a sua interpretação sob o ponto de vista sociológico e, sim, a percepção de como o episódio é manipulado enquanto estratégia a serviço da construção simbólica do Crato enquanto “Cidade da Cultura”, como mecanismo de continuação de um passado que tem nos marcos históricos e nos personagens-modelo seus principais suportes.

Neste contexto, tendo em vista a perspectiva de Woodward (2000) de que as identidades não são unificadas, devido à existência de contradições no seu interior, abordamos o bairrismo existente entre segmentos representativos das duas principais cidades da região – Crato e Juazeiro –, com a análise de suas origens, ações de enfrentamento e políticas de negociação, bem como a sua repercussão na produção intelectual que se ocupa em pensar o Cariri em seus aspectos culturais comuns. *A priori*, antecipamos que a origem desta rivalidade remonta às questões religiosas e políticas, que têm o Padre Cícero como o principal protagonista.

E é nesse “revés” que se observa nas pretensões de se determinar uma identidade singular para a região e seus habitantes, que se pode antever a expansão do leque identitário a partir das oposições que afloram.

Por outro lado, no entanto, a construção representacional do “Crato, Cidade da Cultura” contou, em determinados momentos, com estratégias bem elaboradas, planejadas de forma deliberada. É o que ocorre quando os “especialistas da produção cultural” cratenses narram a história local, sacralizando o passado e procurando incutir uma tradição idealizada nos seus conterrâneos. Além da produção historiográfica, chama atenção o estabelecimento de um calendário cívico e festivo e a espacialização histórica da cidade,

com a demarcação de lugares de memória referenciais de protagonismos e protagonistas que imprimiram um caráter épico na sua história.

Ao final do primeiro capítulo, é analisada a influência do catolicismo no imaginário e no cotidiano regionais. Importante ressaltar, de início, que o legado católico é reivindicado pelos intelectuais cratenses a partir do próprio marco fundante da cidade, o que veio a determinar outra representação identitária do Crato como “A Cidade de Frei Carlos”, fundador de um aldeamento indígena: a Missão do Miranda, pretendido núcleo originário da cidade.

A força do catolicismo na região foi se solidificando à medida que práticas e manifestações de religiosidade popular vão se difundindo, tendo como ápice os chamados fatos extraordinários de Juazeiro. Fortemente decidido a corrigir o que julgava um desvio de rota do autêntico catolicismo, a hierarquia clerical responsável jurisdicionalmente pelo Cariri fecha o cerco sobre a problemática com ações concretas, a exemplo da construção de um seminário para a formação de presbíteros, inaugurado em 1875, e a implantação da Diocese de Crato, em 1914.

O segundo capítulo trata de uma nova abordagem historiográfica que passa a nortear as pesquisas produzidas no Cariri, a partir da década de 1950. Essas pesquisas, por sua vez, são produzidas na perspectiva de se formular um conceito de região para o Cariri, suas representações e identidades.

Anterior a esta “nova” historiografia, a história caririense era vista sob o filtro de um passado sacralizado, feita de forma empírica a partir da memorização de eventos estudados com pesquisa erudita de fontes escritas, constituindo-se uma produção discursiva com vistas à construção da representação da “Cidade da Cultura”. Era a história regional produzida do ponto de vista de um projeto local, no caso o cratense.

Observa-se, a partir da década de 1940, a recepção local dos primeiros sinais dos movimentos de renovação no pensamento da identidade nacional, com a influência da estética modernista e do novo discurso regionalista, o que renderá uma obra tida como um marco divisor na historiografia regional: o livro **O Cariri** - seu descobrimento, povoamento, costumes, de autoria de Irineu Pinheiro.

Neste segundo capítulo, é analisada a importância desta obra para as novas propostas de formulação de um projeto identitário para o Cariri, destacando o seu valor como escrita historiográfica, que alia uma narrativa fluente com a abordagem de novas temáticas e uso de fontes de pesquisa até então inéditas na produção regional. Pela

primeira vez, no caso caririense, a cultura popular tem um local de destaque na história escrita, além de serem privilegiados certos aspectos investigativos, como o enfoque da vida privada, da mentalidade e do cotidiano.

Neste capítulo, também é observada a contribuição de José Figueiredo Filho e Antonio Gomes de Araujo na renovação metodológica da historiografia sobre o Cariri, a partir, no caso do primeiro, de estudos sobre a cultura popular caririense, mesmo que feitos sob a perspectiva folclórica que imperava na época; e, no caso do segundo, do rigor teórico e metodológico que norteava suas pesquisas.

No terceiro capítulo, abordamos os elementos discursivos e imagéticos sinalizadores de sentidos e significados para a região, que serão uma constante na produção cultural realizada pelos acadêmicos do ICC. Nesta ação é destacada a publicação da revista **Itaytera**, considerada a mais importante realização da entidade, além da criação do Museu Histórico do Crato, tido, por excelência, como um espaço de memória, no sentido proposto por Nora (1993).

O primeiro elemento discursivo e imagético analisado é o território natural, cujo ícone principal é a Chapada do Araripe, comumente descrito em função das favoráveis condições geoeconômicas que distinguem o Cariri do restante do espaço nordestino e o conferem um *status* de superioridade, além de constituírem uma importante referência na elaboração do conceito de região e da identidade regional.

Na sequência da abordagem dos elementos discursivos e imagéticos, é feita uma análise de como o legado cultural do indígena é descrito nas narrativas sobre a emergência do Cariri e como ele é utilizado na elaboração do conceito de região e de identidade caririense. Veremos que a sua descrição comporta ambiguidades, visto que ora o indígena é focado sob um viés romântico, onde se reproduz o mito do bom selvagem; ora é tratado como um guerreiro belicoso, agenciador e tenaz no enfrentamento do “colono invasor”¹⁹.

No âmbito dos estudos realizados pelos intelectuais do ICC, destaca-se a contribuição dos indígenas nos costumes, hábitos, fazeres e saberes da população, notadamente dos moradores da zona rural. Neste ponto, a figura do indígena é enaltecida e valorizada como sendo matriz de alguns traços do caráter caririense, a exemplo do estereótipo de bravo guerreiro que resiste às deletérias influências alienígenas.

¹⁹ Sobre o ramo indígena que habitava a região sul do Ceará, em épocas de pré-colonização dessa região, e sobre o povoamento do Cariri pelos desbravadores do chamado ciclo do gado ver Figueiredo Filho (2010a, pp. 5-28).

No campo do imaginário, observa-se uma forte influência do legado dos cariris, a exemplo de mitos e lendas que povoam o inconsciente coletivo da população caririense, com destaque para o mito da Pedra da Batateira²⁰.

Outra influência indígena na formação caririense se dá na própria definição de conceito de região, nos aspectos de sua delimitação territorial ou fronteiras móveis ou imaginárias – o que é sintomático a partir do topônimo que designa o espaço regional. Nesta questão, confrontamos o ponto de vista de alguns intelectuais caririenses com a ideia de fronteira étnica, formulada por Barth (1998).

Finalizando o terceiro capítulo, tratamos de dois tópicos que se imbricam e se complementam: a folclorização da cultura popular e o discurso regionalista.

Além da história e da memória, os intelectuais do ICC, na formulação dos discursos identitários e representacionais, dedicaram-se também à literatura, às artes e aos costumes regionais. Assim, a cultura popular, compreendida naquele contexto como manifestações do folclore regional, e em especial as expressões artísticas, constituiu-se em um elemento discursivo bastante referenciado como suporte da identidade caririense.

A partir dos festejos de comemoração do centenário da cidade do Crato, evento a que os fundadores do ICC deram a chancela cultural e histórica, o folclore regional passou a ser uma espécie de cartão de visita da região nos eventos de grande repercussão realizados no Cariri e alhures. Desta forma, o ICC incorporou a valorização da cultura popular ao seu programa de ação, transformando-a em uma verdadeira causa para o órgão.

A relação do ICC com a cultura popular é tutelar, de cunho paternalista. Dentre os intelectuais desse Instituto que defenderam essa relação, José de Figueiredo Filho era o mais entusiasta. Figueiredo Filho foi um folclorista na verdadeira acepção da palavra, que, além de estudioso do tema, assumia uma postura de militante, chegando a fazer parte da atual Comissão Cearense de Folclore, seção estadual da Comissão Nacional de Folclore, órgão formulador de política de “proteção” às manifestações da cultura tradicional brasileira.

²⁰ Batateira ou batateiras, segundo Figueiredo Filho (1955, p. 1), é uma corruptela da palavra *itaytera*, que em língua indígena que dizer “água que corre, precipitando-se por entre pedras”, expressão utilizada para designar a mais volumosa das fontes da encosta da Chapada do Araripe, a nascente da do rio Itaytera. Sobre o mito da Pedra Batateira, uma de suas variantes é uma lenda muito difundida no Cariri, que se refere a uma enorme pedra existente sobre uma caudalosa fonte sopedânea. Esta pedra conteria a força das águas serranas, impedindo que o vale do Cariri, notadamente o Crato que se situa em uma depressão topográfica, seja inundado. Reza uma profecia, no entanto, que, um dia, momento de acerto de contas dos indígenas cariris com os brancos colonizadores que os perseguiram e lhes roubaram a terra, essa pedra rolará, provocando a temida inundação.

O ICC assumiu, assim, a causa do folclore regional como o principal responsável pelo seu renascimento, visto que este se encontrava recôndito e ainda submetido ao preconceito de um contestável paradigma de progresso, para o qual as manifestações culturais tradicionais eram sinônimo de atraso.

Essa folclorização é vista a partir do ponto de vista de Certeau (1955), para quem existem segundas intenções neste tratamento dado à cultura popular, visando, sobretudo, sua institucionalização, eliminando os eventuais perigos que possam representar ao *status* oficial.

Por fim, temos uma discussão sobre o regionalismo na sua versão discursiva, um enfoque muito caro à causa de defesa “intransigente” da região do Cariri, assumida pelos intelectuais do ICC.

Os intelectuais do ICC são, na essência, “intelectuais regionalistas”, desempenhando um papel relevante de sujeitos instituintes, conforme o ponto de vista de Albuquerque Jr. (2010), que chama a atenção para a possibilidade de que as imagens e enunciados do discurso regionalista sejam agenciados por diferentes sujeitos, articuladores que são de conceitos, temas e formas de enunciação que se manifestam originalmente dispersos.

O sujeito instituinte, através do discurso regionalista, busca imprimir uma nova consciência ao espaço regional, a partir de duas situações motivadoras: de um lado, a sensação de distância dos centros de decisão política, econômica e cultural, daí ele ser porta-voz de denúncia; e de outro, o sentimento de exaltação à região. No caso do Cariri, essa tônica denúncia-exaltação é mediadora da relação de oposição entre o litoral e o sertão. A identidade caririense também se constrói pelo que a região e seus habitantes se diferem de espaços e de populações antípodas e que se lhes opõem..

Outra faceta que emerge nesse debate acerca do discurso regionalista é a causa do progresso reivindicada pelo estatuto de uma modernidade peculiar, onde elementos da tradição, a exemplo do folclore, lhe servem de matéria-prima. A tradição, conceitualmente analisada a partir da ótica de Hobbsbawn e Ranger (1984), é vista como um “antídoto” contra os males do progresso deletério que se impõe de fora.

Não se trata somente do regionalismo enquanto conceito sociológico em si, mas de uma consciência regional maniqueísta cultivada para o enfrentamento que se julga necessário contra a invasão de valores estranhos e deturpadores da cultura e da identidade regionais.

A tradição, que se busca conservar no seu estado de pureza, é vista, pois, como imprescindível para a preservação da identidade cultural da nação como um todo, visto que esta identidade se encontra na fusão do tradicional com o moderno.

No quarto e último capítulo, buscou-se analisar como se deu a recepção do projeto identitário formulado pelos intelectuais do ICC junto à geração do período que vai de meados dos anos 1960 ao final da década de 1970. A análise considera a conjuntura de transformação e de contestação que marcou a revolução comportamental iniciada nos principais centros do mundo ocidental, no âmbito do movimento da contracultura e irradiada para as regiões periféricas da ordem capitalista mundial. O Cariri viu-se, assim, assolado por essa onda que buscava meios alternativos de vida e de estilos individuais e coletivos de expressar as novas identidades surgidas. No entanto, o que parecia ser, no início, um embate entre as velhas e novas concepções identitárias, sem margem para negociação, mostrou-se, do meio para o fim do processo, uma acomodação e, de certa forma, uma ressignificação dos antigos valores diante das novas demandas reivindicadas.

Tal como ocorre no primeiro capítulo, onde a análise da representação cratense de “Capital da Cultura” é embasada pelo estudo feito por Cortez (1999), este quarto capítulo valeu-se primordialmente da obra **Contracultura, tradição e oralidade: (re)inventando o sertão nordestino na década de 70**, de autoria de Roberto Marques. Nela, o autor trabalha o conceito de memória como um suporte para perceber como as ideias de tradição e modernidade se relacionam em um exercício de autoinvenção realizado pela geração que herda o legado intelectual do ICC, para propor um novo conceito de região e de identidade coletiva.

Não menos importante para o desenvolvimento do quarto capítulo foi o estudo de Adriano Duarte Rodrigues, publicado em 1997, o qual considera “que a tradição e a modernidade são duas faces de uma mesma moeda” e que, portanto, existe uma relação ambivalente entre os seus ideais, visto que o projeto da modernidade é marcado por uma constante crise. Essa crise é decorrente da necessidade intrínseca de a modernidade ultrapassar os seus valores. Assim, o ideal moderno é instável por natureza. Além do mais, existem duas maneiras de ruptura que a modernidade pretende proceder: uma em nome de uma ancestralidade perdida e pura que se procura restaurar; outra em nome de uma plenitude a que se espera chegar.

Feita uma sinopse dos capítulos desta dissertação, gostaríamos, por fim, de tecer alguns comentários a respeito das linhas teóricas centrais que deram suporte à pesquisa desenvolvida.

A pesquisa procurou analisar a produção de significados presente nas fontes e como estes conferem sentidos às experiências e às identidades forjadas no processo histórico de formação regional, além de buscar localizar os espaços construídos pelos discursos e pelos sistemas de representação onde os sujeitos se posicionam para expressar seus pontos de vista.

As questões teóricas mais gerais, como os conceitos de representação e identidade, foram discutidas a partir dos estudos formulados por Chartier (2002; 2011) e Hall (1997; 2005).

Do primeiro autor, de grande validade para este trabalho foi o seu conceito de “representações coletivas”, bem como o da relação entre “práticas e representações”. No tocante ao entendimento prévio de que os projetos identitários formulados ao longo do período de tempo abordado atendem também a projetos de poder, considerou-se pertinente a concepção de que os “sistemas simbólicos” cumprem função política de impor, legitimar ou assegurar a dominação de uma classe sobre outras, que se explica pelo conceito de “violência simbólica” formulado por Pierre Bourdieu, em **A economia das trocas linguísticas**.

Do segundo autor, Stuart Hall, notadamente do livro **A identidade cultural da pós-modernidade**, foi de grande impacto a constatação de que as identidades, tidas como estabilizadoras do mundo social, entram em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando tanto os indivíduos como os espaços que lhe servem de base identitária. Esta descentralização é provocada por uma profunda mudança nos hábitos cotidianos, decorrentes de inovações tecnológicas, como a ampliação dos meios de comunicação e o acesso crescente à informação. Assim, processa-se uma fragmentação das paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade. Outrora, essas paisagens culturais eram tidas como sustentáculos das identidades sociais e individuais. A falência da concepção de identidades essencialistas vem a significar uma crucial ruptura com o passado, colocando em xeque os projetos identitários coletivos que vinham se desenvolvendo com base em elementos então consagrados, como os valores da “suprema civilização” [sic] burguesa e católica.

No tocante às questões que envolvem o conceito de identidade, a despeito de esta ser vista como uma construção mental que gera conceitos artificiais e abstratos na busca de uma generalização intelectual, procurou-se mostrar como elas aparecem ou foram inseridas nos projetos de elaboração e reelaboração da região, não importando se são corretas ou incorretas, se são falsas ou verdadeiras. O que importa, no contexto da pesquisa, é como essas questões procuram se impor como elementos de poder que dão suporte à produção da região ou referenciais teóricos de uma história local, produzida, outrossim, para dar estatuto histórico ao recorte espacial da região.

Outrossim, considerando que uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é o apelo a antecedentes históricos, procurou-se identificar e perceber como, nas fontes pesquisadas, as identidades locais são reafirmadas e se, neste exercício, novas identidades são produzidas. Neste sentido, a pesquisa buscou responder a uma consequente indagação: se a reprodução desse passado está relacionada a um momento de crise, atendendo a reivindicações existentes no momento em que essa necessidade se faz presente, ou seja, utilizando as palavras de Woodward (2000), se “essa redescoberta do passado é parte do processo de construção da identidade que está ocorrendo neste exato momento e que, ao que parece, é caracterizado por conflito, contestação e uma possível crise”.

Esses sistemas representacionais são compreendidos pelo conjunto de produção simbólica, formal ou informal, elaborado a partir de um projeto central, no caso a construção de um conceito de região e de uma identidade coletiva que delineie a essência de uma comunidade que se pretende diferenciada ou especial. É dessa forma que os projetos identitários caririenses, com destaque para aquele formulado pelos intelectuais do ICC, propõem seus objetivos, perfeitamente resumidos no verso da música de Alemberg Quindins, citado no início desta dissertação: “se não fosse o Cariri não existia o Ceará”.

CAPÍTULO 1: “CRATO, CIDADE DA CULTURA”

A instituição de um projeto identitário para o Cariri tem um importante e interessante antecedente: a representação cratense de “Cidade da Cultura”. A propósito, “Capital da Cultural” é um dos epítetos pelos quais a cidade passou a ser conhecida e reconhecida como um pretense polo de difusão de valores calcados em padrões de cultura e civilidade.

A recepção dessa produção simbólica é ainda muito forte nos cratenses. Lembro-me dos meus tempos iniciais de escola, na década de 1970, quando principalmente próximo da data maior do município, o 21 de junho, que celebra a instalação da Vila Real do Crato, em 1764, éramos, os cratenses, introjetados por uma maciça propaganda de enaltecimento à cidade. Mas esta propaganda não se limitava somente a esse período, ela era ministrada sistematicamente com a celebração de um ciclo de datas e de festas que integravam (e ainda integram) o calendário cívico local.

Nessa época, eu estudava na Escola de 1º Grau Francisco José de Brito, pertencente à rede estadual de ensino, cuja denominação homenageia um chefe político cratense do início do século XX, conhecido Brasil afora por ser o autor da famigerada “Lei Chico de Brito”. Aqui abro um parêntese para, de passagem, discorrer sobre esta “lei”, deixando sua narração a cargo de Francisco Cartaxo:

Reza a tradição oral, encampada por textos históricos, que, quando o major do Exército, Franco Rabelo, assumiu o governo cearense, sob a égide salvacionista do marechal Hermes da Fonseca, os chefes políticos da oposição a mais longa oligarquia cearense, chefiada por Nogueira Accioly, passaram a tomar o poder local na marra. Assim fez no Crato o coronel Francisco José de Brito (Chico de Brito), desalojando da prefeitura o coronel Antônio Luiz Alves Pequeno. Na ocasião, teria havido entre os dois coronéis o seguinte diálogo:

Desocupe o cargo que, de hoje em diante, quem manda aqui sou eu.

Baseado em que lei?, perguntou o coronel Antônio Luiz.

Nesta aqui, ó!, respondeu Chico de Brito, apontando o revólver para o adversário.

Vem daí a famosa lei de Chico de Brito²¹.

²¹ Trecho extraído do artigo **Lei de Chico de Brito**. Disponível em <http://www.diariosertao.com.br/artigo.php?id_artigo=20100216091414>. Acesso em: 18 ago. 2013.

Esta “lei”, “decretada” com o episódio acima, é utilizada para designar uma situação mais extremada do dito “ganhar no grito”, mas é também uma manifestação do *modus operandi* que permeava as relações de poder travadas no Crato durante o auge do fenômeno do coronelismo, quando era comum a deposição violenta de autoridades constituídas.

O certo é que o cratense convive, desde cedo, com toda uma construção simbólica, visto que é “bombardeado” com uma carga considerável de signos. Raro é um cratense, a partir da juventude, que não sabe cantar de “cor e salteado” o hino da cidade; que não se ufana, até de forma excessiva, das “belezas de sua terra”; que não conhece e propaga a história cidadina, com seus feitos memoráveis e sua plêiade de personagens – alguns com aura de herói – e que reproduz, com orgulho, o título que mais destacou o Crato na crônica e no imaginário regionalista: o de Capital da Cultura.

Posso dizer que sou um desses, no bom sentido, empedernidos cratenses. Nasci e, como diz um verso do hino do Crato, “cresci, amei, sonhei, vivi” cercado de imagens, mitos, histórias, sons, cheiros e sabores que remetem *incontinenti* à “Cidade de Frei Carlos e de Bárbara de Alencar”. Em dias de chuvaradas cheguei a temer que a Pedra da Batateira pudesse rolar e, em consequência, o Crato ser submergido pelas águas caudalosas que jorrariam daquela fonte. Nesses angustiosos momentos, rogava pela proteção de Nossa Senhora da Penha, padroeira da cidade, como prescrevia a sabedoria ancestral.

Por falar em hino do Crato, até hoje sou tomado de emoção quando escuto os seus primeiros acordes, seguidos dos altivos versos de abertura: *flor da Terra do Sol, ó berço esplêndido dos guerreiros da tribo cariri*. Acompanhar sua execução, cantando a letra do hino, é ato automático. Nesses momentos, sou tomado por um devaneio que projeta na memória quadros com imagens, sons, cores e cheiros. Um desses quadros, que carrego desde a infância, é o dos engenhos de rapadura com seu aroma inconfundível de sacarose. Quando as moendas de um engenho relativamente próximo de onde eu morava estavam a pleno vapor, era para lá que eu ia, levado por meu pai e na companhia de quatro dos meus irmãos. Íamos comprar mel, garapa, rapadura e alfenim e admirar a azáfama dos seus trabalhadores, divididos em uma complexa, mas eficiente rede produtiva composta de várias etapas, que ia desde o corte da cana-de-açúcar no eito até a modelagem dos “tijolos” de rapadura nas formas esculpidas em troncos de pequiheiro, uma árvore nativa da Chapada do Araripe. Eram tempos de fartura, proporcionados pelas doces guloseimas

feitas em uma tradicional indústria que movimentou a economia regional por mais de dois séculos.

Outro aroma inconfundível que me acompanha desde a infância é o do pequi, o exótico fruto do pequizeiro, sobretudo depois de cozido como o principal ingrediente do baião de dois, apreciado prato da culinária regional, mais ainda quando acompanhado de queijo coalho e paçoca de carne seca. No auge da rivalidade travada entre as principais cidades da região – Crato e Juazeiro –, os juazeirenses utilizavam o termo pequizeiro, de forma depreciativa, para designar o cratense. Nós, cratenses, nos incomodávamos muito com isso e revidávamos chamando os rivais de romeiros, por conta da religiosidade expressada em devoção ao Padre Cícero, e que julgávamos ser a mais pura manifestação de cego e ignorante fanatismo.

Marcantes também eram os sons e as imagens das bandas cabaçais, animando a tradicional feira semanal ou, ao longo dos anos, nos cortejos do auto de malhação do Judas, nas noites da festa de Nossa Senhora da Penha ou mesmo passando de porta em porta para “tirar esmola” para o santo do dia, estampado em um colorido estandarte.

Portanto, as identidades cratenses são moldadas com a contribuição dessa rede de significados e afetividades, imprimindo uma marca indelével na trajetória de seus grupos identitários e fazendo do cratense um bairrista por excelência.

Assim, a posição de “Cidade da Cultura” foi reivindicada, defendida e difundida tanto por representantes das elites locais como, na sequência do processo de construção dessa representação, pelos cratenses em geral. Trata-se, como se disse, de uma representação que foi sendo formulada ao longo de um período de tempo, a cargo de “especialistas da produção cultural”, constituindo-se um modelo proposto de “adiantamento” intelectual para as demais cidades da região do Cariri. A motivação desta “empreitada” dá-se com a confluência de elementos conjunturais e diversos contextos históricos, entre os quais se sobressaem o propalado pioneirismo cratense como núcleo fundador da região e a pretensão de ser o modelo regional de civilização, além da citada rivalidade entre o Crato e o Juazeiro, fermentada e ampliada nos contextos da emancipação política juazeirense e da disputa entre as duas cidades pela hegemonia local.

As razões para que as elites cratenses reivindicassem a condição de polo regional civilizador para sua cidade foram, dentre outras, o fato de ser o município mais populoso e de maior envergadura político-econômica da região, até Juazeiro tomar-lhe essa posição, por volta de meados do século XX; e ainda pelo fato de ter sido o primeiro a ser elevado à

condição de vila²² e ao *status* de cidade²³. O legado cratense é ainda enriquecido pela participação de filhos seus em eventos políticos de larga repercussão, como a Revolução Pernambucana de 1817²⁴, as lutas de consolidação da independência do Brasil, em 1823²⁵; e a Confederação do Equador, em 1824²⁶. Este processo é, pois, de imprescindível importância para entender a contento o projeto identitário do Cariri, proposto pelos intelectuais do ICC a partir da década de 1950.

Já o projeto de construção da representação cratense como núcleo regional, de intento civilizador, estava em perfeita consonância com o modelo difundido a partir de valores europeus, que, no século XIX, é reproduzido no contexto da formação e consolidação do Estado nacional brasileiro. Este ideal de civilização é aqui conjugado ao ideal da ordem e do progresso positivistas. Os eixos sustentadores deste projeto, nos seus aspectos laicos, são os valores calcados na ilustração, no cientificismo, no nacionalismo e no romantismo; enquanto os primados teológicos da religião cristã davam-lhe embasamento às questões morais e espirituais. Portanto, é um projeto permeado de elementos progressistas, mas tanto de diretrizes liberais como conservadoras. Esta “gangorra” ideológica era uma característica da prática política brasileira, principalmente no período monárquico do Estado nacional²⁷.

Para desenvolver seu estudo, Cortez (1999) elegeu um recorte de tempo demarcado por eventos de significação regional: em um extremo, o surgimento da imprensa na região,

²² A partir de um povoado originado de uma missão da Ordem dos Capuchinhos, provinda de Recife, Pernambuco, que realizou o aldeamento dos índios cariris, habitantes nativos do local, o Crato teve sua autonomia político-administrativa instalada em 21 de Junho de 1764, depois de, através de carta régia expedida pelo Reino de Portugal, ter sido elevado à categoria de Vila Real, em dezembro de 1762.

²³ Ocorrido em 17 de Outubro de 1853.

²⁴ A Revolução Pernambucana, de caráter republicano, foi um movimento de emancipação política contra a Coroa Portuguesa, que ocorreu em 1817, a partir da cidade de Olinda. O motivo da revolução reside, em grande parte, na diminuição dos lucros e do poder político da elite pernambucana, provocada pela crise açucareira e a instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808. A Revolução foi difundida no Ceará pelo jovem subdiácono cratense José Martiniano de Alencar, que, após participar juntamente com seus familiares da proclamação da República na vila do Crato, em 3 de maio de 1817, foi preso com os outros envolvidos, incluindo sua mãe, Bárbara de Alencar e seu irmão Tristão Gonçalves.

²⁵ O ponto alto da participação do Crato nas lutas de consolidação da independência deu-se com o envio de uma expedição armada comandada por Pereira Filgueiras, capitão-mor do Crato, e Tristão Gonçalves, revolucionário de 1817, às províncias do Piauí e do Maranhão, que se encontravam dominadas por forças pró-lusitanas, lideradas por João José da Cunha Fidié. As forças de Fidié capitularam em 31 de julho de 1823, vencidas pelas tropas patrióticas lideradas por Filgueiras e Tristão (PINHEIRO, 2010b, pp. 68-76).

²⁶ Movimento revolucionário separatista ocorrido no Nordeste do Brasil de caráter republicano irradiado da província de Pernambuco para outras províncias da região (Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba). Um dos motivos da revolta foi o forte descontentamento com centralização política imposta por D. Pedro I, presente na Constituição de 1824, além do descontentamento com a influência portuguesa na vida política do Brasil, mesmo após a independência.

²⁷ Cf. MATOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**: a formação do Estado Imperial. São. Paulo: Hucitec, 1990.

em 1855; e, no outro, a fundação e atuação do ICC, entre as décadas de 1950 e 1960. Ao longo desse período, desenvolveu-se um movimento que pode ser dividido em duas fases. Inicialmente, a elaboração e imposição de um “projeto civilizador”, baseado em valores instituídos pela cultura oficial, a exemplo da instrução educativa, dos primados da religião católica e de etiquetas sociais em consonância com o legado de um passado idealizado para o Crato e o Cariri. Em seguida, uma proposta identitária para a região, ainda que com uma nova manipulação da matéria-prima anteriormente utilizada, consolidando a liderança do Crato neste processo. Nesse decurso, deu-se a construção da representação do Crato como “Cidade da Cultura”, quando transparecem, nitidamente, duas frentes de combate de uma mesma batalha, tida como imprescindível na erradicação de focos de “barbárie”: externamente contra o Juazeiro e internamente contra elementos da cultura popular, posto ter havido todo um esforço em orientar as condutas e gostos pelos valores da civilidade, da cultura letrada e das práticas religiosas do catolicismo romanizado.

Os discursos instituidores desse projeto são geradores de um patrimônio cultural que não se apresenta somente no campo simbólico, cujo peso é bastante significativo²⁸, mas também nos seus aspectos materiais e institucionais, como se percebe com o esforço exercido pelas elites cratenses na fundação de um aparato estrutural, formado por importantes empreendimentos que vão constituir a base de sustentação do edifício sociocultural da cidade, a exemplo do **Jornal O Araripe**, o primeiro a circular no interior do Ceará, entre os anos de 1855 e 1864, seguido por outros periódicos de circulação estável; o Seminário São José, fundado em 1875; a Diocese de Crato, implantada em 1914; além de escolas, cinemas, teatros, bibliotecas, entidades filantrópicas, academias literárias, museus, emissoras de rádio, uma festa popular de grande porte – a Exposição do Crato²⁹, lançada em 1944, e a Faculdade de Filosofia do Crato, sendo a primeira unidade de ensino superior autorizada pelo MEC a funcionar no interior do estado, fato ocorrido em 1960. Ressaltem-se também as ações de cunho higienizador, obras de infraestrutura urbana e

²⁸ Conforme Cortez (1999, p. 18), “é no caráter simbólico que reside certamente o seu poder: a capacidade de instaurar uma tradição acerca do Crato, obtendo legitimidade no imaginário social caririense e a cumplicidade dos habitantes do Crato”. Neste sentido, alerta para que a produção simbólica do Crato como “Cidade da Cultura” não seja confundida como uma farsa, mas como um conjunto de estratégias, de caráter ideológico, que se impõe frente a outras representações porque seus idealizadores conseguiram imprimir uma crença neste produto.

²⁹ Denominação popular da Exposição Centro-Nordestina de Animais e Produtos Derivados, criada com o objetivo de propiciar a melhoria do rebanho bovino da região. Ao longo dos anos, no entanto, o evento transformou-se em uma grande festa social com a presença de milhares de visitantes que acorrem à cidade em busca de entretenimento, garantido por uma programação diversificada, notadamente com a realização de grandes espetáculos musicais.

serviços públicos e privados, como praças, clubes de lazer, escolas de educação artística, teatro, calçamento de ruas, rede de esgoto, água canalizada, estação de trem, inaugurada em 1926, fornecimento de energia elétrica, inicialmente gerada no próprio município³⁰ e depois pela Hidrelétrica de Paulo Afonso, a partir de 1961³¹, e o Hospital São Francisco de Assis, inaugurado em 1937.

Parte significativa dessas obras e ações foi realizada pela Diocese de Crato, sendo alguma delas imbuídas de pioneirismo, notadamente na área da educação, entendida como um espaço importante para a atuação evangelizadora da Igreja³². O discurso hoje difundido pela Diocese de Crato, na apropriação desse pioneirismo, está associado à figura, dita inspiradora, do Pe. Ibiapina³³ que, ao lado dos seus primeiros bispos, foram protagonistas de ações que são tidas como de forte impacto na realidade regional.

Todo o esforço conjugado pelas elites cidadinas, representadas por próceres das esferas política, econômica, religiosa e intelectual, que atuavam conjuntamente no sentido de dotar o Crato de um patrimônio cultural, simbólico e material, de caráter ideológico e institucional, contribuiu sobremaneira para a construção de uma representação identitária cratense, em um processo cuja origem remonta a segunda metade do século XIX.

Um dos marcos inaugurais deste projeto, segundo Cortez (1999. p. 13), é o aparecimento, em 1855, do primeiro jornal produzido no Cariri, **O Araripe**, periódico semanal de cunho político liberal, que circulou durante dez anos. Foi fundado e dirigido por João Brígido dos Santos³⁴, que viria a ser o autor do primeiro livro de história sobre a

³⁰ No Crato, com a chegada da Fábrica Aliança, de beneficiamento de algodão, foi celebrada uma parceria com o poder público municipal para montar uma empresa de energia elétrica, denominada de Hidrelétrica da Nascente, uma das primeiras do Nordeste, aproveitando as águas das fontes naturais do sopé da Chapada do Araripe. Esta empresa foi inaugurada no dia 4 de dezembro de 1938 pelo então prefeito Alexandre Arraes.

³¹ A eletrificação do Cariri pela energia da Hidrelétrica de Paulo Afonso foi resultado de uma das mais memoráveis campanhas realizadas na região, encampada pelo Comitê Pró-Eletrificação do Cariri criado em 1950.

³² Essas obras foram viabilizadas por convênios realizados entre a Diocese e entidades governamentais, tanto da esfera federal como estadual. Em 1965, mediante as dificuldades que se interpunham à renovação desses convênios, bem como a necessidade de aprimorar a administração do patrimônio social da Diocese, o bispo Dom Vicente de Araujo Matos, o terceiro na ordem de sucessão, resolveu criar um órgão que centralizasse todos os setores da ação sócio-educativa da Diocese. Assim surgiu a Fundação Padre Ibiapina.

³³ José Antônio de Maria Ibiapina (1806-1883), antes de ser padre, foi advogado, magistrado e político, tendo sido eleito deputado pelo Ceará. Ordenou-se tardiamente, aos 47 anos, quando iniciou uma profícua obra missionária e filantrópica, percorrendo o Nordeste, incluindo o Cariri cearense, onde fundou quatro das vinte casas de caridade erguidas por ele. Essas casas eram destinadas a moças órfãs carentes, que recebiam educação religiosa e moral, aprendiam a ler, escrever e a fazer trabalhos domésticos, além de terem assistência à saúde. Sua opção pela pobreza talvez tenha incomodado o bispo do Ceará, dom Antonio Luiz dos Santos, a ponto deste proibir-lhe realizar missões em jurisdição diocesana sem a devida permissão superior.

³⁴ João Brígido (1829-1921), além de atuante jornalista, também foi político, cronista e historiador. Residiu em Crato na década de 1850, quando fundou o jornal **O Araripe**. É o patrono da Cadeira nº 17 do ICC.

região do Cariri: **Apontamentos para a História do Cariri**, publicado pela primeira vez nas páginas de **O Araripe**³⁵.

A importância de João Brígido para a historiografia cearense pode ser dimensionada pela apresentação feita por Renato de Mesquita Rios no artigo “João Brígido e os modos de se compor uma história para o Ceará” (1859–1919), publicado nos anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural:

João Brígido dos Santos foi um dos referenciais de escrita sobre o passado durante a segunda metade do século XIX na Província do Ceará. Sua obra tem formatos diversos, assim como assuntos dos mais variados. Desde suas primeiras publicações, quando escrevia para periódicos no Cariri, região sul da então província, até seu último livro publicado em vida, em 1919, em Fortaleza, esse intelectual escreveu dezenas de artigos em jornais, lançou livros com narrativas históricas, publicou crônicas políticas contendo críticas a seus rivais, além de ter uma participação ativa na vida política dessa Província.

O livro pioneiro da história do Cariri, escrito por João Brígido, trata do processo de povoamento e da organização política da região, desde a chegada dos primeiros colonizadores até as primeiras décadas do século XIX. É considerado, tanto pelo pioneirismo como pela influência exercida na geração de historiadores e intelectuais que irá fundar o ICC, uma obra seminal para a historiografia regional.

Neste sentido, a construção de uma história regional, cujo motor principal foi a idealização do passado regional, a partir de uma visão “cratocêntrica”, lança mão de várias estratégias, dentre as quais a elaboração de um calendário cívico e de um roteiro iconográfico a partir de um elenco de marcos cronológicos e protagonismos pessoais considerados como norteadores de um progressista processo histórico local. Neste sentido, os intelectuais cratenses ofereceram às estâncias públicas sugestões para celebração de datas épicas, elaboração de símbolos cívicos; fundação, localização, mapeamento e denominações de marcos espaciais, como os logradouros públicos, além da edificação de monumentos de culto ao passado sacralizado, povoado de personagens heroicas³⁶. No entanto, a mais importante das estratégias da construção da história regional foi a produção

³⁵ Após a publicação no **Araripe**, a obra recebeu a denominação de *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*, sendo publicada também pelo jornal **Diário de Pernambuco**, em 1859 (RIOS, 2013, p. 66).

³⁶ Cortez (1999, p. 17) designa essa estratégia como um investimento numa memória identitária, utilizando o conceito de “lugar de memória”, formulado por Pierre Nora, analisado no artigo “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. In: **Revista Projeto História**, vol. 10, dez. 1993, pp. 71-92.

de uma historiografia especializada, de pretensões acadêmicas, que tem na década de 1950 o seu momento mais profícuo e emblemático.

Em 1950, Irineu Pinheiro publica uma obra que foge do padrão teórico-metodológico que referenciava, no geral, a historiografia caririense produzida no período aqui abordado. Trata-se do livro **O Cariri**: seu descobrimento, povoamento e costume, uma obra que, tempos depois, foi reeditada devido ao interesse que ainda desperta nos estudiosos ou meros curiosos da formação sociocultural do Cariri. O livro teve uma repercussão favorável nos meios intelectuais não só da região do Cariri e do estado Ceará, mas em outros centros, o que comprova sua importância para a historiografia regional, além de ser visto como pioneiro na região do Cariri, pelo menos, na abordagem que faz do que viria a ser chamada, a partir da década de 1980, “história cultural”.

O que nos leva a fazer tal associação é a aproximação da referida obra com alguns dos pressupostos da história cultural, anunciados por Burke (1997, p. 16), a exemplo do “deslocamento do interesse pela vida e obra dos grandes homens e grandes datas para as pessoas e acontecimentos comuns; a necessidade de se ir além dos documentos escritos e registros oficiais”. Nesta perspectiva, “a história não seria objetiva, mas sujeita a referenciais sociais e culturais de um período” (*Idem*).

Sobre esta obra, que é considerada um marco na historiografia local, notadamente pelo seu enfoque cultural da história regional, nos deteremos mais pormenorizadamente no segundo capítulo. O que interessa agora é referenciar a contribuição desta obra na inflexão que se observou no esboço original do projeto identitário da região, proposto pela *intelligentsia* cratense a partir da representação da cidade do Crato como modelo de civilidade e intelectualidade. Esta mudança de sentido no desenvolvimento deste projeto foi uma consequência, em parte, da abordagem do conceito de cultura feita por Irineu Pinheiro, o que vem repercutir no conceito de região do Cariri, que, até os anos de 1950, não queria ultrapassar as fronteiras geográficas do Crato. Os motivos dessa mudança de percurso podem ser vislumbrados nas transformações conjunturais que influenciaram a produção dos intelectuais da região, com destaque para o grupo que iria fundar, em 1953, o ICC. Desta forma, o discurso que antes era essencialmente localista, em louvor exclusivo ao Crato, sofre um deslocamento no seu enfoque, visando agora a região. Igualmente, a partir da fundação do ICC, houve um redirecionamento dos esforços políticos para a questão do desenvolvimento regional, o que passa a exigir um pacto de cumplicidade entre as representações políticas caririenses. Nesse novo projeto identitário, os oponentes deixam

de ser elementos endógenos, como denotava, por exemplo, a contenda entre Crato e Juazeiro, apesar de que o bairrismo cultivado reciprocamente por segmentos das duas cidades não fosse de imediato arrefecer. O alvo a ser mirado pelas penas dos escritores caririenses voltava-se para mais distante – para um espaço antípoda, recuperando a antiga oposição sertão-litoral que remonta o processo de interiorização da colônia brasileira.

Abrimos aqui um parêntese que se considera relevante a este debate, referente ao contexto histórico acima referenciado, visto que um tipo de sentimento bairrista parece existir no inconsciente coletivo das populações interioranas, motivado, em parte, pela dicotomia litoral-sertão que foi sendo construída e reproduzida em vários discursos ao longo do tempo. Um exemplo disso reside no relatório do ministro da Justiça, Paulino José Soares de Sousa, datado de 1841, que representa uma versão institucional da distância que se impunha entre as regiões brasileiras. Nele fica explícita a forte carga de preconceito contra a população sertaneja, acusando-a, em linguagem de inquérito policial, da “falta de qualquer instrução moral e religiosa”, de estar “imbuída de perigosas ideias de uma mal-entendida liberdade” e de ser “uma parte distinta da sociedade do nosso litoral (...) principalmente por costumes bárbaros” (*Apud* MATOS, 1987, p. 34). Essa visão, predominante em meados do século XIX até meados do século XX, que representa o senso comum do chamado império da boa sociedade, decorria de fatores que limitavam a integração nacional e a conseqüente quebra de tabus como este. Esses fatores iam dos infraestruturais aos de pura mentalidade, como o precário sistema de comunicação, a ideia de supremacia do litoral pelas atividades industriais ali realizadas e o espectro colonialista responsável pela crença no mito do progresso exportado pelo ideário eurocentrista e absorvido pela “boa gente” litorânea – apesar de esta crença pressupor uma contradição de ordem estrutural, que é a construção de uma ordem liberal sem prescindir da ordem escravocrata – e que produz a sensação, falsa, por sinal – de que o litoral, pela sua posição geográfica privilegiada devia estar mais próximo da civilização.

1.1 O SERTÃO QUER VIRAR MAR: O SONHO DO CARIRI INDEPENDENTE

Durante todo o período da colonização até mais ou menos a segunda metade do século XIX, a administração da capitania do Ceará dava-se de forma descentralizada, visto haver uma considerável autonomia de suas regiões. Essas regiões se desenvolveram a partir dos marcos geográficos estabelecidos no processo de povoamento do interior nordestino. No Ceará, esses espaços eram três: a ribeira do Acaraú, que englobava a

Ibiapaba; a ribeira do Siará, envolvendo a Câmara de Aquiraz, o recôncavo da vila de Fortaleza, sede administrativa da capitania, e o maciço de Baturité, e a ribeira do Jaguaribe, da qual fazia parte o Cariri. Esta última ribeira, por sinal, se articulava economicamente muito mais com Recife, Pernambuco, o que explica, em parte, a participação do Cariri nos movimentos liberais pernambucanos ocorridos no primeiro quartel do século XIX. Dessa forma, a essas regiões eram permitidos, ou mesmo tolerados, alguns atos administrativos e arregimentações políticas, como o censo populacional, a arrecadação de taxas fiscais, o recrutamento de força policial, a organização de mercados e a administração religiosa. Com a organização do Estado brasileiro e a busca por uma identidade nacional, procurou-se construir um consenso em torno da hegemonia da capital da província, a cidade de Fortaleza, visando a unidade política do Ceará. Para tanto, contribuíram o fortalecimento dos partidos políticos, tanto em nível de Brasil como do Ceará; a constituição de um poder legislativo e a organização centralizada do Judiciário, com sede em Fortaleza; o estabelecimento da Guarda Nacional no interior da província e, principalmente, a decadência do porto de Aracati, superado pelo porto de Fortaleza, além da implantação da ferrovia, a partir da capital, o que veio a enfraquecer as rotas comerciais mantidas pelo sertão com o mercado recifense (OLIVEIRA, 2008, pp. 418-419).

Desta forma, a oposição litoral-sertão não se justificaria somente pela questão geográfica em si, isto é, pela maior ou menor proximidade com o suposto berço da civilização ocidental, o continente europeu; mas também, e principalmente, a partir da formação do Estado nacional, por questões político-administrativas. Contabilizavam-se, mormente, as vantagens de ser ou estar próximo da sede administrativa do governo, sendo assim mais e melhor beneficiado pela ação do Estado, a exemplo do combate à criminalidade, que era uma das principais pautas dos editoriais do jornal **O Araripe**, desde a sua fundação, em 1855, além das políticas de desenvolvimento social e econômico.

Conforme explica Cortez (1999, p. 23), as noções emanadas das visões de mundo dos intelectuais formuladores dos discursos civilizadores são postas não apenas como norteadoras de conduta da população, tanto nas esferas pública como privada, exercendo controle sobre sentimentos, afetividades e sociabilidades, mas também na reivindicação, a cargo do Estado, do monopólio do controle da violência e da garantia da ordem, além da condução das ações visando à higienização dos espaços e dos corpos.

No caso do Cariri, pode-se observar esta tônica como decisiva para a causa emancipacionista que, de forma recorrente, foi encampada por lideranças políticas locais

em favor da criação, primeiro, da província do Cariri Novo e, depois, do estado do Cariri. A primeira tentativa, em 1828, foi iniciativa da Câmara do Crato. No entanto, foi em 1839 que o sonho de criação da província do Cariri esteve mais próximo de se realizar, quando um projeto de lei com esta finalidade foi apresentado ao Senado do Império (PINHEIRO, 2010b, pp. 123-124). O projeto foi encabeçado por José Martiniano de Alencar, então senador pela província do Ceará e que gozava de grande prestígio político, com fama adquirida, em grande parte, pela sua participação na Revolução Pernambucana de 1817 em terras caririenses. Por tudo que representa no imaginário social difundido a partir dos discursos formulados pelos intelectuais caririenses, que o enaltecem como um herói, Martiniano foi um dos personagens entronizados no panteão onde os historiadores regionais consagraram seus heróis. O projeto previa o desmembramento de territórios pertencentes ao Ceará, Piauí, Bahia, Pernambuco e Paraíba para a formação da nova província, cuja capital seria o Crato.

A despeito da boa acolhida que a proposta teve no Senado Imperial, quando chegou a ser emitido um parecer favorável à criação da lei, o projeto não logrou êxito na sua tramitação, sendo a campanha autonomista retomada por diversas vezes, tanto no século XIX como no seguinte, a exemplo do que ocorreu nas décadas de 1840 e 1850. Inicialmente, com nova representação do projeto no Senado, em 1846, dessa feita em iniciativa da Assembleia Legislativa do Ceará, e, em seguida, através das páginas do jornal **O Araripe**³⁷. A criação da província do Cariri foi pauta constante dos editoriais daquele semanário cratense, conforme pode ser observado na pesquisa desenvolvida por Alves (2010)³⁸. O argumento central, defendido pelo editor de **O Araripe**, João Brígido dos Santos, era o de que a reorganização das províncias seria um motor para o desenvolvimento e fomento da civilização dos mais distantes rincões do país, com o necessário provimento da educação, da ordem e da justiça por parte do governo. É recorrente, no discurso defensor da autonomia política do Cariri, o clamor contra a

³⁷ Em 1854, a Câmara Municipal de Barbalha expediu uma petição à Assembleia Legislativa do Ceará visando à criação dos Cariris Novos, o que leva à conclusão de que o projeto autonomista regional era também compartilhado por segmentos da população de outras cidades além do Crato. Interessante é que esta propositura indica o Crato como a sede administrativa da nova província, numa prova de reconhecimento de que esta cidade era vista como modelo a ser seguido (ALVES, 2010, pp. 69-70).

³⁸ Esta pesquisa resultou na dissertação de mestrado intitulada de **Desejos de civilização**: representações liberais no jornal **O Araripe**, defendida em 2010. Nela a autora dedica todo um capítulo – Os sonhos liberais: anseio de um projeto civilizador – à campanha autonomista em benefício da região do Cariri desenvolvida por aquele jornal cratense.

ausência ou distanciamento do poder governamental notadamente na coibição do crime e da violência. Segundo Cortez (1999, p. 28),

Naquele momento, supunham que a conquista da civilização seria garantida por uma divisão político-administrativa, posto que isso garantiria à região a extensão dos benefícios que poderiam advir do fato de o Cariri tornar-se uma província e o Crato, um dos centros administrativos do Império. Caberia ao espectro burocrático-administrativo da capital o monopólio do exercício da violência e não aos “chefetes” locais. Parece até que mesmo a distância dos centros mais adiantados, cujo endereço era o litoral, ficaria encurtada e o sertão viraria mar!

Com a campanha de criação da nova província sendo retomada na década de 1850, o jornal **O Araripe** seria o seu principal porta-voz. Para tanto, o semanário cratense resgata a repercussão que a empreitada teve na imprensa da capital do Império quando da tramitação do projeto no Senado. No ensejo, **O Araripe** (1856, p. 2, *apud* ALVES, 2010, p. 68) enaltece a iniciativa do senador Alencar, destacando o que considera “valiosos serviços” prestados na condução do projeto separatista. Na verdade, **O Araripe** se utiliza de uma forma de metalinguagem, no seu sentido mais amplo, ao reproduzir um artigo publicado em 1839 no **Diário do Rio de Janeiro**, que registra a criação daquele jornal nos seguintes termos: “os habitantes daquele lugar, desejando ver realizado este projeto (...) acabam de criar um jornal, **O Araripe**, destinado exclusivamente a sustentar essa causa justa” (*Idem*). Sobre esta ênfase, a de que **O Araripe** teria sido fundado com o fim precípua de defender a criação da Província do Cariri, há controvérsias. Na visão de Alves (*Ibidem*), o pioneiro jornal cratense teria sido criado para servir principalmente de um meio de difusão “das ideias e projetos liberais da época, em que a criação da nova província e promover a civilização da sociedade local seriam mais alguns deles”. Ou seja, a criação da província seria um meio e não um fim em si. O jornal, desta forma, é visto

como um meio de estratégia e representação criado pelos liberais a fim de traduzir suas posições, interesses, sua concepção de mundo social, seus valores e seus domínios para o restante da população para que esta unida a eles garantisse a divisão político-administrativa e então tornasse possível conquistar e trazer ao Cariri, e conseqüentemente ao Crato, a tão sonhada independência, que proporcionaria para a região a extensão dos benefícios os quais eram destinados mais diretamente às capitais e cidades litorâneas (*Id.*, pp. 73-74).

Conforme se pode inferir com os argumentos apresentados pelo **O Araripe**, os benefícios que viriam a reboque do desmembramento do Cariri, transformando-se em uma nova unidade do mapa físico brasileiro, seria abrangente, a exemplo do alargamento e da afirmação da liderança política local, do considerável aumento do seu poder de barganha no intrincado jogo político do segundo reinado e da redenção econômica da região, através de medidas tanto fiscais como políticas que a autonomia administrativa proporcionaria. Por outro lado, se fortaleceria a nascente identidade regional caririense sertaneja que, naquele contexto, procurava se afirmar frente à supremacia política do litoral. No entanto, o que se observa é que a identidade regional estava a reboque dos interesses do Crato, única localidade caririense então reconhecida como cidade, o que ocorre em 1853.

A causa emancipacionista caririense era envolvente a ponto de unir, na sua defesa, partidários de facções políticas opostas, isto é, liberais e conservadores. É o que se pode supor, por exemplo, pelo artigo de autoria de um membro do Partido Conservador, sob o pseudônimo de *O Governista*, publicado na edição de nº 46 do jornal **O Araripe**, dando apoio ao projeto e ressaltando os benefícios oriundos da emancipação caririense, com destaque para “os lucros que teriam o tesouro público, provenientes dos tributos que se pagam, argumentariam em grande escala por serem mais bem arrecadados com uma administração provincial nestes mesmos centros” (1856, p. 2, *apud* Alves 2010, p. 71). Não obstante, os argumentos, comuns às penas dos que defendiam na imprensa a província do Cariri, com tintas de coloração liberal ou conservadora, evocavam ainda a significativa população concentrada no território a ser desmembrado, cerca de 140 mil habitantes; a expansão da cultura e da educação, o refinamento dos costumes da população e o impulso ao cultivo agrícola, que era a principal base da economia regional, além do incentivo às atividades industriais. Mas, igualmente, e com certa e constante ênfase, a reclamação de que “enquanto se desenvolvia o litoral brasileiro, os ‘sertões’ permaneciam esquecidos pela máquina administrativa” (ALVES, 2010, pp. 70-72).

Neste contexto, uma motivação a mais vem dar alento ao projeto de transformar o Cariri numa província. Trata-se do discurso regionalista que se afirma na segunda metade do século XIX. O discurso regionalista não é apenas ideológico, visto que ele, no dizer de Albuquerque Júnior (2009, p. 62), não esconde a verdade da região, mas a institui. Este discurso se afirma no momento em que a construção da nação brasileira se consolida com a imposição da centralização do Império frente às forças politicamente centrífugas que vinham se manifestando primordialmente desde o período regencial (1831-1842). Este

movimento centralizador provoca uma enorme reação em diferentes locais do país, a exemplo do Cariri, onde o discurso regionalista tem sua tônica mais forte no aferro às pautas locais, anunciando consigo a causa do separatismo.

Passada a mobilização feita pelo **O Araripe**, a causa da autonomia político-administrativa do Cariri seria retomada no início do século XX, precisamente a partir de 1905, constituindo-se em reivindicação de um grupo de intelectuais liderado por José Alves de Figueiredo³⁹ e reunido em torno do jornal **Sul do Ceará**, semanário que teve repercussão em todo o estado. Vale aqui ressaltar que as justificativas do projeto de criação do estado do Cariri, agora em uma nova conjuntura política, iniciada com a instauração do regime republicano, não sofreram alterações substanciais, já que os argumentos básicos permaneceram praticamente os mesmos da primeira versão, de 1828.

Um entusiasta da causa foi professor Antenor Madeira, que assinou uma série de manifestos publicados no **Sul do Ceará**, conclamando os caririenses a fazer uma representação em nome dos municípios da região à Assembleia Legislativa Estadual, visando a concessão da autonomia ao Cariri e explanando motivos e possibilidades constitucionais, políticas, econômicas e culturais do pleito que retornava, com força, à opinião pública local. Ao lado da questão econômica, notadamente da arrecadação de impostos, o carro-chefe da campanha, novamente, era a necessidade de se combater a violência e os desmandos decorrentes da inoperância da justiça institucional e do *modus operandi* do mandonismo político conservador, denunciado pelos liberais como excessivamente arbitrário. Para entusiasmar o espírito de luta da coletividade, o professor Antenor Madeira evocava os movimentos liberais das primeiras décadas do século XIX que ocorreram ou ecoaram no Cariri, a exemplo da Revolução Pernambucana de 1817 e da Confederação do Equador. Com isso, procurava relacionar os atributos de coragem e rebeldia à memória identitária do caririense ou, pelo menos, do cratense (CORTEZ, 1999, pp. 29-30).

No campo político, esse período agora enfocado foi marcado por dois fatos que desencadearam profundas repercussões na região. O primeiro foi a deposição do coronel José Belém de Figueiredo⁴⁰, o “todo poderoso” e já longevo chefe político cratense, que resultou em um processo que Cortez (*Idem*, pp. 56-64) tratou como a regeneração política

³⁹ Farmacêutico prático, quando este ofício era chamado de boticário, José Alves de Figueiredo (1878-1961), também conhecido como Zuza da Botica, foi jornalista e fundador do jornal **Sul do Ceará**, poeta, prefeito do Crato na década de 1920 e genitor de José de Figueiredo Filho.

⁴⁰ O coronel Belém, além de intendente do Crato, que corresponde hoje ao cargo de prefeito, era, na época da sua deposição, o 3º vice-presidente do estado do Ceará.

do Crato, um marco que inaugurou um novo tempo na vida da Princesa do Cariri⁴¹. O segundo fato foi o limiar da campanha de emancipação de Juazeiro, uma fissura que começava a se expor e ameaçava a necessária e sonhada unidade do Cariri. Estes fatos serão enfocados mais à frente.

Novas campanhas pela criação do Estado do Cariri serão movimentadas doravante de forma periódica, a exemplo da que foi encetada em 1957, tendo na liderança os editores do jornal o *Libertador*, fundado especificamente para esta finalidade. Nesse grupo de idealistas, destaca-se o escritor José Jézer de Oliveira, mais conhecido por Zéjezer, e o então vereador cratense Jósio de Alencar Araripe. Também foi criado o Comitê Central Pró-Estado do Cariri. Em nível parlamentar, a causa autonomista tinha o apoio do então deputado estadual Wilson Roriz, representante da cidade de Jardim, autor de projeto neste sentido, que tramitou na Assembleia Legislativa do estado. O argumento central dos defensores da autonomia do Cariri continuava o mesmo, ou seja, a ideia de que a região estaria sendo prejudicada pela forma desigual como os recursos orçamentários do estado eram distribuídos (BORGES, 1995, pp. 192-193).

Esse mais recente capítulo da “novela”, cujo enredo central era o desejo do Cariri em se tornar uma unidade da federação brasileira, ainda encontrava-se circunscrito ao sonho do Crato de ser, além da capital da cultura, também a capital administrativa do novo estado. Este desejo demonstra que, ao contrário do que ocorrera em campanhas anteriores, não havia uma unanimidade regional quanto ao projeto, visto que, naquela altura dos acontecimentos, Juazeiro já havia se consolidado, economicamente, como a mais importante cidade da região e, politicamente, dava seus primeiros passos para se tornar um centro influente em todo o estado. Por outro lado, a década de 1950, a partir da fundação do ICC, trouxe um redimensionamento no projeto identitário regional, conforme será analisado mais adiante.

1.2 A DANÇA DO DOMINÓ: O CORONEL É O LOBO DO CORONEL

A história política do Cariri após a instauração do regime republicano não foi tão republicana assim. Por toda a Primeira República, de 1889 a 1930, imperou, segundo Joaryvar Macedo, no livro **Império do Bacamarte**, que trata do coronelismo no sul do

⁴¹ *Princesa do Cariri*, ao lado de *Capital da Cultura*, é outro epíteto que os cratenses gostam de usar para denominar sua cidade. A propósito, o tratamento de *princesa* dado a uma cidade é um chavão bastante recorrente no Brasil e, geralmente, é empregado aos municípios de maior expressão de cada subregião, a exemplo do que ocorre com Campina Grande, intitulada *Princesa da Borborema*.

Ceará, “a lei do barão e do cutelo”, exercida a ferro e fogo por chefes oligarcas locais e suas parentelas que se revezam no poder. O Cariri foi um dos *locus* nordestinos onde o coronelismo e seus mais conhecidos epifenômenos, como o cangaço, tiveram um arraigado desenvolvimento. Os outros foram o Pajéu, em Pernambuco, o Seridó, no Rio Grande do Norte, e o Vale da Gurguéia, no Piauí.

O coronelismo, de certa forma, está relacionado com os laços de clientela que medraram, notadamente durante os primeiros decênios da República, em espaços onde havia a concentração de renda proveniente, principalmente, do monopólio da propriedade fundiária e onde a ação do Estado mostrava-se ineficiente em função da população em geral⁴². Este contexto favoreceu o desenvolvimento do clientelismo político e econômico, travado entre os dois extremos dessa injusta e excludente sociedade: de um lado, os latifundiários, que além da posse da terra detinham, pelo monopólio da força, o exercício da violência; e, do outro, a grande massa de miseráveis sem-terra que, sem instituições oficiais para apelar por proteção e justiça, era submetida pelos ditames daqueles verdadeiros régulos, senhores do barão e do cutelo, na definição de Macedo (1990). Por sua vez, os laços de clientela se sustentavam em compromissos recíprocos mantidos entre as partes, onde o lado mais forte é dispensador de proteção política e jurídica, além da subsistência ou suporte econômico, em troca de apoio eleitoral e prestação de serviço da outra parte, que tanto podia ser em atividades produtivas como em força de defesa e ataque.

O poder das oligarquias, no qual o coronel era o representante máximo, consolidou-se após a política dos estados implantada pelo presidente Campos Sales em 1898, cuja essência era o apoio do governo federal aos candidatos eleitos pela política dominante em seus respectivos estados. A lógica desse pacto entre as esferas federal e estadual se baseava na conjuntura economicamente desfavorável aos latifundiários, o que acarretava o enfraquecimento do poder político dos coronéis. Paradoxalmente, nesse contexto, a manutenção do poder do coronel passava a exigir a presença e o apoio do Estado, que alargava sua influência à medida que reduzia a dos latifundiários. Segundo esta concepção,

⁴² Do ponto de vista de Carvalho (1997, p. 3), o coronelismo, enquanto um sistema político conjuntural, envolve relações de troca de natureza clientelística. No entanto, o clientelismo não se circunscreve ao coronelismo, visto que é um fenômeno estrutural da nação brasileira. Em alguns momentos, mesmo no apogeu do coronelismo, as relações clientelísticas podem prescindir da intermediação do coronel, dando-se entre o governo, ou políticos, e setores marginalizados da sociedade.

o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. O coronelismo é fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo. O coronelismo não existiu antes dessa fase e não existe depois dela. (CARVALHO, 1997, p. 2).

Mesmo concordando com Cortez (1999, p. 56) no tocante ao fato de que a deposição do coronel Belém, em 1904, como chefe político do Crato, “constituiu-se num marco celebrativo da conquista do poder pela civilização ancorada nos ideais liberais”, este fato não significou o fim do coronelismo no município e, tampouco, na região. As barganhas de cunho clientelístico e o mandonismo, apesar de travestidos de outra faceta, permaneceram como característica das relações de poder político e econômico. Porém, é incontestável a contribuição deste episódio na construção da identidade local pelas representações ensejadas na vitória sobre as forças retrógradas e truculentas do conservadorismo político que o pensamento liberal tão árdua e ardorosamente combatia. Afinal, a construção da identidade cratense tinha nos valores da “civilização” o seu ideal maior e as marcas do progresso moral e econômico davam sinais inequívocos com a reação frente aos abusos perpetrados por aquele que passou para a história regional como um dos símbolos de um deplorável e inaceitável despotismo, o coronel Belém.

A vigência de um regime republicano, com certeza, teve um relativo efeito na questão da deposição do coronel Belém. Nada mais sintomático, considerando-se que havia um legado republicano a inspirar as ideias dos intelectuais da região, notadamente dos liberais cratenses, desde a participação de alguns caririenses nos movimentos liberais, anticoloniais ou separatistas, que movimentaram a conjuntura política do Nordeste e do Brasil no primeiro quartel do século XIX⁴³.

No mundo real, os antecedentes da deposição do coronel Belém começam com uma reunião, ocorrida em outubro de 1903, no sobrado do coronel Antonio Luís Alves Pequeno, sendo este aclamado por um numeroso grupo de cratenses como o líder do movimento de resistência às arbitrariedades cometidas pelo intendente e seus asseclas. A divisa escolhida para simbolizar o ímpeto com o qual a luta foi encetada foi “um por todos e todos por um”.

⁴³ A afirmação se refere à Revolução Pernambucana de 1817 e à Confederação do Equador, ocorrida em 1824.

No dizer de Pinheiro (2010b, p. 173), foi o início de “uma das mais famosas lutas políticas do sul do Ceará, terminada após meses com a queda do coronel Belém”.

A crise política cratense, que já era preocupante, agravou-se com um episódio que foi perpetrado pela guarda local cerca de um mês após o conciliábulo ocorrido na casa do coronel Antonio Luís. Um grupo de jovens é atacado à bala enquanto realizava uma serenata, resultando na morte de um dos rapazes, Horácio Jácome Pequeno, parente do coronel rebelado⁴⁴. Incentivada por uma campanha movida pela oposição, cresceu enormemente a indignação da população contra o governo do coronel Belém, tornando-o insustentável. Além de tudo, a campanha anti-Belém ganhou um inesperado apoio, uma lúgubre, mas poderosa arma a ser usada: o cadáver do jovem Horácio, transformado *incontinenti* em símbolo da resistência. No mesmo dia do episódio sangrento, o jornal **Correio do Cariry** fez um tributo ao sumariamente proclamado herói, sacralizando-o em linguagem rebuscada, destinada a comover os leitores:

morto no desempenho dos deveres cívicos sentiu-se commovido ante o scenario angustioso que envolvia o torrão de seu nascimento [...] luctou com moderação e denôdo, alicerçando uma obra imensa cuja base era a consciencia publica, cuja construcção era a salvaguarda de um povo [...]. A morte é o crysol por onde se purifica o amor patrio, é a ‘prova provada’ do mais luminoso e inimitavel desprendimento pela prosperidade publica é o complemenmto da grandeza e magnanimidade dos grandes heroes [...] deuse em holocausto á conquista da liberdade, da comunhão social [...] lá no mais alto do pantheon cratense, a imaginação distingue o vulto iminentissimo do sublime herói Horacio Jácome Pequeno (ALENCAR, 1904, *apud* CORTEZ, 1999, pp. 62-63).

O culto à memória do Horácio Jácome Pequeno, elevado à condição de herói, em patamar semelhante ao do mártir revolucionário Tristão Araripe, que tombou em combate durante a malograda Confederação do Equador, foi renovado por muitos anos, sendo o aniversário de sua morte celebrado como uma data do calendário cívico cratense. Foi mais uma estratégia posta em prática pelos “especialistas da produção cultural”, em favor da construção simbólica do Crato como “Cidade da Cultura”. Para tanto, como aponta Cortez (1999, p. 63), “se serviram do mecanismo de celebração do passado cratense,

⁴⁴ Sobre o motivo do assassinato deste jovem, é importante registrar o que escreveu Cortez (1999, p. 62): “Horácio Jácome Pequeno foi assassinado pela guarda do Coronel Belém enquanto fazia uma contestação política ‘em prol da liberdade no Crato’, juntamente com outros dezoito companheiros. Interessante notar que a estratégia de contestação insere-se totalmente dentro do espírito romântico: uma serenata para a cidade.”

reinventando-o, a partir de marcos ‘históricos’, de personagens valorizadas, de condutas-modelo e ideias valiosas para a conquista da civilização”.

Na maior parte dos casos, as identidades locais, como as representações regionais que buscam unificar sentimentos e identificações coletivos, são extensões ou apêndices de identidades construídas no âmbito de uma nação. Este é o ponto de vista de Hall (2005), ao afirmar que, no mundo moderno, as culturas nacionais se constituem uma das principais fontes de identidade cultural. Sem um sentimento de identificação nacional, o sujeito moderno experimentaria um profundo sentimento de perda subjetiva. Mas o argumento desenvolvido por ele é de que “as identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação”, visto que as culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Portanto, uma cultura nacional é um discurso elaborado para atender aos mais diversos fins. Assim, as culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a “a nação”, sentidos com os quais seus membros podem se identificar, constroem identidades.

Para Anderson (1983, *Apud* Hall, 2005, p. 51), a identidade nacional é uma “comunidade imaginada”, uma vez que as nações se diferenciam notadamente nas diferentes maneiras como são pensadas. Desta forma, várias estratégias representacionais são utilizadas para elaborar o senso comum de pertencimento à nação e de identidade nacional, dentre elas a narrativa da nação (história, literatura, mídia e cultura popular), a invenção da tradição e o mito fundacional.

Especificamente, a invenção da tradição é uma estratégia discursiva que se utiliza de tradições que parecem ou alegam ser antigas e são muitas vezes de origem bastante recente, quando não inventadas. Neste sentido, essas tradições se manifestam na forma de práticas, ritualísticas ou simbólicas, com o intuito de propor valores e critérios de comportamento centrados na repetição quase obrigatória, com vistas a assegurar a perpetuação de um passado histórico adequado (HOBBSAWN; RANGER, 2012, pp. 7-8)⁴⁵.

A forma como foi registrada a queda do Coronel Belém, mesmo muitos anos após o acontecimento, é um exemplo de estratégia de apropriação do imaginário social, em que a

⁴⁵ Os autores fazem uma providencial distinção entre a “tradição inventada” e o “costume”. Na primeira, a marca principal é a invariabilidade, determinada pela imposição de práticas fixas ao passado real ou forjado. O segundo, que normalmente se observa nas sociedades ditas “tradicionais, atuando como motor ou volante, tem como função conceder a qualquer transformação a aprovação precedente.

participação popular é dimensionada como algo de importância decisiva no acontecimento: “após intenso tiroteio, que durou três dias, foi deposto e preso o coronel José Belém de Figueiredo, chefe político do Crato, pelo povo sob a chefia do coronel Antonio Luís Alves Pequeno” (PINHEIRO, 2010b, p. 174).

Nomear o “povo” como o agente responsável pela deposição do coronel Belém não é somente uma retórica, uma figura de linguagem usada para dar maior intensidade ao fato em si. Trata-se, como foi dito acima, de uma estratégia de apropriação de uma comunidade imaginada, cujo protagonismo maior cabe ao coletivo, senhor de suas ações e projeções. Os aspectos identitários aqui contidos ou sugeridos representam ou procuram ilustrar o momento histórico de transformação nos campos da ideia e da prática. A inspiração desse devir é o espírito republicano que paira, como um espectro do bem e da ordem, nos céus da nação.

Com a deposição do coronel Belém, o seu principal rival, o coronel Antonio Luís Alves Pequeno, assumiu a liderança política da então mais importante cidade do Cariri. Este, na verdade, já tinha sido aclamado anteriormente a esta condição na reunião ocorrida no sobrado de sua casa, quando ficou decidido o enfrentamento ao já instável oligarca. Foi, então, no período de seu mandato como intendente que o coronel Antonio Luís se veria em meio a um ferrenho embate político entre as lideranças de Crato e do Juazeiro. O Juazeiro era, então, um próspero distrito do Crato, iniciando, naquele momento, uma campanha separatista visando sua autonomia política, tendo à frente o Padre Cícero e um aguerrido pelotão de “soldados da causa”, com destaque para o médico Floro Bartolomeu, o padre Joaquim Alencar Peixoto e o professor José Marrocos.

É sobre as consequências deste enfrentamento que o próximo tópico vai tratar.

1.3 “PEQUIZEIROS” *VERSUS* “ROMEIROS”: A RIVALIDADE ENTRE CRATO E JUAZEIRO

A questão Crato *versus* Juazeiro tem suas origens nos desdobramentos dos chamados “fatos milagrosos” que tiveram como palco esta segunda localidade. Sinoticamente, tais fatos consistiram de uma sucessão de transformação da hóstia ministrada pelo Padre Cícero Romão Batista, sacerdote cratense e capelão do então minúsculo povoado de Juazeiro, à beata Maria de Araújo. Esses “milagres” ocorreram entre os anos de 1889 e 1891 e foram permeados e seguidos de muita polêmica, marcada, progressivamente, pelo enfrentamento entre os defensores e acusadores da veracidade do

fenômeno ou da sua interpretação como milagres ou embustes. Este enfrentamento veio a descambar em uma duradoura rivalidade entre o Crato e a futura cidade do Juazeiro. Além do mais, foi a partir deste fenômeno religioso e social que os chamados “especialistas da produção cultural” procuraram pôr em prática o projeto, paralelamente elaborado, com ênfase na representação do Crato como “Cidade da Cultura”, espaço culto, letrado, civilizado e, portanto, digna da missão de ser centro difusor dos legítimos valores morais éticos, em oposição ao Juazeiro, que passou a ser tachado como um antro de promiscuidade e fanatismo, portanto, um *locus* de barbárie⁴⁶.

Segundo Cortez (1999, p. 65), foi somente a partir dos “milagres” de Juazeiro que “houve um forte investimento estrategicamente orientado no plano discursivo e no plano das ações, no sentido de marcar uma distinção social e uma superioridade do Crato” e quando os cratenses passaram a se autodenominar e se reconhecer como cidadãos de primeira categoria, visto serem partes integrantes da “Cidade da Cultura”. Nesta ação, o clero local teve um papel proeminente, com decisiva interferência da hierarquia católica, dispensado diretamente pelo Vaticano⁴⁷. É o que se pode inferir com o encaminhamento e desfecho dado à questão religiosa gerada a partir dos milagres que teriam ocorrido em solo juazeirense, protagonizados pelo sacerdote cratense e uma mulher, pobre, negra e analfabeta.

Convém afirmar que, na sua gênese, a produção do Crato como “Cidade da Cultura” não resultou de uma ação deliberada de uma comissão de especialistas nomeada para tal fim ou de uma espécie de “gabinete de crise”. Trata-se antes de um movimento espontâneo de reação ao que o Juazeiro poderia representar enquanto ameaça ao “projeto civilizador” que vinha sendo posto em prática desde as primeiras décadas do século XIX, quando, por exemplo, surgiu e fortaleceu-se o desejo da região de emancipar-se política e administrativamente sob a orientação das elites cratenses. Ressalte-se o fato de que o Crato era, desde 1853, a única localidade da região a gozar do estatuto cidadão, conforme legislação da época. No entanto, com o decorrer do tempo e com o aprofundamento da

⁴⁶ Essa tachação ocorreu principalmente no contexto da questão religiosa que permeou e sucedeu os inquéritos sobre os chamados “fatos extraordinários de Juazeiro”, instaurados pela Diocese do Ceará para investigar os supostos milagres de transformação de hóstias em sangue. Sobre isso, ver o livro **Padre Cícero: poder, fé e guerra no Sertão**, de Lira Neto, notadamente o capítulo “Autoridades em polvorosa: o herege do Juazeiro está mancomunado com o lunático de Canudos?”.

⁴⁷ Sobre a interferência da Igreja na questão religiosa de Juazeiro, bem como a respeito dos supostos milagres e seus desdobramentos, ver o livro **Milagre em Joazeiro**, de autoria do historiador norte-americano Ralph Della Cava. Para escrever o livro, Della Cava permaneceu uma longa temporada no Cariri, onde teve acesso aos arquivos da Diocese do Crato e outros arquivos, de natureza particular, além de documentação diversa que trazia informações inéditas sobre aquele movimento socioreligioso.

questão religiosa do Juazeiro, que se tornava mais polêmica e nevrálgica, os esforços na direção de elevar e consolidar o Crato como modelo de sociedade a ser seguido ganha contornos mais elaborados com a produção, da parte dos intelectuais cratenses, de um arsenal conceitual utilizado tanto na projeção de uma cidade ideal quanto na condenação e detratção das “rasteiras” práticas sociais e religiosas inculcadas aos habitantes de Juazeiro. Para a projeção desta configuração social, de idealização perfeita de cidade, os “especialistas da produção cultural” buscaram inspiração nas ideias e ideais do liberalismo político e do positivismo, além dos primados do catolicismo romanizado. Quanto aos detratados habitantes de Juazeiros, na sua grande maioria romeiros que se radicavam naquela cidade, atraídos pela mística do Padre Cícero e sua fama de milagreiro, estes eram tratados no discurso da intelectualidade cratense como fanáticos, supersticiosos, ignorantes, marginais e até mesmo como cúmplices do crime e da desordem.

Mas o que nos interessa na análise da construção da identidade ou identidades caririenses é o estabelecimento de uma ferrenha oposição entre representantes das duas cidades, numa rivalidade que vai ser instigada entre a população, a ponto de criar uma fissura importante no contexto regional, provocando, em alguns momentos, situações de enfrentamento mais radical, como aconteceu no episódio conhecido como revolta ou sedição de Juazeiro, ocorrida em 1914⁴⁸.

A Sedição de Juazeiro, embora servindo às oligarquias da região, foi uma revolta que contou com forte participação popular, liderada pelo padre Cícero Romão Batista e pelo médico Floro Bartolomeu da Costa⁴⁹, que atuava, naquele contexto, como principal conselheiro político do famoso sacerdote. Estes estavam insatisfeitos com a interferência do governo federal na política do estado, visto que, nesta intervenção, com a derrubada da oligarquia liderada por Antonio Pinto Nogueira Accioly, tiveram também seu poder ameaçado. Desta forma, tendo o Juazeiro como epicentro, aconteceu um movimento armado que visava depor o interventor Franco Rabelo. As tropas juazeirenses eram

⁴⁸ A Sedição de Juazeiro tem sua origem em 1912, quando Marcos Franco Rabelo, nomeado interventor do Ceará pelo presidente Hermes da Fonseca, tratou de minar o poder que o Padre Cícero exercia na política caririense. Rabelo destituiu Padre Cícero do cargo de prefeito de Juazeiro e chegou a ordenar sua prisão. Floro Bartolomeu (ver nota seguinte) convocou, então, os romeiros a se juntarem a seus jagunços com o intuito de defender o Padre Cícero e o Juazeiro de um iminente ataque das forças policiais de Franco Rabelo. Depois de evitar a tomada de Juazeiro pela polícia do estado, a tropa juazeirenses invadiu o Crato e seguiu para Fortaleza, onde depôs o interventor. Sobre a sedição de Juazeiro e Floro Bartolomeu, ver Pinheiro (2011).

⁴⁹ Floro Bartolomeu (1876-1926), médico baiano, chegou ao Cariri em 1908, atraído pela mina de cobre de Coxá, no município de Aurora, mas acabou fixando-se em Juazeiro. A partir daí, até a sua morte, em 1926, manteve um papel de destaque nos acontecimentos políticos do Cariri.

formadas por romeiros, dentre eles famigerados ex-jagunços e ex-cangaceiros então convertidos sob a orientação do popular padre. Acreditavam estar participando de uma espécie de “cruzada santa” contra forças do mal, representadas pelas tropas da polícia do estado. A guerra foi violenta e culminou na deposição do coronel Franco Rabelo e na volta dos acciolistas – como eram designados os seguidores de Antonio Pinto Nogueira Accioly – ao poder.

Apesar ter sido motivada por uma disputa envolvendo as oligarquias cearenses e o governo federal, por conta da interferência do poder central na política estadual, contrariando os interesses políticos do Padre Cícero, a Sedição de Juazeiro serviu para um ajuste de contas na política regional, culminando com a invasão do Crato pelas tropas juazeirenses. Com se não bastassem os ânimos já acirrados desde o conturbado processo de emancipação juazeirense, o Crato serviu de base para uma planejada invasão do Juazeiro por tropas da polícia estadual. Há quem afirme que os confrontos mais violentos promovidos pela Sedição ocorreram na invasão do Crato.

A Sedição do Juazeiro, com a impiedosa invasão do Crato, veio a exacerbar ainda mais a crise que se já arrastava desde a campanha de emancipação de Juazeiro, contribuindo, de forma duradoura, para o “bairrismo” que passa a ser uma recíproca na relação entre as duas cidades. No decurso deste embate, serão inculcadas identidades pejorativas aos habitantes das duas cidades: enquanto os juazeirenses são identificados como romeiros, os cratenses são chamados pequizeiros⁵⁰.

O antagonismo entre as duas principais cidades carrienses, no que pese a posição explicitamente contrária do clero cratense com respeito aos supostos milagres, que vieram inicialmente fermentar esta rivalidade, ganha contornos mais agudos durante e após o processo de emancipação política de Juazeiro, o que levou a um renhido e tenso embate entre as lideranças políticas das duas localidades. Da mesma forma, deve-se considerar, como um importante fator desse processo, a ascensão econômica de Juazeiro, já no início do Século XX. Este acelerado desenvolvimento, fruto das crescentes romarias, foi o

⁵⁰ Para entender essas identificações enquanto injúrias mútuas, conveniente explicar que romeiro era (e ainda é, em se tratando dos devotos mais humildes do Padre Cícero, ainda que seja uma visão eivada de preconceito), associado ao mais puro fanatismo, à ignorância, à pobreza e à falta de higiene. Já o termo “pequizeiro” alude a uma árvore muito comum na Chapada do Araripe, cujo fruto é muito utilizado na culinária regional e muito apreciado pelo cratense, em particular. Vale salientar que o pequi tem cheiro e sabor muito acentuados e faz parte principalmente da dieta alimentar dos pobres, como substituto da carne. Costuma-se dizer que ou se gosta ou se detesta o pequi, não havendo meio termo. Indispensável seria dizer que para os juazeirenses, que se sentiam detratados pelo tratamento dado pelos cratenses, o pequi era tido como um fruto a se abominar.

argumento utilizado pelo movimento encetado pelas lideranças juazeirenses em favor da autonomia do então distrito do Crato, com o forte e decisivo apelo dos benefícios fiscais que a separação proporcionaria ao Juazeiro.

Se já havia toda uma base fermentada para o crescimento do confronto, faltava, pois, quem se dispusesse a “amassar a massa” e, ao mesmo tempo, instigar as massas para a causa emancipacionista. Esse papel foi exercido pelos editores do jornal **O Rebate**⁵¹, semanário que circulou entre julho de 1909 e agosto de 1911. Segundo Melo (2003, p. 37), “o objetivo principal do jornal era propagar a defesa levada a efeito pelas lideranças políticas de Juazeiro contra as acusações que partiam da imprensa do Crato, qualificando aquele lugar de antro de fanatismo e de banditismo.” Como resultado da propaganda anticratense, a população, mobilizada, decidiu boicotar o pagamento de impostos municipais recolhidos ao Crato.

Ainda é Melo (*idem*) que nos dá a seguinte informação:

O artigo publicado no dia 04 de abril de 1910 informa aos leitores que o coronel Antonio Luiz Alves Pequeno, principal chefe político do Crato, estaria preparando uma ofensiva armada contra Juazeiro; na oportunidade, os moradores do povoado são convocados para reagir energicamente:

“Chegou a notícia de que o Sr. Antonio Luiz está preparado para amanhã mandar uma força armada vos espingardiar, vos matar, por que não quereis pagar impostos municipaes na feira.

“Cada joazeirense deve estar prevenido com suas armas de promptidão para morrer ou matar em defesa de seus direitos. Às armas povo! Quem não é por nós é contra nós!”

Além da campanha veiculada em editoriais e artigos, **O Rebate** reservava um espaço, o *Boletim Cariricata*, onde eram veiculadas gravuras, versos e trovas ridicularizando as autoridades do Crato⁵². Uma estrofe de uma poesia, intitulada *Antonio Luiz Canella Preta trinchado pelo público*, diz:

Quem diz verdade, não mente...
O homem perdeu a fama,
Cahiu em cheio na lama

⁵¹ Semanário fundado em Juazeiro, cujo núcleo principal de colaboradores era formado pelo padre Joaquim Alencar Peixoto, seu principal redator, o escritor José Marrocos e o caudilho Floro Bartolomeu. Sobre o padre Alencar Peixoto, assim opinou Pinheiro (2010b, p. 176): “[...] da má orientação que imprimiu à campanha o padre Peixoto, homem sumamente atrabiliário, resultou acre polêmica entre o órgão juazeirense e o ‘Correio do Cariri’, do Crato”.

⁵² Em contraofensiva, o jornal cratense **Correio do Cariri**, procurava ridicularizar o padre Alencar Peixoto, acusando-o de plagiador (PINHEIRO, 2010b, p. 176).

Não tem galho em que s'agente...
 Quem provoca a muita gente,
 Quando cahe quebra o nariz...
 A força toda perdeu...
 É coqueiro sem raiz
 O pobre Tonho Luiz. (*ibidem*, p.40)

Por fim, o movimento emancipacionista ganhou força em 1910, quando Padre Cícero, abandonando a posição de aparente neutralidade, encaminhou correspondência ao presidente do estado, requerendo a separação de Juazeiro do Crato. Na ocasião, uma passeata de apoio ao movimento separatista reuniu cerca de quinze mil pessoas, uma multidão para a realidade demográfica da época naquela localidade. No entanto, a emancipação ansiada e tão arduamente defendida só viria ocorrer em meados do ano seguinte, sacramentando, como foi dito, a rivalidade entre as duas principais cidades caririenses e provocando uma contradição interna na construção da identidade regional, ainda que elaborada, naquele momento e mais do que em qualquer outro instante, do ponto de vista cratense. Com sua autonomia, e da forma como foi conquistada, as elites juazeirenses, fortemente apoiada pelos habitantes, que enxergavam a conjuntura do ponto de vista da fé, adicionavam um novo ingrediente na pretendida identidade regional.

A partir desse momento, os dois municípios passam a disputar a hegemonia política e econômica da região. Do ponto de vista econômico, observa-se, de partida, que o Juazeiro passa a ter um desenvolvimento acelerado, estimulado pelas crescentes romarias e a orientação dada pelo Padre Cícero para que os novos habitantes, que logo na chegada iam se aconselhar com ele, pautassem suas condutas, doravante, pela fé e pelo trabalho. Esse crescimento é impulsionado, notadamente, pela indústria artesanal e pelo comércio, enquanto no Crato mantinha sua base econômica centrada preponderantemente nas atividades agrícolas e pecuárias. Neste ritmo, não demorou que o Juazeiro superasse o Crato do ponto de vista econômico. Só para ilustrar essa afirmação, em 1940, Juazeiro possuía 3.916 unidades industriais e 1007 unidades comerciais, enquanto o Crato possuía apenas 768 indústrias e 609 estabelecimentos comerciais⁵³. Neste sentido, é esclarecedora a afirmação de Cortez (1999, p. 69):

Superando o poder econômico do Crato na região, e constituindo um forte poder de barganha política junto aos governos estadual e federal,

⁵³ Cf. **Sinopse Estatística do Município do Crato** - Estado do Ceará, e **Sinopse Estatística do Município de Juazeiro do Norte** - Estado do Ceará: Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1948.

Juazeiro elaborou para si os adjetivos de “cidade da fé e do trabalho”, “metrópole econômica”, mas nunca pôde ser adjetivada de cidade civilizada ou culta. Esses foram atributos do Crato, estratégias discursivas com as quais os “especialistas da produção cultural” passaram a defender, conscientemente, a superioridade do Crato na região, à medida que Juazeiro a superava no plano econômico e político.

Conforme vem sendo dito, este quadro de coisas só veio a agravar o que já se configurava como um embate aberto e ferrenho entre duas identidades culturais: cratenses *versus* juazeirenses ou “pequizeiros” *versus* “romeiros”, como a rivalidade era processada nos meios populares. Assim, todas as possibilidades de comparativo ou de competição eram combustíveis para avivar a “fogueira de paixões e vaidades” que incendiava os contendores. Igualmente, a identidade de um e de outro se afirmava pela negação recíproca. Nessa situação de enfrentamento, ser cratense era não ser juazeirense e vice-versa. Não houve, portanto, um acordo de complementaridade que pudesse fortalecer uma identidade unificada, a partir de características das respectivas identidades específicas, que, diga-se de passagem, eram excludentes principalmente no campo das ideias, manipulado e monopolizado por uma restrita, mas dominante elite letrada. É o estabelecimento da relação entre identidade e diferença, permeada pela discussão do conceito de identidade e da construção das identidades, conforme analisado por Woodward (2000).

Em cenários de conflito ou de turbulência social e política, a questão identitária mostra-se, às vezes, dependente de posições específicas, às quais as pessoas se referenciam, de acordo com sentimentos resultantes de representações que se lhes impõem. As identidades em crise buscam significado através da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas. Segundo Woodward, (*Idem*, p. 8-13), antes de analisar o conceito de identidade é preciso examinar como este se insere no “circuito da cultura”⁵⁴, além de buscar perceber como a identidade e a diferença estão presentes no debate sobre representação. O sujeito, objeto central do conceito de identidade, se posiciona historicamente ou socialmente a partir dos significados que tem para explicar sua experiência e aquilo que ele é ou que pode se tornar. Esses significados são produzidos no processo que inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos. Esse processo – a interação entre práticas de significação e sistemas simbólicos – é que vem fundamentar o conceito de representação. Existe, portanto, um estreito vínculo entre a produção de

⁵⁴ Conceito proposto por Stuart Hall no artigo “A centralidade da Cultura”, de 1997, que identifica três tipos de regulação através da cultura, dentre as quais a que atua na constituição de subjetividades e identidades, buscando levar subjetivamente as pessoas a regularem-se a si mesmas.

significados e o posicionamento do sujeito, isto é, a produção das identidades assumidas pelo sujeito ou a ele impostas. Todo esse processo é eminentemente cultural, pois depende da produção humana e social (discursos, símbolos, práticas e representações).

É o que ocorre, primeiramente, quando os “especialistas da produção cultural” cratenses, ao produzirem a história local, sacralizaram o passado, através de uma narrativa que beira a epopeia, com a descrição de feitos heroicos e iniciativas pioneiras, vinculando esses atributos históricos a um suposto caráter dos seus habitantes, como se estes fossem herdeiros natos de uma tradição idealizada. Igualmente, esses especialistas estabelecem quais efemérides devem ser dignas de serem lembradas e celebradas, ao proporem um calendário cívico de festas e solenidades, ao lado da demarcação de lugares de memória como, por exemplo, as denominações dos logradouros públicos da cidade. Afinal, como afirma Woodward (*Ibidem*, p. 11), “uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos”.

É importante ressaltar que essas produções foram submetidas a um tipo de crisol, visando a sua depuração, a fim de que pudessem estar à altura dos objetivos do projeto civilizador que vai nortear as representações do Crato como “Cidade da Cultura” e centro difusor de ideais e de ideias coadunados com os mais elevados valores morais e éticos da civilização cristã ocidental. Para tanto, empenharam-se aqueles especialistas em dotar a cidade de instituições de apoio, produção e difusão da cultura e da civilidade. Várias associações foram criadas no sentido de contribuir para o “progresso cultural” do Crato.

Por sua vez, com os bríos machucados pela aversão sofrida a partir da vigência das práticas de construção da representação do Crato como “Cidade da Cultura”, e motivados pela conquistada autonomia política, que é interpretada como um golpe direto e incisivo nos seus adversários mais diretos, os cratenses, - os juazeirenses reagem e propõem sua própria representação identitária. Esta reação, desferida pelas lideranças emergentes no processo de desenvolvimento socioeconômico e de emancipação política da cidade, vai resultar na construção de uma identidade juazeirense calcada nos valores tidos como norteadores da conduta de seus habitantes, ou seja, a fé e o trabalho. No entanto, um novo elemento se junta a esses outros dois: o destemor no qual os “romeiros” se lançam na luta em defesa da “cidadela”⁵⁵ juazeirense e nos ataques perpetrados na campanha da Sedição.

⁵⁵ Durante a sedição, em 1914, foram cavadas, em apenas seis dias, trincheiras circundando todo o Juazeiro, chamadas pelos romeiros “Círculo da Mãe de Dores.” A ideia foi de Antônio Vilanova, ex-combatente da Guerra de Canudos, residente em Assaré e que fora chamado, na condição de estrategista, para auxiliar na revolta de Juazeiro.

Um destemor que avança para a violência, como ocorre na invasão do Crato e de outras cidades, durante o deslocamento das tropas juazeirenses rumo à capital do estado, onde depõem o interventor Franco Rabelo.

1.4 ENTRE A CRUZ E O TACAPE: A FÉ QUE MOVE CIDADES

Só pela rápida abordagem da rivalidade entre Crato e Juazeiro, onde a questão religiosa é intrínseca, dá para perceber a forte influência da Igreja Católica na formação cultural do Cariri. E esse legado é enfaticamente reivindicado não apenas pelos intelectuais cratenses, notadamente aqueles que eram vinculados ao clero local ou que se autoafirmavam católicos praticantes, a exemplo de Antonio Gomes de Araujo e José de Figueiredo Filho, mas também pelos que se apresentavam sob uma aparência mais laica, como Irineu Pinheiro.

Apesar de iniciada com a ocupação de sesmeiros, já nos primeiros anos do século XVIII (PINHEIRO, 2010b, pp. 18-21), a colonização do Cariri é comumente descrita como obra decorrente de uma empreitada evangelizadora, a cargo de missionários capuchinhos italianos oriundos de Recife, Pernambuco. Da mesma forma, foi como que outorgado ao frade capuchinho Carlos Maria de Ferrara, o título de fundador do Crato. É, por exemplo, o que afirma Feitosa (1955, p. 143):

A julgar pelo que diz Antonio Beserra, a cidade do Crato nasceu em 1730, quando o Capuchinho Fr. Carlos Maria de Ferrara, do Convento da Penha em Recife, enviado pela Junta das Missões, daquela mesma cidade, veio bater nas plagas caririenses, e aqui fundou um núcleo de catequese na fralda oriental do morro que tem agora o nome de Pinto Madeira (barro Vermelho) e o transportou depois para o mesmo lugar que hoje garbosamente se ostenta a Feira das Amostras (Praça da Sé)⁵⁶.

No entanto, o tão desejado e incentivado culto a essa memória é ainda hoje reclamado pelos intelectuais católicos, a julgar pelo que escreveu recentemente um deles:

⁵⁶ Segundo informação constante no site da Diocese do Crato, não há uma data precisa sobre a instalação da Missão do Miranda, bem como a data da sua transferência para o local onde hoje é a Praça da Sé. A referência mais antiga em relação à Missão é de 30 de julho de 1741, através do registro de um batizado realizado por frei Carlos Maria de Ferrara.

“tirando uma minúscula placa existente numa coluna da Praça da Sé (...) não encontramos mais nada a lembrar Frei Carlos Ferrara na cidade por ele fundada”⁵⁷.

O perfil de Carlos Maria de Ferrara é descrito com a pompa necessária para que figurasse no idealizado panteão dos heróis da história caririense. Comparado a José de Anchieta, pelo sua obra evangelizadora em meios a “tribos indígenas, entregues ao paganismo e à barbárie”⁵⁸ é também enaltecido pela coragem e predestinação por ter decidido “ainda jovem, (...) contribuir com a obra de Deus em terras inóspitas e longínquas do continente americano”⁵⁹, e pelo franciscano desapego, visto que, mesmo oriundo de família abastada, “vestia hábitos velhos e remendados; passou fome e sentiu frio, padeceu de doenças e enfrentou um mundo atrasado e isolado dos centros mais civilizados”⁶⁰.

A maior obra de Carlos Maria de Ferrara, pelo menos em terras caririenses, foi ter fundado a Missão do Brejo do Miranda, tida como o núcleo da atual cidade de Crato⁶¹. No centro da Missão foi erigida uma pequena capela de taipa com teto de folhas de palmeira. O pequeno e simples templo foi oferecido à proteção de Nossa Senhora da Penha, que veio a ser perpetuada como padroeira da cidade. Em derredor da capelinha, ficavam as ocas dos índios. A explicação para a Missão do Miranda ser vista como o núcleo original da cidade do Crato foi sua força centrípeta sobre a decisão dos colonizadores brancos de erguerem moradas e outras edificações. Aos poucos, nas imediações da Missão, elementos brancos foram construindo suas casas. Assim, o cronista católico celebra este marco, ao tempo que imprime um protesto:

Não padece dúvidas de que o fundador do Crato foi Frei Carlos Maria de Ferrara. É esta a mais bela página da história cratense. E, no entanto, nenhuma medida foi tomada pelo poder público para homenagear, nesta cidade de Crato, Frei Carlos Maria de Ferrara. Sequer existe aqui um beco com o nome dele.

Lugar ingrato para com seus benfeitores, esta cidade de Crato...⁶²

⁵⁷ Trecho extraído do artigo **Frei Carlos Maria de Ferrara, esse esquecido**, de autoria de Armando Lopes Rafael. Disponível em: <<http://www.crato.org/chapadadoararipe/2010/06/30/frei-carlos-maria-de-ferrara-esse-esquecido-por-armando-lopes-rafael-2/>>. Acesso em: 7 ago. 2013.

⁵⁸ *Idem.*

⁵⁹ *Ibidem*

⁶⁰ *Id.*

⁶¹ À Junta das Missões que enviou frei Carlos ao Cariri são creditados os esforços iniciais que resultaram em outras duas cidades caririenses: Missão Velha e Barbalha.

⁶² Op. Cit.

Teria sido esse esquecimento uma constante? Ou melhor, qual teria sido a importância da memória de Frei Carlos no imaginário dos cratenses a partir da circulação de representações acerca da origem e do desenvolvimento da cidade do Crato?

Há algumas representações de inspiração católica que se procuram incutir no imaginário social cratense, sendo a “Cidade de Frei Carlos” a mais conhecida. Esta qualificação foi inicialmente difundida a partir do livro de Antonio Gomes de Araújo, de título homônimo, publicado em 1971. A propósito, no que pese o fato de este historiador dividir seu tempo entre a pesquisa histórica e os serviços religiosos de sacerdote católico, ou justamente por esse motivo, é de sua lavra as principais informações sobre a presença da Igreja na formação histórica do Cariri.

Araújo (1955 p. 162) também se empenhou no sentido de buscar avivar a memória do consagrado fundador do Crato para além da chama da historiografia. Neste sentido, propôs tanto mitificar como monumentalizar o ilustre, porém olvidado personagem. Em artigo publicado na edição de estreia da revista **Itaytera**, do ICC, o seu “recado” é claro e incisivo:

Gregos e Romanos consideravam heróis aos fundadores de suas cidades. Prestavam-lhes culto cívico e religioso. Cantavam a perpetuidade de sua memória na sinfonia dos mármore das estátuas, dos templos, nos monumentos literários e na chama sagrada, inextinguível sobre as aras da URBS e da POLIS.

[...]

No Brasil, temos o exemplo dos habitantes da capital paulista, os quais se desvelam no culto cívico a Anchieta, fundador-mor da Paulicéia. Perpetuaram-lhe a memória no bronze das estátuas, na nomenclatura das ruas e até numa estrada: a Via Anchieta, que liga a capital bandeirante ao porto de Santos, a cidade de Brás Cubas.

[...]

Em trabalho subordinado a epígrafe – A Cidade de Frei Carlos – [...] escrevi: “Quando a cidade erguerá um monumento ao seu fundador? É uma dívida em atraso”.

Pois bem, Ferrara, tal Anchieta e assim como os heróis gregos e romanos, seria merecedor de culto à sua memória, digno de ser perpetuado e monumentalizado, inclusive, no mármore ou no bronze das estátuas. No entanto, seu filho, o Crato, era-lhe ingrato. Quase duzentos anos depois da fundação da cidade, obra a ele aclamada, nada houvera sido feito para lembrar aos cidadãos da terra tamanha façanha. Mas Antonio Gomes de Araújo, misto de sacerdote e historiador, tomou para si a missão de corrigir essa ingratidão, debitando-a da conta do Crato. Para tanto, mesmo antes de escrever a obra de título que

remete a mais uma representação cratense – **A cidade de Frei Carlos** –, Antonio Gomes de Araújo, em novembro de 1954, propôs ao recém-inaugurado ICC a ideia de se erguer um monumento ao “fundador” do Crato. Fez mais: encampou a ideia de um sócio-correspondente do ICC de atribuir ao jardim da Praça da Sé o nome do benemérito fundador, lembrando que “a praça – feliz coincidência! – está localizada onde Frei Carlos erigiu o templo de Nossa Senhora da Penha e instalou a povoação indígena – berço social da cidade” (*Idem*).

Gravita também em torno do Frei Carlos Maria de Ferrara a construção dos mitos etiológicos que vem fundamentar o surgimento da cidade do Crato e, por extensão, de todo o Cariri. Um exemplo é o mito da Penha na pedra, que remete à devoção, pelos cratenses, a Nossa Senhora da Penha, padroeira da cidade. Essa devoção é bastante antiga, pois começou junto com a fundação da cidade. Conta-se que a imagem da santa desaparecia da capela da Missão do Miranda e misteriosamente aparecia em uma pedra distante dali. Esta foi a motivação para que o núcleo do povoado se transferisse do brejo do Miranda para onde hoje está erguida a Igreja da Sé.

Sobre a importância desses mitos, é importante ressaltar que no pensamento grego o passado mítico tinha raízes históricas fatuais. Os primeiros protagonistas da história grega eram vistos como o elo entre o mundano e o sobrenatural, referendando e consolidando atos sociais, políticos e morais presentes em função da estrutura e desenvolvimento do mito fundador. E assim como na mitologia grega e na cultura religiosa oriunda da bíblia, as lendas derivadas dos mitos locais, descritos pelos narradores da história caririense, estão associadas a templos e altares que, mesmo tendo sido obras da ação humana, são vistas como que estabelecidas por todo o sempre. Neste sentido, são símbolos que regem as relações entre certas divindades e sua comunidade adorante. Esses mitos também podem justificar a mudança de uma ordem antiga para outra.

Afora os pioneirismos de descoberta e fundação dos primeiros núcleos populacionais, embrião de cidades, é indubitável a “chancela” da Igreja na área da educação. Tanto é assim que o empreendimento que vai inaugurar essa marca é a criação do Seminário São José, em 1875.

O projeto de criação do Seminário São José começa pela determinação de Dom Luiz Antônio dos Santos, primeiro bispo do Ceará, em fundar em Crato um educandário religioso. Para tanto, Dom Luiz Antônio enviou em 1872 uma missão lazarista para atuar junto à opinião pública cratense no sentido de convencê-la da necessidade e urgência da

criação de um seminário e recolher os recursos necessários para tal fim. O próprio bispo esteve no Crato em duas ocasiões, em 1873 e 1875, para comandar as obras e, por fim, inaugurar oficialmente o Seminário, o que foi feito no dia 8 de março de 1875.

Sobre o que representou a contribuição da Igreja ao desenvolvimento educacional da cidade do Crato, quando esta cidade gozava da importância de ser o centro da civilização regional, é de grande valia o que escreveu Feitosa (1955, p. 144):

Deste modo a Igreja, que havia fundado aqui, com a catequese, a instrução primária, também fundou, com o Seminário, a secundária. E quem negaria que a Igreja é, ainda hoje, o grande baluarte da educação do segundo grau entre nós? A quem devemos, além do Seminário, o Colégio Diocesano e o Ginásio e Escola Normal Santa Teresa? Excetuando-se a Escola de Comércio, tudo o que temos na esfera da educação secundária devemos a D. Luiz Antonio dos Santos, a D. Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, a D. Francisco de Assis Pires⁶³. E não será despropósito consignar que o Sr. Pedro Felício Cavalcante, Diretor da escola de Comércio, de certo não subestima a colaboração do clero por ele mesmo requisitada.

Isto posto, a Igreja toma para si, além da missão de salvar almas, a causa da instrução pela educação formal, atuando pioneiristicamente e continuando, ao longo dos anos, como a principal mantenedora da ação educativa na região, tendo o Seminário São José como seu marco inaugural. No entanto, não se deve perder de vista que o Seminário São José não visava atender somente à necessidade de educar jovens. Buscava, notadamente, a formação de presbíteros dentro dos cânones da Igreja romanizada, em um momento bastante crítico da instituição, que se encontrava, principalmente nas regiões mais distantes do controle da hierarquia clerical, “contaminada” por práticas típicas da religiosidade popular e por desvios de conduta dos clérigos. Assim, a criação do Seminário se coadunou ao programa de romanização que estava sendo posto em prática no Ceará, conforme atesta Pinheiro (1989, p. 195):

A Província do Ceará será área de romanização por excelência. A começar pelo período de organização de sua Diocese, criada em 1859 [...] ocorre no período inicial do processo de romanização [...] e para completar este quadro tipicamente romanizado, foi nomeado como o primeiro Bispo D. Luiz Antônio dos Santos [...] formado num dos mais famosos centros de romanização do país.

⁶³ Dom Quintino e Dom Francisco foram, respectivamente, primeiro e segundo bispos do Crato.

Dentre as preocupações o bispo do Ceará no Cariri, além do pecaminoso estado de mancebia ao qual estava envolvida boa parte dos padres alocados na região, uma o afligia seriamente: a ação missionária do Mestre Padre Ibiapina, que extrapolava o mero evangelismo das intenções, ao instituir as ordens de beatos e beatas sem a devida autorização eclesiástica, o que era considerado uma grave e intolerável desobediência aos preceitos canônicos (BARROS, 1988, p. 104). Não obstante, tais ordens fermentavam um terreno já bastante delicado e preocupante para a Igreja: a religiosidade popular. A reação de dom Antonio Luiz foi desautorizar a ação missionária do padre Ibiapina no Cariri, exigindo que para a realização de qualquer missão fosse necessária sua licença por escrito (*Idem*, p. 99). Contrariado, padre Ibiapina, quando partiu definitivamente do Cariri, no ano de 1872, entregou a administração das Casas de Caridade edificadas na região à Diocese do Ceará. Essas casas, construídas com donativos de pessoas abastadas do Cariri, além da utilização de mão de obra voluntária, destinavam-se ao alojamento e instrução para moças e meninas órfãs. Nessas Casas elas eram educadas para a fé, para o exercício dos ofícios domésticos e para o casamento.

O conflito pastoral declarado por dom Antonio Luiz contra a obra e a presença do padre Ibiapina no Cariri pode ter duas razões: tanto o fato de este ter influência da corrente clerical nacionalista, visto sua formação no Seminário de Olinda⁶⁴, como o viés popular do catolicismo praticado em sua ação pastoral, o que manifesta uma clara autonomia frente às orientações da hierarquia eclesiástica, como pode ser comprovada na instituição das ordens de beatos e beatas. De certo modo, a obra caririense do padre Ibiapina veio a preparar o terreno que vai propiciar os chamados “fatos extraordinários” de Juazeiro, com a suposta transformação da hóstia, ministrada pelo padre Cícero, em sangue, na boca de uma beata. Por outro lado, mesmo que *a posteriori*, essa obra missionária será apropriada tanto pela Igreja como pelos “especialistas da produção cultural” na construção e difusão do projeto civilizador cratense proposto para a região. Sintomática é a resposta dada por Irineu Pinheiro para a indagação sobre o que fazia padre Ibiapina no Cariri: ele estaria “regenerando os costumes” (FEITOSA, 1955, p. 146). Além do mais, o resultado do seu apostolado é considerado uma obra de grande impacto civilizador, visto que é inspirado no lema oração e trabalho, que legou tantos benefícios espirituais como materiais para a

⁶⁴ O seminário de Olinda era um reduto importante dos estudos das teorias iluministas, tornando-se um disseminador destas ideias. Por ocasião das revoluções liberais que eclodiram no Nordeste no primeiro quartel do século XIX, o Seminário de Olinda contribuiu decisivamente com a participação de vários padres e seminaristas, como é o caso do frei Caneca e do cratense, então subdiácono, José Martiniano de Alencar.

população⁶⁵. Por isso, Ibiapina era visto pela população em geral como “O apóstolo do Nordeste” ou ainda como “O Peregrino da Caridade”. Por onde passava deixava sua marca que combinava o bálsamo imediato e a esperança da superação de muitos desafios e problemas comuns àqueles tempos de dificuldades e limitações típicos dos sertões abandonados, como assevera essa descrição da conjuntura vivida pelo Padre Mestre:

Na segunda metade do século XIX a região do Nordeste enfrentava os surtos de doenças epidêmicas como a febre amarela, o cólera e a varíola, que se proliferavam pelo país. Os problemas gerados pelo banditismo, pelo desaparecimento da justiça e pelos entraves estruturais vitimavam um povo ignorante e excluído que sofria toda a precariedade física, humana e espiritual que existia.⁶⁶

A força, presença e influência da Igreja Católica vão receber novos contornos e dimensão com a fundação da Diocese do Crato em 1914, em um ato que vai estar relacionado com a questão religiosa do Juazeiro e que vai municiar os articuladores do projeto identitário cratense com mais argumentos e estratégias na construção da representação de “Cidade da Cultura”.

⁶⁵ No Cariri o padre Ibiapina realizou obras como construção de açudes e cacimbas e reformas de igrejas e cemitérios. Fundou ainda Casas de Caridade em Barbalha, Crato, Milagres e Missão Velha.

⁶⁶ Cf. MOREIRA, Sara Cavalcante e SOUZA, Océlio Teixeira. **Caridade e fé no Cariri Cearense: A ação missionária do Padre Ibiapina nas Vilas de Crato e Barbalha.** Disponível em <http://www.ce.anpuh.org/download/anais_2010_pdf/st05/Artigo_refeito_sara.pdf>.

CAPÍTULO 2: A NOVA HISTORIOGRAFIA CARIRIENSE

Segundo Albuquerque Júnior (2009, pp. 88-89), para se legitimar o recorte de uma região, é preciso instituir uma origem para ela, através de uma história regional retrospectiva, buscando conferi-la com um estatuto ao mesmo tempo universal e histórico. Assim, neste capítulo, nós vamos analisar algumas obras que tiveram esse mérito de pensar a história local em termos regionais, tanto geográfica como social e antropológicamente. Falamos principalmente de um livro que é considerado um marco da nova historiografia regional: **O Cariri** - seu descobrimento, povoamento, costumes⁶⁷, de autoria de Irineu Pinheiro.

Como já foi antecipado no capítulo anterior, é do jornalista João Brígido a autoria do primeiro livro sobre a história da região, a obra **Apontamentos para a História do Cariri**, publicado em 1888, pela Typografia Gazeta do Norte, de Fortaleza, depois de ter sido divulgado em capítulos, pelo jornal Diário de Pernambuco, durante o ano de 1861. No entanto, o pioneirismo de Brígido, no feito de publicar, não fez seguidores entre os intelectuais cratenses da década derradeira do século XIX e das primeiras décadas do século seguinte. Foi necessário esperar até os anos de 1930 para que os primeiros livros de cunho histórico escritos por cratenses fossem publicados, a exemplo de **Renovação**, um romance histórico⁶⁸, de autoria de José de Figueiredo Filho, e de **O Joaseiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914**, de Irineu Pinheiro. O mais interessante é que essas obras não tratam diretamente do Crato, mas do Juazeiro, que tinha recebido a pecha de ser um antro de fanáticos e bandidos. Ressalte-se que a rivalidade entre as duas cidades era um fenômeno que ainda povoava fortemente o imaginário local.

Enquanto **Renovação** explora o cenário cearense da seca e da busca por soluções diante da miséria dela decorrente, a partir de uma abordagem sociológica do universo sertanejos vivido pelos romeiros do Padre Cícero, **O Joaseiro do Padre Cícero e a revolução de 1914** trata do movimento armado que convulsionou a política do Ceará na

⁶⁷ Doravante, grafado apenas por **O Cariri**.

⁶⁸ Conforme explica Ribeiro (2009, p. 74), “George Lukács (1976), um dos primeiros teóricos a estudar a escrita histórica de caráter ficcional, define o romance como um gênero inerente à classe burguesa. Para o estudioso, apesar de a ficção histórica clássica ter surgido na estética do Romantismo, ela é antirromântica por estar intimamente ligada à ascensão da burguesia, às novas mudanças econômicas, sociais e políticas do momento e à conscientização das pessoas em relação à relevância da história do próprio país e do mundo.” Esse esclarecimento ajuda na compreensão do porquê do uso deste gênero, na década de 1930, em uma localidade do interior do Ceará no contexto de um projeto identitário que se esboçava naquele momento, cujas matérias primas essenciais eram os valores civilizados difundidos pela nascente burguesia nacional.

década de 1910, abordado no capítulo anterior. Por quanto o livro de estreia de Figueiredo Filho fez uso do gênero do romance histórico no seu viés tradicional, no que pese a utilização de dados verídicos para a constituição do ambiente histórico narrado, que é totalmente reconstruído (RIBEIRO, 2009), coube, então, a Pinheiro a iniciativa de inaugurar uma historiografia escrita com tintas essencialmente cratenses e do ponto de vista político, mas com a pretensão de falar sobre o Cariri, ou pelo menos a partir de um conceito de região possível.

Essa historiografia, no seu aspecto geral, foi escrita em consonância com a cultura empirista que norteava a historiografia produzida no Brasil naquele período. Nela, o passado é sacralizado com o intuito primordial de servir a uma ideologia de poder calcado nos padrões instituídos pelas elites econômicas, políticas e culturais, com visível influência do pensamento católico-burguês. Assim, as fontes documentais escritas eram tidas como privilegiados depositários da verdade histórica, que serviam aos interesses dessas elites.

Enquanto se pesquisava e se escreviam novos livros, os historiadores cratenses publicavam artigos nos jornais da região e do estado e faziam palestras nos espaços sociais da localidade, a exemplo do Cassino Sul-Americano, localizado no centro da cidade, cujo auditório abrigava conferências dos mais diversos temas. Era uma força-tarefa, de alguma forma orquestrada, para impor a representação do Crato enquanto um espaço de destaque no cenário regional. Neste esforço, vão se destacar os citados Figueiredo Filho e Pinheiro, além do padre Antonio Gomes de Araújo. Os três serão, logo em seguida, os principais protagonistas da idealização e fundação de uma instituição de natureza cultural – o ICC – que vai se destacar não somente no Cariri, mas em todo o Ceará, com repercussão em outros centros do país. Foi uma tarefa compartilhada não somente com respeito ao ideal de realizarem uma obra que pudesse servir à região, mas de suas experiências de pesquisadores, conforme afirma Cortez (1999, p. 125):

A camaradagem intelectual vivenciada pelos três historiadores permitiulhes não somente a cessão de informações e fontes, mas igualmente partilharem de um mesmo projeto: a exaltação desse rincão.

[...]

Assim, se os três produziram uma historiografia cujo recorte geográfico era denominadamente o Crato – A Cidade de Frei Carlos, A Cidade do Crato – também procederam a um recorte geográfico mais amplo – o Cariri. Todavia o Cariri foi estudado por eles a partir do Crato. É que aquele projeto nasceu nessa cidade, mas sobretudo porque a maior parte dos dados etnográficos de que lançam mão referem-se a acontecimentos e experiências vivenciadas no Crato e, ainda, pelo entendimento que

tiveram os historiadores de que o Crato era o núcleo irradiador do desenvolvimento econômico e, sobretudo, cultural do Cariri.

Essa “tendência ardorosa de cratizar o Cariri”, conforme expressão de Viana (2010) seria justificada pelo processo de invenção e reinvenções do espaço caririense em curso, onde a “Cidade de Frei Carlos” assume, na perspectiva dos especialistas cratenses, uma vocação pioneira na colonização regional. Igualmente, o Crato era visto como o lugar a partir de onde seria possível pensar um projeto de modernidade e progresso para a região.

Por outro lado, observa-se, em meados dos anos de 1940, a chegada à região dos ecos de uma onda que se formara pelo menos uma década antes, a partir da publicação de obras que deram um novo enfoque à formação social e histórica do Brasil, como **Casa Grande & Senzala**, de Gilberto Freyre, **Formação do Brasil Contemporâneo**, de Caio Prado Júnior e **Raízes do Brasil**, de Sérgio Buarque de Holanda. Igualmente importante, neste sentido, foi a atuação da chamada “missão francesa” contratada para inaugurar as atividades docentes na Universidade de São Paulo, criada em 1934. Na área das ciências sociais, a missão contou com a colaboração de profissionais que vinham promovendo significativas inovações na produção científica e acadêmica, a exemplo do historiador Fernand Braudel e dos sociólogos Claude Lévi-Strauss e Roger Bastide, sendo este último um dos primeiros brasilianistas dedicados ao estudo do folclore, das artes, das religiões e das relações raciais. Bastide foi membro de várias instituições científicas e culturais brasileiras, dentre elas o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará⁶⁹. Também deve ser ressaltada a emergência do novo discurso regionalista que vinha se manifestando desde a década de 1920, impulsionado por eventos de grande alcance na vida da nação, como a Semana de Arte Moderna e o Manifesto Regionalista⁷⁰.

Essa renovação que se operava na vida cultural da nação vai influenciar a produção literária realizada no Cariri no final da década de 1940, da qual a historiografia regional é uma profícua manifestação. E é nesse contexto que, em 1950, veio a lume o livro **O Cariri**, que é considerado um marco na historiografia caririense e um sinalizador de novas

⁶⁹ O Instituto do Ceará, nome abreviado do órgão, foi fundado em 1887 e mantém uma revista dedicada à publicação de trabalhos acerca de temáticas regionais. A partir da década de 1930, o Instituto do Ceará manteve estreito intercâmbio com os intelectuais caririenses que iriam fundar, em 1953, o Instituto Cultural do Cariri.

⁷⁰ No contexto da difusão dos valores modernistas professados a partir do movimento de 1922, foi lançado em Recife, em 1926, o Manifesto Regionalista. A iniciativa é do Centro Regionalista do Nordeste, que tem a liderança de Gilberto Freyre. Seu objetivo era desenvolver o sentimento de unidade do Nordeste dentro dos novos valores modernistas, além de trabalhar em prol dos interesses da região nos seus aspectos diversos: sociais, econômicos e culturais.

perspectivas conceituais para as questões identitárias da região. Seu autor, Irineu Pinheiro, era médico de profissão e historiador diletante, reconhecido por uma obra diminuta do ponto de vista da quantidade de títulos, mas de grande valor no tocante à riqueza da escrita e ao rigor da pesquisa.

2.1 O CARIRI DE IRINEU PINHEIRO

A biografia de Irineu Pinheiro é resumidamente descrita na segunda “orelha” da mais recente edição deste festejado livro, publicada em 2010:

Irineu Pinheiro nasceu em Crato aos 6 dias de Janeiro de 1881, filho do Dr. Manoel Rodrigues Nogueira Pinheiro e D. Irinéia Pinto Nogueira Pinheiro.

Cursou o primário no Seminário São José e graduou-se na Faculdade Nacional do Rio de Janeiro em 1910. De volta ao Crato, clinicou durante muitos anos e foi um dedicado estudioso da história da região, no qual foi mestre.

Exerceu grandes funções: Inspetor Federal do Colégio Diocesano; professor do Seminário São José; Presidente do Banco do Cariri; Fundador e 1º presidente do Rotary Clube; Sócio correspondente do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras; Sócio-fundador e 1º presidente do Instituto Cultural do Cariri (1953), além de fundar e colaborar com diversos periódicos como o *Correio do Cariry*, *A Região*, *O Araripe*, *A Ação* e outros.

Escreveu, dentre seus livros: *O Juazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914* (1938) e *O Cariri* (1930) [sic], além de biografias. *Cidade do Crato* (1953) foi escrito em parceria com J. de Figueiredo Filho. *Efemérides do Cariri*, obra publicada postumamente (1963) pela Imprensa Universitária do Ceará, (...) era considerado, pelo Autor, a sua melhor obra.

Faleceu, vítima de um colapso cardíaco fulminante, enquanto escrevia uma carta ao amigo e escritor Livino de Carvalho discorrendo sobre planos para o futuro e a conclusão de *Efemérides do Cariri*, às 8 horas de 21 de maio de 1954.

O Cariri consta de quarenta e quatro capítulos, sendo cada um referente a uma temática ou conjunto de temas correlatos, distribuídos ao longo de 294 páginas. Os capítulos são apresentados não por títulos, mas por um tipo de ementa. Percebe-se que o autor não tem preocupação com relação à sequência cronológica dos fatos abordados. Cada capítulo encerra-se em si mesmo, como crônicas ou artigos independentes. Os elos de continuidade são os temas e os assuntos regionais abordados.

Apesar de o autor abordar aspectos da formação natural da região, destacando, em um viés determinista, a importância da “prodigiosa” natureza, notadamente a da Chapada

do Araripe⁷¹, na formação histórica regional, descrita ao longo de um capítulo inteiro, – os aspectos de ordem sociocultural são dominantes. **O Cariri** narra de forma leve e descontraída a história do cotidiano de uma localidade que vai seguindo seu curso histórico, desde as suas mais remotas origens, mas do ponto de vista de suas personagens mais populares e seus costumes e pelo viés da história da vida privada.

Visto que a produção historiográfica regional, no período em questão, era basicamente de cunho positivista, desperta interesse analisar porque Pinheiro se envereda por outras searas da cultura histórica ao abordar novas e diferentes temáticas, geralmente relegadas por estarem associadas a objetos que não eram tidos como relevantes na construção da representação da “Cidade da Cultura” que o Crato então procurava ostentar. Os elementos discursivos, elaborados e difundidos pela intelectualidade local e que procuravam dar sustentação a esta representação, priorizavam a participação das elites, protagonistas de feitos que davam sustentação à base identitária do sujeito caririense e do conceito de região sustentado por um passado heróico.

Por conta deste “desvio” cometido por Pinheiro, afastando-se da historiografia mais tradicional, o projeto identitário relativo à região do Cariri, como originalmente estava sendo proposto, igualmente sofre uma inflexão para campos menos ortodoxos. A primeira mudança significativa acontece na própria abordagem do conceito de cultura, que vem a contemplar os fazeres e saberes das “pessoas comuns”.

Tratar de cultura, do ponto de vista da historiografia, não é uma tarefa das mais simples. Afinal, desde a década de 1950, quando estudiosos das ciências sociais passaram a se interessar, de forma mais intensa pelo tema, foram-lhe recenseadas 163 definições, utilizadas somente na antropologia alemã ou anglo-americana (ROCHE, 1998).

Essa contribuição de Pinheiro, portanto, é refletida a partir da complexidade de se abordar a cultura. Optou-se, assim, por considerar, em primeiro plano, a compreensão do sociólogo Claude Lévi-Strauss, para quem os valores culturais devem ser sempre relativizados e o estudo acerca da cultura deve levar em conta o sistema social em que ela

⁷¹ A Chapada do Araripe é um planalto que mede mil metros de altitude e tem cerca de 120 milhões de anos. Está localizada na divisa dos estados do Ceará, Piauí e Pernambuco e é composta de dois tipos principais de solo: o latossolo e o sedimentar. O primeiro, oriundo do período cretáceo, é rico em fósseis, incluindo espécies de dinossauros, tais como o *Santanaraptor placidus* e o *Angaturama limai*. Já a bacia sedimentar se caracteriza por formar aquíferos, de onde jorram centenas de fontes de água espalhadas por toda a área da chapada. A vegetação é bastante diversificada, apresentando domínios de cerradão, caatinga e cerrado. A fauna é rica em aves, mamíferos, répteis e insetos. Atualmente as principais riquezas exploradas são as minas de gesso e calcário, além do extrativismo vegetal que explora principalmente pequi, carnaúba, mandioca e frutas. No lado cearense, ao sul do estado, a Chapada do Araripe, com suas centenas de fontes perenes de água, é responsável pelos solos verdes e férteis de grande parte do vale do Cariri.

se desenvolve. Em segundo plano, é colocado em debate o ponto de vista de Ginzburg (1987), que, discorrendo sobre os desníveis culturais no interior das assim chamadas sociedades civilizadas, questiona a relação entre cultura produzida pelas classes subalternas e a cultura das classes dominantes. Ou seja, a questão da subordinação da cultura popular frente à cultura erudita.

Roche (1998, p. 25), por exemplo, vai direto ao âmago da questão acerca do domínio cultural, ao afirmar que “a palavra cultura continua a ser um vocábulo ambíguo e de armadilha, cujo emprego nada resolve se não se considerarem as maneiras como se relaciona o ‘cultural’ com [...] os grupos sociais.” Desta forma, o conceito de cultura depende tanto de contextos histórico como geográficos, inscrevendo-se numa compreensão que abrange tanto as questões identitárias como a hierarquia social. Roche fundamenta sua assertiva citando Lévi-Strauss, que, em sua **Antropologie structurale**, de 1958, enxerga a cultura como reservatório de uma série de desvios significativos, cujos limites coincidem aproximadamente. Assim, os valores culturais devem ser sempre relativizados e a compreensão e o estudo de cultura deve levar em conta o sistema social em que ela se desenvolve.

Considerando, a priori, essas dificuldades que se interpõem ao historiador que deliberadamente busca o campo cultural como objeto de pesquisa e matéria prima da escrita, Pinheiro parece não ter sofrido nenhum revés ao escrever **O Cariri** de forma aparentemente despreziosa, afinal não tivesse conhecimento dessas dificuldades de ordem teórica ou metodológica, tal como aquele que, não sabendo da impossibilidade do feito, foi lá e fez.

O apanágio mais correto para resumir a importância de **O Cariri** é uma representação que o eleva à condição de “pioneiro”, visto o enfoque que dá às questões socioculturais inerentes ao povo que, até aquele momento, permanecia anônimo, para não dizer esquecido, na produção historiográfica da região do Cariri.

Entretanto, quando se fala em “questões socioculturais inerentes ao povo” não se pretende dizer que a obra de Pinheiro é um tratado sobre cultura popular em si, até mesmo porque esse conceito de cultura popular é bastante discutível. A propósito, remetemos à questão ao ponto de vista de Ginzburg (1987, p. 22) que, após discorrer sobre a existência de desníveis culturais no interior das assim chamadas sociedades civilizadas, – como fundamento da matéria de estudo denominada inicialmente folclore, – questiona a relação entre cultura das classes subalternas e a das classes dominantes: “até que ponto a primeira

está subordinada à segunda? Em que medida, ao contrário, exprime conteúdos ao menos em parte alternativos. É possível falar em circularidade entre os dois níveis de cultura?” Pergunta o historiador e teórico italiano, apontando para uma questão crucial: a cultura popular realmente existe, de forma autônoma a partir da constituição de seus próprios substratos?

Decerto, Pinheiro não teve a preocupação de colocar essa questão como pano de fundo de sua obra. Na verdade, ele ao menos teve a preocupação de identificar o conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento e valores que ele descreve como inerentes ao povo simples da zona rural e da cidade, enquanto conceito de cultura popular emprestado, por exemplo, da antropologia cultural. Seria esperar demais de um pesquisador diletante, a despeito de ser o precursor deste campo na historiografia do Cariri.

Logo no antelóquio da sua obra, Pinheiro (2010a, p. 5) antecipa algumas de suas fontes de pesquisa: crônicas, descrições de viagens de estrangeiros, cartas jesuíticas, além de seu objetivo de

narrar o descobrimento e o povoamento de um dos mais característicos trechos do Nordeste brasileiro, o Cariri [...] sua principal agricultura, sua criação na serra do Araripe, sua pequena indústria, alguns hábitos de sua gente, algo de seu folclore [e] [...] registrar certos aspectos atuais da vida sul cearense.

No decorrer do livro, o autor revela outras fontes pesquisadas, a exemplo de quando revela ter folheado “no cartório de órfãos, ausentes e interditos do Crato, autos de inventários” com mais de cem anos, o que o levou a concluir que, “no Cariri, naqueles longínquos tempos, nada havia de luxo, ou mesmo de conforto” (*Idem*, p. 35). Categoricamente representa o Cariri como um recorte regional de base agrícola e isolado por falta de vias que pudessem escoar a sua produção, nas primeiras décadas do século XIX, já que era economicamente pobre. As famílias abastadas eram mínimas. Os potentados eram resultados da combinação da riqueza material com *status* social e político.

Pode-se concluir, então, que a intenção do autor seria, primordialmente, narrar a história dos renegados, do povo simples, da vida desprovida de riqueza ou etiquetas representativas das camadas altas da sociedade?

Em parte, sim, pelo que se percebe na matéria prima trabalhada pelo autor: ofícios, festejos, lazeres, ritos diversos, costumes e hábitos da população; moral, religiosidade e crenças populares; o cotidiano e as mentalidades do caririense, notadamente nos séculos

XIX e primeira metade do século XX. Em suma, a chamada cultura popular. No entanto, ele descreve esse *modus vivendi* ao tempo em que vai apresentando a formação histórica regional, desde a história dos primeiros habitantes, povos da nação cariri, passando pelos diversos períodos seguintes: da conquista, da colonização, da evolução, nativista e pré-republicano. Concomitante, há também espaço, generoso por sinal, para a história política sob a ótica das elites locais.

Mas, de forma no mínimo interessante, do ponto de vista metodológico, o autor busca uma aproximação com o enfoque antropológico da cultura, procurando analisar “grandes questões” a partir de contextos localizados. Essa, por exemplo, é uma tônica na obra de uma expoente da nova história social, Natalie Zemon Davis. A abordagem do escritor cratense pode ser vista como correlata à da historiadora norte-americana, a exemplo da preocupação com as relações, apesar de secundárias, dos “camponeses, artesãos e *menu peuple* das cidades” com a hierarquia representada por autoridades religiosas e políticas ou somente intelectuais. Na sua obra, Pinheiro não perde de vista o contexto histórico sacramentado nas fontes tradicionais, intercalando descrições de hábitos menores com informações da história política local, com referência aos chefes políticos, magistrados e revolucionários.

Inobstante, Pinheiro, deixa implícita a crença de que as classes subalternas não eram meras reféns “de forças históricas externas e determinantes, tendo desempenhado um papel ativo e essencial na criação de sua própria história e na definição de sua própria identidade cultural”, como assim descreve Desan (1992, p. 74), acrescentando que tanto Davies como E. P. Thompson recorrem à análise da violência perpetrada pelas massas como uma referência perfeita para explicar e ao mesmo tempo conhecer essas “convicções históricas”. No caso de Pinheiro, sua análise se volta também para rituais praticados pelo povo simples, não necessariamente motivados ou motivadores de conflitos ou enfrentamentos interclassistas, mas imbuídos de protagonismo histórico.

Dois aspectos chamam atenção em **O Cariri**: o rigor da pesquisa e a fluência da narrativa. Apesar de o autor não ter seguido normas técnicas padronizadas com relação à apresentação de suas fontes, visto não existirem notas complementares, as suas referências são apresentadas no próprio texto, o que valoriza a escrita. Portanto, os dados coletados de fontes primárias (documentos cartorários e judiciais, como leis provinciais, inventários, testamento e processos civis e criminais) e secundárias (livros e periódicos), apesar de serem, no dizer de Ginzburg (1987), “exígua, dispersa e renitente” servem para

conduzir a narrativa, às vezes em tom coloquial, mas sempre com o compromisso de revelar ao leitor uma interpretação aproximada do passado.

Quanto à sua escrita, pode-se perceber, devido ao seu duplo ofício de escritor e colaborador de periódicos noticiosos, uma influência do gênero literário da crônica, porém mais pendente para o enfoque histórico do que para o jornalístico ou literário. O autor, portanto, não lançou mão do contestado recurso da ficção, tão comum em muitos cronistas, a despeito de alguma dose de lirismo que emerge vez por outro do seu texto.

Segundo Castello (2011, pp. 116-117), um cronista não precisa de objetos relevantes ou grandes temas, como os romancistas, os biógrafos e os historiadores essencialmente positivistas. Um cronista deve se apegar a dois únicos princípios: “escrever sobre o que as pessoas lhe contam e escrever sobre o que vê”. Pinheiro parecia concordar com estas assertivas, pois se atém a narrar aspectos da história até então tidos como secundários, que vão desde como um vaqueiro sobrevive no dia a dia até como era uma festa familiar no ano de 1857 ou uma cerimônia nupcial no final do século XVIII. Da mesma forma, seu método e suas técnicas de pesquisa aliavam o exame minucioso das fontes tradicionais com o auxílio de sua própria memória e de material coletado a partir de contatos e impressões junto a pessoas do povo.

Desta forma, percebe-se reiteradamente a narrativa do autor na primeira pessoa, como um depoente privilegiado ao expor seu testemunho sobre determinado fato ou processo por ele vivido, como se quisesse legitimar ou referendar determinada informação. Um exemplo é a passagem descrita no capítulo que trata das Irmandades do Rosário, integrados por pessoas negras, escravas e forras, existentes nas cidades de Barbalha e de Crato. É o que se vê quando ele escreve sobre a coroação dos reis e das rainhas da irmandade, onde cita uma escrava, chamada Felipa, de propriedade de um certo capitão Domingos Lopes de Sena. O autor revela:

Conheci o capitão Domingos e sua mulher, *sia* Mariazinha já bem velhos, esta meio corcunda, baixinha, a qual primava na limpeza de sua casa que ela mesma lavava, todos os dias, e no asseio dos móveis em que vivia a passar um pano, retirando-lhe quaisquer partículas de pó (PINHEIRO, 2010a, p. 239).

Neste ponto, é importante nos determos sobre o que representava socialmente estas irmandades na segunda metade do século XIX, que, segundo Pinheiro (*Idem*, p. 238), foi a época de seu esplendor no Crato. Mesmo a despeito das relações escravistas não terem sido praticadas no Cariri com o mesmo rigor de outras regiões, era incontestável a segregação por conta da cor da pele. Havia irmandades diferentes para cada tipo de pele. Os brancos integravam a Irmandade do S. Sacramento e a Irmandade das Almas; os negros, a Irmandade do Rosário. No entanto, mesmo os estatutos das irmandades dos brancos vedando-lhe a associação da “classe dos homens pretos”, “por uma dessas frequentes ironias do destino sempre participaram da Irmandade pessoas pardas e pretas, em número superior às de côr branca” (*Idem*, p. 239).

Observa-se, assim, uma situação contraditória: proibía-se e ao mesmo tempo se fazia vista grossa à associação de pessoas mestiças nas irmandades que teoricamente eram exclusivas de pessoas da elite, de cor branca. Sobre isso, Pinheiro (*Ibidem*, p. 240) assim conclui:

Como se vê, nessas Irmandades religiosas, há cem anos ou menos, dominaram preconceitos raciais que, felizmente, nunca vigoraram no Brasil, graças ao bom senso e instinto de nosso povo. É verdade que entre nós, em virtude de certos fatores, entre os quais a intensa miscibilidade das raças de que provimos, negros e indígenas haverão de desaparecer em favor dos brancos. Não se realizará o dilema de Lapouge de que o Brasil acabaria “um imenso estado negro” ou voltaria “à barbárie”.

Do ponto de vista da postura ética do “politicamente correto”, que vem a ganhar força no Brasil a partir dos anos 1990, a conclusão acima seria de pronto refutada e tachada como um exemplo inadmissível de preconceito racial. Na época em que foi escrita, ela reproduzia teorias estético-biológicas bastante em voga que preconizavam o “aprimoramento da raça”, motivo pelo qual a relação entre eugenia e racismo é vista como sendo recíproca. Mas, de acordo com Stepan (2005, pp. 149-150), “o racismo assume muitas formas e é produzido de vários modos a partir das relações sociais”, visto que “as raças não são entidades naturais preexistentes, mas grupos sociais produzidos por relações desiguais de poder e práticas de discriminatórias”. Portanto, mas profícua, do ponto de vista teórico a que nos propomos nesta dissertação, é a análise dessa afirmação de Pinheiro sob a perspectiva da produção social da identidade e da diferença, conforme propõe Silva (2000, pp. 73-102). O ponto-pé inicial dado por este autor é a estranheza causada pela não

formulação de uma teoria da identidade e da diferença quando as questões do multiculturalismo tornaram-se referências na educação crítica e nas pedagogias oficiais. Continua, pois, a recorrência da arcaica visão que imperava quando Pinheiro escreveu **O Cariri**, ou seja: a diferença e a identidade são naturalizadas, cristalizadas e essencializadas.

De modo geral, e no comum das opiniões, a identidade aparece como sinônimo de identificação pelas similaridades cultivadas entre sujeitos ou grupos. No entanto, é relevante considerar, neste contexto, a questão da alteridade como a base principal do multiculturalismo. Neste ponto, a tolerância e o respeito para com a diversidade e a diferença são referendados por uma pedagogia crítica e questionadora que, no entanto, não procura debater a produção da identidade e da diferença enquanto um problema visível e palpável. Numa analogia possível, essa situação se aplicaria ao caso das “irmandades brancas” que, de direito, proibiam a associação de pessoas negras e mestiças, mas, de fato, permitiam a sua participação. O fosso da segregação pode até ter sido aterrado, mas não deixou de existir. A marca segregadora continua, discriminando e marginalizando a diferença e crendo na possibilidade de sua extinção pela sua amalgamação em uma única identidade: aquela que iguala todos no padrão pretensamente superior e socialmente aceito.

É importante ter sempre em vista que identidade e diferença são interdependentes, isto é, sem a diferença, a identidade perderia sua razão de ser. Importante ressaltar que tanto a identidade como a diferença são autorreferenciadas, pois se afirmam, respectivamente, pelo que são ou pelo que não são. Silva (*Idem*, p. 80) alerta, no entanto, para que não esqueçamos de que tanto a identidade quanto a diferença são frutos da linguagem e, portanto, produtos da cultura. Por sua vez, a linguagem só diz e afirma pelo contraditório, isto é, a linguagem é, fundamentalmente, um sistema de diferenças, pois os significados dos seus elementos – as palavras que representam sentidos – só se dão quando são relacionados a um conjunto de outros signos que lhe são opostos. Dependendo, pois, de um sistema que se baseia no contraditório, o linguístico, a identidade e a diferença tornam-se vulneráveis por conta do próprio caráter vacilante da linguagem. Sabemos disso quando empregamos um termo dúbio para afirmar uma posição que não comporta interpretações ou quando queremos explicar algo complexo de se entender e não encontramos as palavras adequadas. Assim, no dizer de Silva (*Ibidem*) “na medida em que são definidas, em parte, por meio da linguagem, a identidade e a diferença não podem deixar de ser marcadas, também, pela indeterminação e pela instabilidade”.

Vimos que, por serem frutos da cultura, a identidade e a diferença são relações sociais e, portanto, estão sujeitas às relações de poder. Apesar disso, elas ainda carregam o poder de definir. Como não são apenas definidas, mas também impostas, elas não convivem harmoniosamente em um campo sem hierarquias: elas são disputadas. Ou, como sentenciar Silva (*Id.*, p. 81), “a identidade e a diferença não são, nunca, inocentes”. A definição imposta de uma identidade ou de uma diferença é sempre marcada por uma relação de poder, significando quem deve ser incluído e quem deve ser excluído. É o que o autor designa de processo de classificação ou de um ato de significação pelo qual se separa e se ordena o mundo social em grupos, sempre do ponto de vista da identidade. É, portanto, um exercício de poder visando hierarquizar os indivíduos e os seus respectivos grupos.

Silva (*Ib.*, pp. 84-86) se ocupa também da tendência, de fixação da identidade, apesar de que neste processo ocorre um movimento pendular que contempla também a possibilidade de subvertê-la e desestabilizá-la. No dizer do autor, “a fixação é uma tendência e, ao mesmo tempo, uma possibilidade”, apesar de que, ainda segundo autor, “mais interessantes são os movimentos que conspiram para complicar e subverter a identidade”. Como um exemplo desses movimentos, podemos citar os processos migratórios, cujas metáforas utilizadas para designá-los estão relacionadas à ideia de movimento, de viagem, de deslocamento. Igualmente, recorre-se também, embora indiretamente, às metáforas da miscigenação e do sincretismo para aludir a alguma espécie de mobilidade entre os diferentes territórios da identidade. É o que ocorre, por exemplo, com os rituais festivos de coroação dos reis e rainhas das irmandades do Rosário, citados por Pinheiro (2010a, p. 238). Ele destaca a “Irmandade do Crato”, em “sua época de esplendor”, quando “no dia da festa de sua padroeira assistiam à missa, na Matriz, junto ao altar, do lado da Epístola, o rei e a rainha, com suas corôas enfeitadas à cabeça e acompanhados de sua côrte”. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário é, a propósito, uma confraria de culto afro-brasileiro, em que a devoção a Nossa Senhora do Rosário é um exemplo de sincretismo religioso. Veja o que diz Fernandes e Souza sobre este ritual:

(...) a organização anual da festa da padroeira da confraria representava um desses momentos de celebração, quando negros libertos e escravos podiam construir espaços de transgressão do cotidiano. Isso se dava a partir da festa da santa que não ficava restrita apenas às novenas, missas e procissões. Rompendo as fronteiras da oficialidade, durante os festejos era realizada também a “Coroação dos Reis” da Irmandade, como expressão da cultura africana. Essa tradição oriunda da África, recriada

no ambiente escravista, tinha respaldo em acontecimentos vividos em seu local de origem que permanecia na memória dos negros escravos. Era uma festividade de caráter carnavalesco, recheada de muita alegria, dança e canto. Nesse momento, se escolhia entre os membros da confraria as figuras do rei e da rainha, juntamente com sua corte. Esses eram papéis simbólicos, semelhantes às representações do folclore, onde os eleitos desempenhavam, além da função lúdica, outras funções dentro da Irmandade, zelando sempre pelos interesses dos irmãos.⁷²

Por outro lado, Pinheiro buscava comprovar o conhecimento empiricamente elaborado, contextualizando-o com dados apresentados por autores consagrados da nossa historiografia, a exemplo de Frei Vicente do Salvador, André João Antonil, Silvio Romero, Capistrano de Abreu, Gilberto Freire e outros. Um exemplo deste recurso se dá quando Pinheiro (*Idem*, pp. 94-95) descreve o quanto era extremada a religiosidade popular no Cariri por volta do século XVIII, ao revelar o quanto era comum, até em famílias distintas, fazer enterro de crianças ao som de banda de música e de foguetório e conduzir

o cadaverzinho rígido, de pé, num andor seguro por quatro homens, todo vestidinho de seda, em traje de S. José, as mãos postas, as faces tingidas com *papel de arrebuie*, assim chamado um papel vermelho, que se comprava na praça do Recife.

O autor cita Gilberto Freyre para dar suporte à historicidade deste costume que, ao ponto de vista atual, denota ser um estranho procedimento fúnebre. Para Freyre, tal prática estaria sedimentada nos sertões nordestinos desde os tempos da catequese jesuítica, como sendo uma “idealização da criança”.

Esta passagem é perfeita para se analisar o conceito de representação social sobre a morte, apreendida pelo imaginário coletivo. Interessante neste caso é um certo ineditismo da cena, tanto imagético como ritualístico, visto que as representações sobre a morte geralmente apenas sugerem a realidade, evocando a ausência, como o costume, em vários momentos e locais da história ocidental, de se colocar bonecos feitos de madeira ou cera sobre o estrado fúnebre durante velórios de soberanos e, pelo menos na França, de populares. A motivação para tal costume seria

⁷² Trecho extraído do artigo “**Irmandade do Rosário dos Homens Pretos no Cariri cearense: espaço de sociabilidade e solidariedade**”, de Janaína Fernandes e Océlio Teixeira de Souza. Disponível em <http://www.ce.anpuh.org/download/anais_2010_pdf/st05/Jana%EDna_Artigo_%FAltima_vers%E3o.pdf>. Acesso em: 6 set. 2013.

(...) de ordem prática: as técnicas de embalsamento se encontravam tão pouco evoluídas que, se não se quisesse expor um cadáver semiputrefato, era preciso recorrer a um manequim de madeira, couro ou cera. Trata-se, no entanto, de uma explicação pouco convincente. Teria sido possível recorrer ao catafalco fúnebre coberto com um lençol mortuário: uma alternativa baseada numa evocação não mimética, e consagrada pela tradição (GINZBURG, 2001, pp. 86-87).

No caso narrado por Pinheiro, conforme o próprio antecipa ao citar Gilberto Freyre, tal prática buscava a “idealização da criança” com uma ritual de festiva celebração em louvor ao “anjinho”, no qual a criança morta se transforma, conforme a imaginação popular. Pinheiro (2010a, pp. 94-95) fala de uma religiosidade que está relacionada com antigos valores cultivados pela população em geral, numa herança cultural que teria sido herdada de práticas colonizadoras a partir da evangelização dos indígenas, citando Gilberto Freyre como fonte da informação:

Os padres da Companhia de Jesus, assevera êle, “talvez para atenuar entre os índios o mau efeito da mortalidade infantil que se seguiu ao contácto ou intercurso em condições disgênicas entre duas raças, tudo fizeram para enfeitar ou embelezar a morte da criança. Não era nenhum pecador que morria, mas um anjo inocente que Nosso Senhor chamava para si”.

De volta às técnicas narrativas de *O Cariri*, quanto ao recurso de comparar determinada passagem por ele descrita com experiência semelhante ocorrida em outro contexto da história brasileira ou mesmo mundial, citando outros autores, percebe-se ser um recurso que, de certa forma, assemelha-se à teoria estruturalista antropológica. Nela, o *modus operandi* do espírito humano pode ser apreendido a partir de elementos universais existentes na atividade humana, que são irredutíveis perante o tempo. Decerto, haja vista o expoente do estruturalismo na antropologia, o francês Claude Lévi-Strauss não ser citado n’**O Cariri**, esse método é utilizado por Pinheiro, de forma intuitiva.

Sobre a validade deste método antropológico, Desan (1992, p. 73) remete à questão a E. P. Thompson, afirmando, com base na obra **Miséria da teoria**, que ele “nega repetidamente a possibilidade de subordinar o comportamento histórico a um conjunto de leis universais ou de teorias que tudo abrangem”.

O mérito maior de **O Cariri** não se limita somente ao fato de ser uma obra pioneira na abordagem cultural da formação histórica de uma certa região, mas também por ter aberto uma importante vereda para a produção historiográfica regional voltada para o estudo e o registro da rica diversidade cultural do Cariri. E o faz valorizando os saberes e

fazer do povo simples, revelando nuances que somente o olhar atento de um historiador cultural pode enxergar. Seu método, apesar de empírico, diante da incipiência da investigação de rigor científico mais arraigado, deixa pouco a desejar dos seus pares coetâneos que viviam em centros mais adiantados. Desta forma, o autor soluciona, ao seu modo, a questão da qual Ginzburg trata e que foi acima citada: a polêmica relação entre cultura popular e cultura dominante. Em **O Cariri**, Pinheiro fala de cultura na sua totalidade, sem dicotomias ou relações de poder intrínsecas. Cultura, no seu entender, é vista como uma amálgama que une o conjunto de pessoas de uma comunidade, sejam elas pertencentes a qualquer extrato social. Uma cultura que não precisa de conceituação acadêmica, mas simplesmente de sua legitimação enquanto processo histórico que deixa marcas profundas na memória, seja coletiva ou individual, como as que o autor utiliza para descrever o Cariri que ele viu e viveu, investigou e ouviu falar através da memória e das vozes de seus contemporâneos.

Neste livro-marco da historiografia do Cariri e sobre o Cariri, Pinheiro foi alvo de repercussões de cunho afirmativo do seu valor para a historiografia regional, a exemplo desta nota, veiculada em jornal de Juazeiro: “ler Dr. Irineu Pinheiro é ter a certeza da verdade. Ao se referir aos fatos mais importantes de nossa vida, S.S. age com a mais completa isenção de ânimo. (...) Minucioso e comedido. Merece por tudo a nossa fé” (JORNAL DO CARIRI, p. 3, 1950, *apud* CORTEZ, 1999).

Irineu Pinheiro, na fase final de sua vida, vai ter ao seu lado um parceiro e colaborador na tarefa de inventariar a cultura caririense, tendo como referência a cidade do Crato e tratando o conceito de cultura a partir da descrição dos usos e costumes regionais. Trata-se de José de Figueiredo Filho. No livro em que em os dois escreveram conjuntamente – **Cidade do Crato**, de 1953, lançado por ocasião das comemorações do centenário da cidade – eles ainda se propunham a exercer o papel de fundamentar e garantir o legado pioneiro do Crato no desenvolvimento cultural e moral da região do Cariri, argumentando com base em dois suportes qualitativos: a ação educacional e a evolução dos costumes no Crato desde o século XIX. No entanto, no conjunto de suas obras, ambos, já tinham dado um passo mais à frente.

2.2 FIGUEIREDO FILHO: O MUNDO VISTO DE UMA FARMÁCIA

José Alves de Figueiredo Filho (1904-1973), segundo depoimento de um dos seus netos, o jornalista Flaminio Araripe, “gostava da banda Cabaçal, de Reisado e também das

canções dos Beatles. No rádio de válvulas, pela BBC de Londres, apreciava música clássica e o recente fenômeno do iê-iê-iê”⁷³.

Outro depoimento, desta feita de seu filho Cauby, expressa como Figueiredo Filho estava sempre em sintonia com as novidades:

Quando, numa ocasião, fui ao Crato visitá-lo, ele estava hospitalizado na Casa de Saúde São Raimundo – ao me ver, ele disse:

– Meu filho, estou aqui sentado com a boca escancarada cheia de dentes esperando a morte chegar.

“Riu muito com esta letra de música de Raul Seixas, em voga na época. Tenho pois, muito orgulho em dizer que este homem é o meu pai”⁷⁴.

Só recentemente vim saber deste lado *pop* de Figueiredo Filho. Assim, nos aproximamos mais um pouco, mesmo indiretamente, por diversas mãos que se estenderam na relação afetiva que travei com sua memória e legado intelectual. A começar pelo meu pai, que o conheceu de perto e que, pude perceber, era-lhe um admirador. Tinha todos os seus livros e mais a coleção completa da revista **Itaytera**, e uma delas com dedicatória carinhosa:

À [sic] Antonio Rafael Dias,
Amigo cem por cento do I.C.C. e de nossa revista.
Com admiração,
J. de Figueiredo Filho
Crato, 24-8-57

Meu pai chegou, inclusive, a ser citado nominalmente em um editorial da revista, como doador do incipiente acervo do Museu do Crato:

Em nosso acervo há muita coisa de D. Quintino Rodrigues de Oliveira [sic] e Silva, do Cel. Antonio Luiz Júnior, da heroína Barbara de Alencar, forografias antigas, documentos preciosos arranjados por muitos, notadamente pelo deputado Antonio de Alencar Araripe, Pe. Antônio Gomes de Araújo, Cel. Raimundo Teles Pinheiro, **Rafael Dias**, Pe. Rubens Lóssio, D. Francisco, Agilberto Freire, de Bagé, Pe. Frederico e outros (FIGUEREDO FILHO, 1959, pp. 3-4, grifo nosso).

⁷³ Trecho do artigo **A vida de J. de Figueiredo Filho**. Disponível em <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=983147>>. Acesso em: 3 set. 2013.

⁷⁴ Trecho do artigo **Secretaria de Cultura se compromete na Urca a reeditar mais três livros do escritor J. de Figueiredo Filho**, de autoria de Flaminio Araripe. Disponível em <<http://desimbloglio.blogspot.com.br/2011/08/secretaria-de-cultura-se-compromete-na.html>>. Acesso em: 2 set. 2013.

Apesar de contar com pouco mais de sete anos de idade, em 29 de agosto de 1973, lembro-me bem deste dia, quando morreu Figueiredo Filho. Já era noite quando a Rádio Educadora do Cariri noticiou o fato, realizando ampla cobertura jornalística que se estendeu por alguns dias, com leituras de crônicas em tributo ao ilustre falecido e de notas de condolências das mais diversas procedências.

Alguns anos depois, já em plena adolescência, conheci e tornei-me amigo de um garoto que se poderia denominar prodígio. Versado em vários idiomas e voraz leitor de obras clássicas da literatura universal, além de escrever longos romances e ensaios literários e linguísticos, ele tinha apenas 17 anos na época. Era Leonel Figueiredo de Alencar Araripe, neto de Figueiredo Filho. Com Leonel e outros jovens, organizei um movimento literário pretensamente de vanguarda – o Movimento Sanguessuga-Poesia Piqui [sic], que chegou a fazer certo estardalhaço na cidade, por conta de alguns eventos e publicações feitos, além da tendência em levantar polêmicas. Nessa época, convivia com Leonel quase em tempo integral, frequentando sua casa, quando conheci sua mãe, Eneida Figueiredo, filha de Figueiredo Filho, e a viúva dele, Zuleika Pequeno, já perto de falecer.

Figueiredo Filho nasceu, viveu e morreu em Crato. E boa parte de sua existência foi vivida dentro de uma farmácia, espaço sempre propício à circulação de novidades.

Graduado em Farmácia pela Universidade Federal do Ceará, atuou toda a sua vida como farmacêutico e comerciante de medicamentos, profissão e estabelecimento – a Farmácia Central – herdados do pai, que também o influenciou no gosto pela escrita. Seu pai, conhecido como Zuza da Botica, foi um misto de intelectual e político. Ele chegou a ocupar, interinamente, o cargo de prefeito de Crato. Era poeta e escritor, tendo lançado livros de contos e colaborado com a imprensa cratense e da capital do estado. Inclusive, pelos jornais, defendeu o Padre Cícero e o Beato José Lourenço, numa época em que isso exigia mais do que bons argumentos.

Auxiliando o pai desde cedo nos trabalhos da farmácia, Figueiredo Filho conviveu tanto com pessoas de destaque social como com o povo simples da zona rural e da periferia da cidade. A farmácia representava para ele todo um universo cultural, onde pôde observar um pouco da diversidade e riqueza da natureza humana e das relações pessoais.

As boticas ou farmácias, em cidades do interior, como o Crato, por volta do início do século XX até a década de 1950, eram muito mais que um estabelecimento comercial. Nelas, se formavam rodas de conversas, travadas por pessoas que faziam parte da elite local, muitos de ativas vidas política e intelectual. Nesses encontros diários, que entravam

noite adentro, debatiam-se muito, quando se permutavam informações, valores e visões de mundo; ouviam-se atentos as transmissões radiofônicas e faziam-se leituras em voz alta de jornais que chegavam, com certo atraso dos centros mais distantes, atualizando-se e fazendo-se planos diversos. As farmácias eram, enfim, um ponto de convergência do pensamento da época.

Figueiredo Filho, desde cedo, como testemunha ou participante desses privilegiados encontros, fez desses momentos de rica observação e experiência uma fonte de pesquisa do cotidiano de sua cidade e região, filtrando dos personagens que frequentavam sua farmácia e de suas conversas sentimentos e pontos de vista a respeito dos mais diversos temas que eram efervescentes no contexto de sua província. É sintomático que, após a sua estreia como escritor com a publicação de um romance, **Renovação**, em 1941, tenha escrito um livro de memória, cujo título é **Meu mundo é uma farmácia**, lançado em 1948. Este segundo livro de Figueiredo Filho é de cunho autobiográfico, mas que, resgatando o universo que influenciou a formação intelectual e pessoal do autor, faz um relato de um período da história local e revela parte do cotidiano que movimentava as relações pessoais, econômicas e políticas a região. É uma referência para se entender os costumes e a evolução social da cidade do Crato e, por extensão, da região do Cariri. A obra é assim descrita por Martins Filho (1968, pp. 161-162):

Este é um livro que merece lugar de destaque na obra de Figueiredo Filho pela fidelidade com que foi retratada a vida pacata de uma cidade do interior, nos seus mais variados aspectos.

[...]

Figueiredo Filho sentiu isso e transpôs para o seu livro a vida de sua cidade, retratada nas conversas em que tomava parte, nos doentes a que atendia, no diz-que-diz diário em que se confundiam o verdadeiro e o fantasioso. Não fez um livro de ficção [...], deu, sim, um depoimento autobiográfico do qual se pode obter uma idéia exata do que é a vida em uma cidade sertaneja, sem jornais, sem rádio, com os seus hábitos tradicionais, suas figuras características, suas maneiras especiais de encarar desde os fatos relativos à vida de cada cidadão aos acontecimentos mais importantes de caráter nacional ou internacional.

Os dias de feira no Crato eram momentos em que Figueiredo Filho encontrava pessoas que vinham da zona rural, tanto para negociar seus excedentes de produção como para comprar mercadorias de que necessitavam. A farmácia em que vivia a maior parte do tempo era espaço que aglutinava essa gente que procurava uma orientação para o tratamento de certas e corriqueiras moléstias, mas também para uma “prosa” com o seu

proprietário. Não obstante, Figueiredo Filho conhecia bem os sítios localizados nos sopé da chapada do Araripe, em Crato, onde o seu genitor tinha uma chácara. Fez amizade com pessoas simples, os matutos, como eram pejorativamente chamados os moradores dos sítios, e passou a observar a vivência popular, o que o ajudou a desenvolver um sentimento de valorização pelas manifestações culturais desta gente, objeto de seus futuros livros. Tornou-se, assim, um dedicado pesquisador das manifestações artísticas e culturais do povo caririzeiro⁷⁵. Era, portanto, um *folclorista*, como era identificado na época, e ainda hoje, o estudioso da cultura popular.

Sua relação com a cultura popular era uma extensão de seu ofício de escritor e intelectual. Associou-se à Comissão Estadual do Folclore em 1948, tornando-se, além de um estudioso e pesquisador do tema, um verdadeiro entusiasta pela forma como o povo expressava sua visão de mundo e reinventava seu cotidiano, superando as dificuldades do dia-a-dia com galhardia e graça de espírito inventivo.

Após fundar o ICC, Figueiredo Filho propôs que o folclore fosse eleito, além de matéria prima de estudo, um dos focos da ação cultural do órgão, visando sua valorização enquanto manifestação legítima da cultura e elemento formador da identidade regional. Mais do que isso, ele foi único dentre os historiadores locais a dar um tratamento à cultura popular como objeto da história⁷⁶.

Apesar de cultivar vida social recatada, Figueiredo Filho teve uma intensa participação nas causas intelectuais da região. Além de escritor, folclorista e pesquisador da história regional, ele foi o único sócio interiorano da Academia Cearense de Letras, cronista de produção quase diária publicada nos jornais de Fortaleza, presidente do ICC de 1955 a 1972, quando dirigiu o periódico **Itaytera**, dedicado à publicação de artigos sobre a história e a cultura regionais; um dos fundadores do Curso de História da extinta Faculdade de Filosofia do Crato (FFC), hoje pertencente à URCA, onde implantou e lecionou a disciplina de História Regional –, e participante assíduo das reuniões e congressos de professores de História que ocorriam em todo o país. Foi, inclusive, no exercício do magistério de ensino superior, que Figueiredo Filho realizou uma significativa produção no campo da historiográfica, conforme se atesta abaixo:

⁷⁵ O termo “povo caririzeiro” é utilizado por Cariry (2008) para designar antropologicamente a formação cultural do Cariri, a partir do forte processo de caldeamento e de migração ocorrido na região, com destaque para a motivação por conta do fenômeno religioso que despontou e se desenvolveu com a ação pastoral do Padre Cícero Romão Batista, em Juazeiro.

⁷⁶ Os estudos de Figueiredo Filho nessa área, bem como a ação do ICC em favor da “preservação” e divulgação do folclore cariense serão um dos objetos do próximo capítulo deste trabalho.

Dois anos depois de ter assumido em 1962 a cadeira de História na Faculdade de Filosofia do Crato, na ausência de literatura e historiografia da região do Cariri, o escritor José de Figueiredo Filho iniciou a pesquisa. “Meu primeiro ato ao iniciar as aulas foi escrever capítulos em ordem cronológica, mimeografados pela Faculdade de Filosofia, para os alunos”, disse ele na introdução do primeiro volume da ‘História do Cariri’, publicado em janeiro em 1964⁷⁷.

A obra **História do Cariri** foi lançada em quatro volumes, durante o ano de 1964⁷⁸. No primeiro volume, Figueiredo Filho trata das origens caririenses até a Revolução Pernambucana de 1817, evento que repercutiu nas cidades caririenses de Crato e Jardim. No segundo, relata o impacto sofrido pela população do Cariri com a Revolução de 1817, a participação do Crato nas lutas que asseguraram a independência do Brasil e a participação de caririenses na malograda Confederação do Equador. No terceiro, fala de Pinto Madeira, político caririense que liderou uma revolta de cunho absolutista na região; da administração de José Martiniano como presidente da província do Ceará e da campanha para a criação da província do Cariri, além de abordar a história econômica da região e as origens de Juazeiro. No último, depois de fazer um apanhado geral da história cultural do Cariri, relata a influência que o padre Antonio Maria Ibiapina exerceu na região, e trata da fundação da Diocese do Crato.

A obra, produzida com o objetivo de ser destinada inicialmente aos alunos da disciplina de História Regional, ministrada no curso de História da Faculdade de Filosofia do Crato por Figueiredo Filho, também foi idealizada pensando em servir aos professores e estudantes secundaristas. Esta finalidade, longe ser modesta, aponta, no entanto, para uma tarefa singular, conforme o próprio autor revela: “meu mérito é apenas o de concatenar o muito que estava escrito e esparso em torno da movimentada história do Vale Caririense” (FIGUEIREDO FILHO, 2010a, p. 1).

Figueiredo Filho, no que pese o seu vínculo “umbilical” com o Crato, sempre pensou regionalmente, enquanto historiador. Foi um dos principais mentores do ICC, ao lado de Irineu Pinheiro e Antonio Gomes de Araujo, e encarou seu papel frente àquele órgão como uma possibilidade de unir as causas e sentimentos particulares de cada

⁷⁷ Trecho extraído do artigo **História do Cariri: Política, Revolução, economia e cultura**, de autoria de Flávio Araripe. Disponível em <<http://desimbloglio.blogspot.com.br/2011/04/historia-do-cariri-politica-revolucao.html>>. Acesso em: 2 set. 2013.

⁷⁸ Em 2010 estes livros foram reeditados pela Secretaria da Cultura do Ceará, Universidade Regional do Cariri (Urca) e Edições UFC na série Memória da Coleção Nossa Cultura.

município caririense em torno de um projeto desenvolvimentista e identitário da região. Sua proposta de compartimentar o movimento cultural da região é uma estratégia desta construção, visto que confere à história regional um processo comum. Figueiredo Filho (2010d, pp. 4-5) assim propõe a divisão do movimento cultural da região

A primeira está vinculada às lutas pela formação dos povoados e vilas, estendendo-se às revoluções independentistas do primeiro quartel do século XIX, incluindo também a chamada guerra do Pinto. A segunda medrou com a criação do jornalismo em terras caririenses, enquanto a terceira surgiu com a criação dos estabelecimentos secundários de ensino, que hoje pululam nesta zona e inaugurados com o Seminário de S. José do Crato.

No campo da história e da cultura popular, Figueiredo filho lançou os seguintes livros: **Cidade do Crato**, em coautoria com Irineu Pinheiro, em 1953; **Engenhos de rapadura do Cariri**, em 1958; **O folclore do Cariri**, em 1962; **Folgedos infantis caririenses**, em 1966, e **Patativa do Assaré: novos poemas comentados**, em 1970⁷⁹.

Mesmo se autodefinindo como um compilador das pesquisas realizadas por Irineu Pinheiro e Antonio Gomes de Araujo (*idem*, 2010a, p. 1), Figueiredo Filho foi monumentalizado, ainda em vida, como o historiador-mor do Cariri. Quando faleceu, em 29 de agosto de 1973, a prefeitura do Crato decretou luto oficial por 3 dias e feriado no dia 30 de agosto, data do seu sepultamento. Instituições diversas enviaram notas oficiais de condolência. A Câmara Municipal cratense realizou sessão solene em especial em sua homenagem. O cortejo fúnebre foi acompanhado por uma multidão de pessoas e de representações estudantis, da FFC e dos colégios locais. À beira do túmulo, houve discursos, quando um dos oradores traçou o perfil do já intitulado “patrimônio moral e intelectual do Crato e do Nordeste [...]”. A revista **Itaytera**, na primeira edição sem o seu principal timoneiro, registrou:

em meio ao grande pesar que enlutou toda a cidade, sabemos que Figueiredo Filho desapareceu fisicamente, pois espiritualmente ele permanecerá entre nós, na certesa [sic] de que seu nome será sempre uma bandeira a tremular em prol do desenvolvimento e liderança do Crato, no concerto intelectual do País”. (TOCANTES, 1973, pp. 6-7).

⁷⁹ Os livros **Cidade do Crato** e **Folclore do Cariri** foram relançados, em 2010, em coedição da Secretaria da Cultura do Ceará, Universidade Regional do Cariri (URCA) e selo Edições UFC, na série Memória da Coleção Nossa Cultura.

Assim, Figueiredo Filho “saiu da vida para entrar (definitivamente) na história”.

2.3 PADRE GOMES: UM “SAMURAI” DE “ESPADA AFIADA”

Só as solicitações da verdade nos inspiram. E para chegar até lá, a dúvida é um dos caminhos (ARAÚJO, 1958, p. 25).

Lembremos da poesia com a qual inicio a introdução desta dissertação. É uma ode a um padre que lembra um samurai, numa explícita alusão à batina que se assemelha a um *obi*⁸⁰. Mas implicitamente a poesia sugere traços da personalidade do sacerdote que remetem às características precípua de um guerreiro samurai: disciplina, lealdade e habilidade com a *katana*, a sua tradicional e letal arma.

Antonio Gomes de Araújo, tanto o padre como o historiador, pautou o seu trabalho sobre essa tríplice qualificação: foi incansável na busca pelos resultados, atento aos procedimentos e competente na execução da tarefa. É o que se percebe ao conhecer sua reta existência, no sentido de que não se desvirtuou um só momento de suas metas. Tal como um samurai, impunha o respeito aos seus adversários. Sim, ele teve muitos adversários, obtidos nos embates que travou no campo teórico da história. Sua *katana* foi utilizada com precisão nestes embates e parecia que lhe aprazia essas contendas. Seus golpes eram desferidos com mordaz satisfação.

Antonio Gomes de Araújo nasceu no município caririense de Brejo Santo em 6 de janeiro de 1900. Em 1919 entrou para o Seminário São José de Crato, só saindo para ser ordenado sacerdote em 1927. Deste ano até 1932 foi professor do Seminário que o formou. Em seguida foi professor de quase todos os estabelecimentos de ensino da cidade de Crato, destacando-se posteriormente como pesquisador da história e genealogia do Cariri.

Foi também professor na Faculdade de Filosofia do Crato, no mesmo curso de História que eu ingressaria em 1986, no último ano dessa instituição de ensino superior, fundada em 1960 por iniciativa da Diocese do Crato.

Não cheguei a conhecer o Padre Gomes. Naquela época, ele já estava recolhido em sua cidade natal, Brejo Santo, a cerca de 80 quilômetros do Crato, onde viria a falecer em 1989. Conheci, no entanto, um sobrinho-neto seu, João Nicodemos de Araújo, que veio para o Cariri como funcionário do Banco do Brasil, mas com uma carreira paralela de

⁸⁰ Vestes tradicionais de um samurais, um quimono.

artista de múltiplas habilidades, pois atuava como músico, poeta, bailarino e artista plástico. Nicodemos também não conhecia o famoso tio, visto que tinha nascido em Bauru, São Paulo, onde passara toda a infância e juventude. Transferiu-se para o Cariri atraído pela fama artística da região, que repercutia nacionalmente, e pela vontade de conhecer o famoso tio. Como eu era integrante de um coletivo de artistas que movimentava a cena regional, promovendo eventos diversos, entrei em contato com Nicodemos e iniciamos uma parceria no campo musical, chegando a fundar a primeira banda de rock do Cariri, Os Pombos Urbanos, de efêmera, mas profícua existência, entre setembro de 1987 e maio de 1988. A banda chegou a fazer um relativo sucesso na região e foi muito requisitada para apresentações, algumas na URCA, recentemente fundada na época, sucedendo e encampando a FFC.

Araújo notabilizou-se pelo seu ferrenho apego à “verdade histórica” e à precisão dos dados que tornava público. Uma de suas marcas como historiador era “o esclarecimento de ocorrências da nossa história onde pairavam dúvidas e interpretações divergentes”⁸¹.

Cortez (1999, p. 134) também comunga dessa opinião ao afirmar que foi Araújo, dentre os historiadores caririenses e membros do ICC, o mais devotado com “a questão da verdade histórica”, visto que mostrou um cuidado exagerado com a conferência dos dados coletados nas fontes de pesquisa, que eram por ele interpretados com fidelidade e rigor.

Araújo foi, no entanto, mais etnólogo do que historiador e, talvez, não mais etnólogo do que padre. A rigor, suas incursões na história e na etnologia eram sempre postas a serviço de suas atividades religiosas, a exemplo das tarefas às quais se dedicou com maior afinco e paixão: a pesquisa e a escrita sobre o povoamento da região, feitas sob a ótica da ação evangelizadora e civilizadora da Igreja Católica, conforme vimos no capítulo anterior.

No ICC, além de ser um dos seus principais mentores, foi dedicado à elevação e manutenção da natureza de pesquisa e produção científica do órgão, que o fez principalmente como um assíduo colaborador da revista **Itaytera**.

Araújo foi também colaborador de todos os jornais e revistas editadas em Crato ao seu tempo, onde publicou trabalhos sobre a história regional que tiveram o reconhecimento de seus pares. Na revista **A Província** publicou o trabalho **Do curral ao ciclo agrícola**,

⁸¹ Trecho do artigo **Professores de História homenagearam Padre Gomes**, de autoria de Armando Lopes Rafael. Disponível em <<http://www.crato.org/chapadadoararipe/2010/06/26/professores-de-historia-homenagearam-padre-gomes-%E2%80%93-por-armando-lobes-rafael/>>. Acesso em: 4 set. 2013.

uma dissertação que se tornou referência da vida econômica do Cariri na época do seu povoamento. Obteve o primeiro lugar num Concurso de História, promovido pela Universidade da Bahia, com o trabalho “Formação das Gens Caririenses”, em 1950.

Publicou ainda, dentre outras obras: **Naturalidade de Bárbara de Alencar**, em 1953; **Um civilizador do Cariri e outros estudos, Padre Pedro Ribeiro da Silva** - fundador e primeiro capelão de Juazeiro do Norte, em 1955; **Apostolado do Embuste**, em 1956; **Martins Filho, o Magnífico Reitor da Universidade do Ceará** - ascendentes e colaterais, em 1961; **1817 no Cariri**, em 1962; **Aldeamento da Missão do Miranda e Revelações de sua Arqueologia**, em 1967; **Alvorada da Glória**, em 1967; **A Cidade de Frei Carlos**, em 1971 e **Povoamento do Cariri**, em 1973.

No próximo capítulo veremos como essa produção historiográfica, com o suporte institucional do ICC, vai propor uma discussão renovada a respeito do conceito de região do Cariri e reivindicar um novo estatuto identitário para ela, tendo como principais referências o território natural, o legado indígena e a cultura popular.

CAPÍTULO 3: O ICC REINVENTA O CARIRI

O dia 4 de outubro de 1953 foi uma data especial para um grupo de caririenses que tinha decidido criar uma sociedade civil de cunho literário nos moldes da tradicional Academia Brasileira de Letras. Era o dia da concretização deste plano, com a fundação do ICC, cujo ato deu-se com uma sessão ocorrida às dez horas da manhã no salão da Biblioteca Pública da cidade do Crato.

A biblioteca estava sediada próxima à Praça da Sé, espaço referencial do núcleo original de povoamento da cidade. Presentes à sessão, além do prefeito do Crato, Décio Teles de Cartaxo, alguns dos mais respeitados nomes da sociedade local, como o médico Irineu Pinheiro e o farmacêutico José Alves de Figueiredo Filho, o J. de Figueiredo Filho, como gostava de assinar seus escritos.

A sessão primou pela objetividade, dirigida por J. de Figueiredo Filho, constando de esclarecimentos, debates e a deliberação, por unanimidade, de fundação do sodalício com sede na cidade do Crato e abrangendo as municipalidades de Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha, Jardim, Santanópolis⁸², Caririaçu, Quixará⁸³, Araripe, Assaré, Campos Sales, Brejo Santo, Milagres e Mauriti – todas localizadas no Cariri, região sul do estado. Em seguida, foram lidos e aprovados os estatutos da sociedade para, em seguida, ser eleita por aclamação a sua primeira diretoria, constituída, dentre outros, por Irineu Pinheiro, presidente; Antonio Gomes de Araújo, vice-presidente, e J. de Figueiredo Filho, secretário-geral. Ficou decidido, ainda naquela ocasião, que a posse da diretoria do ICC ocorreria em “sessão magna” no dia 18 daquele mesmo mês, às 14 horas, no Salão Nobre do Colégio Diocesano do Crato⁸⁴.

De fato, na data apazada acontece a solenidade de posse da primeira diretoria do ICC (PINHEIRO, 2010b, p. 242). No entanto, o ICC não foi a primeira academia literária fundada na cidade. Havia uma já longa tradição de criação de órgãos desta natureza, ora tratados como grêmios literários, ora atendendo pela designação de clubes ou sociedades. Vejamos uma rápida retrospectiva acerca dessa verdadeira “mania” dos cratenses: a de fundar instituições de produção cultural.

⁸² Hoje Santana do Cariri.

⁸³ Hoje Farias Brito.

⁸⁴ As informações a respeito da fundação do ICC constam da Ata da Sessão de Fundação e Instalação do Instituto Cultural do Cariri e de Eleição de Sua Primeira Diretoria, reproduzida na revista **Itaytera**, nº 1, 1955, pp. 179-180.

Até o final do século XVIII, afora os documentos de ordem religiosa, eram desconhecidas, conforme atesta Nascimento (1958, p. 57) “quaisquer manifestações do nosso povo, ainda que numa prosa incipiente, ou numa poesia chula do nosso ciclo pecuário, como o Rabicho da Geralda”⁸⁵. Portanto, somente após advento da imprensa na região, na segunda metade do século XIX, é que foi fundada uma instituição de cultivo literário: o Clube Romeiros do Porvir, que também servia de espaço para manifestação de outras artes, como o teatro e o cinema, e de entretenimento, como a realização de bailes e reuniões sociais⁸⁶.

A utilização do substantivo romeiro na denominação do órgão parece ter sido feita deliberadamente por conta de sua significação dúbia: romeiro é tanto o sujeito que participa de romarias religiosas (o fanático, segundo a visão “cratocêntrica” de “civilização”), como, no sentido figurado, é o defensor das grandes ideias, um apóstolo do progresso, um obreiro do futuro. Portanto, os “romeiros” cratenses eram de outra linhagem, pois defendiam outros traços identitários:

O fanatismo desses romeiros dava-se em torno das letras: cultuavam-nas. Nesse culto, celebrado em reuniões na sede da academia, “cultivava-se o espírito” pelo prazer da leitura e da discussão acalorada do que havia de melhor nas letras do país. Cultivava-se também a produção literária dos próprios clubistas, principalmente no campo da poesia, aprimorada pela crítica dos fiéis da boa escrita (CORTEZ, 1999, p. 105).

Em 1922, a Academia dos Infantes é fundada por jovens estudantes, a partir do incentivo dado pelo professor e poeta José Bezerra de Britto, que lecionava no Seminário São José, em Crato. Eis o depoimento de um dos seus fundadores:

De tanto falar em literatura e em literatos, surgiu-nos a ideia da fundação de um cenáculo de letras. [...] Surgiu, assim, a Academia dos Infantes, cuja instalação solene ocorreu num domingo do mês de julho daquele ano festivo e histórico de 1922. [...] a presidência me fora confiada, passamos ao trabalho de estruturação do sodalício, que teria como modelo a Academia Brasileira de letras. [...] Passamos a usar o lema *Ad augusta per augusta*. Quanto ao número dos acadêmicos, quarenta pareceu-nos

⁸⁵ Romance da tradição oral sertaneja cuja versão mais antiga de, 1792, foi registrada por Rodrigues de Carvalho em **Cancioneiro do Norte**.

⁸⁶ Na verdade, o Clube Romeiros do Porvir serviu para abrigar projeções de imagem por meio de iluminação artificial, através do pioneiro profissional de fotografia da região, Luiz Gonzaga de Melo, que iniciou suas atividades em 1885. Na verdade, as imagens projetadas davam-se através de um equipamento chamado bioscópio, apelidado de “lanterna mágica”. Cf. SANTOS, Elizângela. Novos equipamentos exibirão filmes em terceira dimensão. Diário do Nordeste. Disponível em <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1171547>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

demasiado, como ocorria com a instituição que nos servia de paradigma. Deliberamos reduzir para vinte. [...] foi considerada a diferença (...) entre a cidade do Rio de Janeiro, Capital do Brasil, e [...] o Crato, Capital da região do Cariri... [...] O meu [patrono] foi Augusto dos Anjos, cujas poesias [...] eu recitava de cor [...] Posso afirmar com segurança que a Academia dos Infantes exerceu influência decisiva na minha total integração ao mundo das letras, do qual nunca mais consegui afastar-me (MARTINS FILHO, 1992, pp. 215-216).

Na década de 1930, Álvaro Madeira, farmacêutico que também atuava como professor nas escolas de ensino secundário do Crato, criou o Grêmio Literário e Cívico José de Alencar. A entidade realizava sessões que “constituíam o fulgor e o civismo de meia dúzia de estudantes que, bebendo os ensinamentos puros da verdade, preparavam o voo em demanda do futuro” (VIANA, 1958, pp. 99-100).

A criação e funcionamento de grêmios literários e cívicos no cotidiano escolar foram práticas corriqueiras, bem como a existência de movimentos ou organismos literários e culturais, a fomentar a vida intelectual do Crato, apesar de alguns de vida efêmera. Mas foi, sem dúvida, O ICC que melhor e mais atuou como uma eclusa para elevar o Crato ao patamar mais alto do almejado polo de produção cultural do Cariri.

O ICC surge, assim, com uma finalidade bem definida: a valorização do Cariri. Na consecução deste intento, seus fundadores elegeram alguns elementos discursivos e imagéticos que, na visão daqueles intelectuais, representariam os princípios identitários do Cariri.

Ferreira (2004) oferece uma “pista” para se entender concisamente como e porque os fundadores do ICC propuseram um novo projeto identitário regional e elencaram esses elementos imagético-discursivos, dizendo inicialmente que a preocupação deles era a de afirmar a existência de estreitas afinidades entre os pioneiros da colonização do Cariri e a geração de intelectuais que, na década de 1950, formularam um projeto civilizador para a região. O ponto em comum entre os dois projetos era a ideia de pioneirismo e hegemonia centrada em valores de civilização. De um lado, os desbravadores da natureza selvagem e “domadores” dos “gentios” cariris; e, do outro, os formuladores “de um discurso capaz de revelar as origens legitimadoras de uma dominação intelectual sobre a região”.

Outra tarefa da geração de 50, com a qual os fundadores do ICC são também identificados, dá-se com a aproximação entre os valores da tradição e do progresso para a formatação de um discurso identitário regional, com a convivência entre o arcaico, mediados pelos intelectuais do Instituto, “que selecionam e submetem os signos

identitários do Cariri ao seu trabalho de racionalização da identidade” (FERREIRA, 2004, p. 12). Dentre esses signos, que se configuram como elementos discursivos e imagéticos da pretensa identidade regional, destacam-se o território natural, tendo como um dos ícones a Chapada do Araripe, as “presenças” indígenas na formação antropológica e cultural cariense, e, por fim, a cultura popular, que é mostrada como manifestações folclóricas, tuteladas pelo ICC. A cultura popular, além do mais, é apresentada como um elemento de mediação entre os valores da tradição e os “riscos” da modernidade.

Porém, no “exercício de reinvenção das tradições” é que é formulado o discurso identitário da região, forjado a partir de uma estratégia possibilitadora de continuidade e garantidora da integração dos indivíduos na comunidade regional. Na década de 1950, no contexto das crescentes, profundas e irreversíveis transformações estruturais que atingiam, em diferentes ritmos, os rincões brasileiros, esse “exercício de reinvenção das tradições” atinge uma velocidade acelerada, buscando, conforme afirma Ferreira (*Idem*), “reforçar um discurso legitimador da ordem, sempre fundado na tradição e na divulgação de um passado fundador em comum entre os habitantes da comunidade”.

Um terceiro aspecto apontado e analisado por Ferreira (*Ibidem*, p. 13) é como a “geração de 50” se propõe a estabelecer um vínculo identitário entre a cidade do Crato e a região do Cariri, com vistas a enfrentar a importância que a tradicional cidade rival, Juazeiro, adquire naquele contexto. É o que Viana, (2011, p. 52) chama “tendência ardorosa de cratizar o Cariri”, em que os signos identitários que caracterizam e representam a região são fortemente identificados com o Crato. Neste sentido, para Ferreira (2004, p. 13):

Estando em jogo a hegemonia na construção da memória sobre a região do Cariri, as imagens produzidas pelo Instituto Cultural do Cariri, do Crato, estariam veiculadas à necessidade de se construir uma identidade para a região, através da divulgação e suas tradições, de seu clima, de seu relevo, de seu folclore ou de sua ascendência nobre.

O empenho desses intelectuais, impondo o uso de tais imagens, visava garantir ao Crato “o posto de central distribuidora de significados sobre a região do Cariri”, inviabilizando a construção de outras imagens e de outros discursos que poderiam retirar as elites do Crato do foco principal na produção da memória local.

Mesmo de natureza jurídica não governamental, o ICC, através de seus mentores, manteve laços estreitos com os poderes constituídos, estando, portanto, harmonizado com as diretrizes políticas emanadas das esferas públicas administrativas para a região e

desempenhando funções na área cultural que competiriam, *a priori*, às gestões governamentais. No âmbito dos “serviços” prestados pelo ICC, executados em consonância com os seus Estatutos, além da finalidade principal de efetuar “o estudo das ciências, letras e artes em geral, e especialmente da História e da Geografia Política do Cariri” (ATA,1955, p. 179)⁸⁷, há de se destacar o esforço despendido, logo nos primeiros anos de funcionamento da entidade, na realização de ações objetivando cumprir os fins a que se destinou:

- a) intercâmbio cultural com instituições congêneres, científicas e literárias, nacionais e estrangeiras;
- b) uma Revista, em que se publiquem trabalhos dos sócios e colaborações de estranhos;
- c) uma biblioteca e arquivo em que se guardem e relacionem os papéis, livros, documentos, cartas geográficas, autógrafos, etc., obtidos pela Sociedade ou a ela oferecidos;
- d) um museu regional;
- e) o culto, por meio de comemorações adequadas, dos feitos de nossa história, especialmente do Cariri;
- f) a restauração e a conservação de arquivos públicos e particulares, de símbolos e monumentos de qualquer natureza ligados à história, existentes no Cariri e o estudo dos antigos usos, costumes e tradições regionais. (ESTATUTOS, 1955, p. 183)

Neste sentido, sintomática é a presença de políticos, ainda que igualmente intelectuais, no quadro de sócios da instituição, alguns no exercício de mandatos de cargos e funções públicos, numa relação de reciprocidade, visando à consecução de projetos, notadamente aqueles que versavam sobre a memória histórica, valorização das tradições e fortalecimento de uma pretensa identidade regional coletiva.

Não demorou muito para que o novel órgão pusesse em prática o ideário que motivara a sua criação. Já em 1954, foram realizadas as primeiras ações, que revelaram, inicialmente, uma preocupação com a cidade-sede do ICC, preparando o terreno para um programa que se pretendia mais abrangente, ou que garantisse, conforme opinião de um dos seus sócios fundadores, a “valorização do Cariri” (AQUINO, 1957, p. 187).

⁸⁷ Sobre esta finalidade, vale ressaltar que o estudar a região, do ponto de vista histórico, reveste-se, para os acadêmicos fundadores do ICC, de uma importância crucial e um imperativo essencial enquanto pré-requisito para a compreensão das origens antropológicas e sociais e para a determinação dos rumos históricos do sujeito regional, conforme afirma Araujo (1957, p. 4): “Grupo humano, que ignore as próprias raízes étnicas e sociais, convergentes no momento histórico de sua formação, perfila-se qual filho bastardo, alheio, por exemplo, à trama que presidiu seu aparecimento, e a explicação, no presente, das tendências legadas pelos elementos formadores”.

Assim, os acadêmicos do ICC realizaram, no período que vai de 1954 a 1958, uma série de atividades, com afincos típicos de uma força-tarefa, construindo para si e para a região, importante e forte sólido capital simbólico⁸⁸, político, intelectual e cultural. Dentre essas atividades, destaque para as seguintes iniciativas:

- Realização de conferências de cunho histórico, proferidas por seus sócios e convidados ilustres;
- Comemorações cívicas;
- Localização e instituição de lugares de memória (museu, biblioteca, arquivo, monumentos, designação de ruas com nomes de personagens de destaque nacional, estadual e regional);
- Realização de tributos a personalidades de destaque local, nos campos social e histórico, como a homenagem póstuma a Irineu Pinheiro, primeiro presidente do ICC, bem como ao “fundador” do Crato, Frei Carlos Maria de Ferrara;
- Início de uma campanha pela fundação de uma escola de ensino superior, a Faculdade de Filosofia do Crato;
- Comemoração do centenário do jornal **O Araripe**;
- Homenagem ao centenário do Barão de Studart;
- Instalação da sede do ICC;
- Participação em campanhas e debates sobre problemáticas regionais e assuntos de interesse público, como a vinda da energia elétrica de Paulo Afonso;
- Campanha de valorização e incentivo à cultura popular - entendida como “folclore”.
- Manutenção de intercâmbio com outras instituições congêneres, a exemplo da Academia Cearense de Letras e o Instituto do Ceará, bem como com personalidades com atuação reconhecida no cenário intelectual do estado, da nação e até do mundo, como a escritora Raquel de Queiroz, o historiador Raimundo Girão, o Professor Antonio Pinheiro Filho, da Escola de Minas de Ouro Preto; e o escritor japonês Kiyoshi Ando, que estava a pesquisar com intuito de escrever um livro sobre o Nordeste;
- Participação dos acadêmicos do ICC em eventos de natureza científico-cultural pelo Brasil afora, proferindo conferências e concedendo entrevistas;
- Contato com os sócios correspondentes em vários pontos do Brasil, como em Fortaleza, Manaus, Curitiba, Rio de Janeiro, Teresina, São Paulo, Ouro Preto, Natal, Salvador, Recife e João Pessoa;

⁸⁸ Cf. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

- Edição e publicação da revista **Itaytera**, feita anualmente e de forma ininterrupta.

3.1 A REVISTA *ITAYTERA* E O MUSEU DO CRATO

Comparativamente, em termo de produção e difusão do discurso identitário proposto pelo ICC, a revista **Itaytera**⁸⁹ foi a mais importante obra da entidade.

Publicada anual e ininterruptamente de 1955 a 2000, a revista atuou como portavoz dos desejos e anseios dos membros do ICC e foi pronta e largamente recepcionada pelos meios intelectuais da região e de outros centros. O editorial da segunda edição, publicada em 1956, afirma:

Foi o aparecimento do primeiro número de “ITAYTERA” autêntica vitória para o Instituto Cultural do Cariri. Fomos recebidos com os aplausos unânimes da imprensa e da crítica literária nordestinas. Esgotou-se a edição em poucos dias, não mais nos permitindo atender os inúmeros pedidos de exemplares que chegaram a esta redação de diversas paragens. Tudo isso nos animou para o prosseguimento da jornada que iniciamos no ano passado, um tanto ou quanto receiosos [sic] (FIGUEIREDO FILHO, 1956, p.1).

A revista surgiu como cumprimento de uma determinação estatutária do Instituto, o que faz com que “o criador e a criatura” confundam-se positivamente. Assim, quando a revista deixou de circular, o ICC atingiu a sua mais profunda fase de inércia institucional, chegando a ser desalojado de sua sede e perdendo boa parte de um precioso acervo bibliográfico, formado por livros, revistas e jornais, pela simples falta de cuidados com a conservação daqueles documentos.

Analisando mais detalhadamente o rol de ações efetivadas pelo ICC nos seus primeiros anos de funcionamento, percebe-se que o programa posto em prática tem uma forte tendência para a valorização de uma projetada identidade cultural e histórica, que será analisada em momento oportuno, mas que pode ser aqui resumida como resultado de uma visão que produz um legado a partir de um passado sacralizado e de uma memória heroicizada. Esse legado é difundido através de uma produção historiográfica e de outros empreendimentos, a exemplo de algumas ações elencadas logo acima, como a valorização das manifestações da cultura popular, principalmente dos folguedos artísticos, edificação

⁸⁹ Na capa da edição de lançamento de **Itaytera**, de 1955, vemos a seguinte descrição a respeito deste título: “É uma corrução visível (Batateira) do termo Itaytera, pelo qual os tupis designaram o maior e mais belo manancial de Araripe e que decompõe do seguinte modo: **Ita**, pedra, **Y** ou **Yg**, água, **têra**, por entre, isto é, água que corre, precipitando-se por entre pedras”.

de monumentos, demarcação de espaços de memória e, sobretudo a fundação de um museu.

No tocante à criação de um museu, os fundadores do ICC elegeram o ano de 1955 como “o ano da batalha pelo museu”, através de uma campanha em que seriam usados todo o prestígio e toda a força do Instituto para “dotar a cidade de um museu digno do seu passado histórico e de suas tradições de progresso e de cultura” (BIBLIOGRAFIA, 1955, p. 167). E quando se falou de prestígio e força não se estava fazendo uso de uma metáfora ou de mera retórica. Por ser, por excelência, um espaço de produção da história e da memória da região, além de proponente de um inédito projeto identitário para a região, o ICC foi, dentre as novéis instituições, aquela que mais gozou de prestígio e destaque junto às eclusas institucionais, notadamente aquelas dispensadoras de patrocínios, como o poder público e entidades patronais. Nas palavras de Raimundo de Oliveira Borges, sócio-fundador que depois chegaria à presidência da entidade, o ICC tinha um bem inalienável, que era o seu capital cultural, fruto de sua missão de contar a história do Cariri e defender a “dignidade das letras”. Esse patrimônio era, no entender de Borges (1999, p. 13), a principal garantia que o ICC dispunha para a captação dos recursos necessários para tocar sua empreitada:

[...] Sabe-se que a maior glória do Crato e da região repousa na sua maior parte na história de seu amor à liberdade e à cultura intelectual. Pois este patrimônio de grandeza inigualável encontra no ICC o seu maior sustentáculo, merecendo, portanto, o irrestrito e merecido apoio do povo e das autoridades cratenses.

Essa garantia mostrou-se eficiente e suficiente quando o ICC precisou contar com suporte logístico e moral das autoridades públicas e empresariais, notadamente dos cratenses e cearenses detentores de mandato público nas diversas estâncias do poder. Como exemplo dessa afirmação, veja-se a seguinte citação:

A Câmara de Vereadores do Crato está sempre na linha de frente, quando se trata de assuntos ligados ao Instituto. Jósio de Alencar Araripe, Aluisio Cavalcante e, recentemente, José Luiz de França e José Pinheiro Esmeraldo apresentaram verbas para o Instituto, sempre aprovadas por unanimidades de votos e sancionadas pelo Prefeito Dr. Ossian de Alencar Araripe” (BIBLIOGRAFIA, 1958, pp. 151-152).

Na Câmara Federal é citado o nome do deputado Antonio de Alencar Araripe, chamado de “único sócio benfeitor”, além de ser enfatizado o “gesto amigo que (...) muito comoveu (...) do deputado Hugo Cabral, representante do Paraná”, mas de origem cearense, que doou ao ICC “vinte mil cruzeiros de sua quota anual”. No Senado Federal, é lembrado o apoio dado pelo senador Onofre Muniz. Na Câmara Estadual, os nomes dos deputados Décio Teles Cartaxo e Cincinato, de Santana do Cariri, são destacados (*Idem*).

Por outro lado, o projeto de criação de um museu inscrevia-se no ideário modernista do ICC, conforme pode ser percebido na observação abaixo:

A crença de que se vivia em tempos modernos impelia ainda a necessidade de criação de “lugares de memória”, para que os cratenses do século XX não esquecessem que por obra da civilização, a cidade vinha de longe na senda do progresso.⁹⁰

Assim, o projeto de criação do Museu Histórico do Crato iria ser uma tônica constante em editoriais, informes e artigos da revista **Itaytera** dali por diante.

Resultado da campanha com vistas à doação de objetos antigos e representativos da história local, o museu é inaugurado em 1958 com o nome de Museu Itaytera. Mas o grosso do que veio a formar o acervo do Museu pertencia ao seu fundador e maior entusiasta da ideia: J. de Figueiredo Filho, um acervo colecionado ao longo de sua carreira de pesquisador autodidata da história e da cultura regional.

O Museu, que foi administrado pelo ICC até 1970, foi encampado pelo poder executivo municipal, na gestão do então prefeito Humberto Macário de Brito, passando a ser chamado Museu Histórico J. de Figueiredo Filho, em homenagem ao seu fundador. Desde então, o Museu ocupa o térreo da antiga Casa de Câmara e Cadeia do Crato, que foi construída em 1877, por ordem do governo imperial, como uma estratégia para empregar a mão de obra das vítimas da grande seca que ocorreu naquele ano. Além do Museu Histórico, o prédio abriga também o Museu de Arte Vicente Leite, localizado no andar superior. Anteriormente, o prédio abrigou a sede da prefeitura e da Câmara Municipal, além do Fórum e da cadeia pública.

Hoje, o Museu possui um dos mais importantes acervos do Cariri. São cerca de mil peças que contam a história do município e da região. A começar por artefatos legados

⁹⁰ Trecho extraído do artigo **Orgulhosa (mente) cratense**: o Instituto Cultural do Cariri e o pensamento intelectual sobre a cidade (Crato: 1950-1960), de autoria de José Italo Bezerra Viana. Disponível em <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0598.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

pelos índios cariris, que deixaram importantes lembranças de sua cultura e que reforçam os estereótipos identitários. O Museu Histórico do Crato representa também a história dos coronéis, chefes políticos do interior que dominaram o sertão a fogo e ferro. Ali estão expostas armas usadas por famigerados cangaceiros e objetos que pertenceram às personalidades consideradas ícones da história local, a exemplo de Bárbara de Alencar, que, ao lado de seus filhos, engajou-se na Revolução Pernambucana de 1817. No entanto, o que se observa é que falta um planejamento metodológico e pedagógico para a exposição deste acervo, que não obedece a nenhuma uma ordem cronológica precisa nem a uma disposição temática coerente⁹¹.

Neste ponto, gostaria de abrir um parêntese para mais um depoimento de ordem pessoal. Em 1997, quando o cineasta Rosemberg Cariry assumiu a Secretaria de Cultura do Crato, na gestão do prefeito Raimundo Bezerra, fui um dos representantes do Departamento de História da URCA em um grupo de trabalho constituído para propor uma reformulação ao Museu Histórico do Crato. Naquela ocasião, pude constatar o quanto o órgão estava necessitando de uma mudança de ordem metodológica, que pudesse o qualificar como um instrumento didático-pedagógico a serviço das escolas ou mesmo como um órgão receptivo do turismo educacional. Neste sentido, o grupo de trabalho elaborou um projeto que foi entregue àquela Secretaria, responsável pela administração do Museu. Poucos meses depois, Rosemberg Cariry deixou o cargo e, para minha surpresa, fui convidado a sucedê-lo. Com o projeto em mãos e agora sob a minha responsabilidade, iniciei a etapa inicial do sua execução, mandando realizar um novo inventário do acervo. No entanto, por conta da necessidade emergencial de fazer uma reforma estrutural no secular prédio que abrigava o museu, ameaçado de desabamento devido à infiltração de água da chuva no teto e aparecimento de rachaduras nas paredes, o projeto inicial teve que ser postergado. Por fim, por conta de uma série de carências constatadas, dentre elas, a falta de recursos materiais e humanos, esta necessária reformulação não foi feita naquele momento, como ainda estar para ser feita.

A experiência acima narrada, no que pese o gosto de frustração que legou ao seu protagonista, teve, por outro lado, um mérito: o de recobrar lembranças que remontam ao momento em que, garoto ainda, adentrei pela primeira vez aquele vetusto prédio e deparei-me com o acervo museológico que me encantou e transportou a um desconhecido tempo

⁹¹ Sobre o Museu do Crato ver VICELMO, Antonio. **Museu preserva memória regional**. Disponível em <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=167467>>. Acesso em: 26 ago. 2013.

pretérito. Novamente, na ocasião que fui gestor da pasta da cultura da municipalidade cratense, revivi aquele encantamento, dado o fascínio que aquele lugar e aqueles objetos, mesmo na sua disposição pouco coerente, exerciam sobre o espectador ao evocar uma memória tão significativa.

O fato é que o projeto de criação de um museu materializou-se com uma impressionante rapidez, principalmente por conta da dedicação do seu principal entusiasta: J. de Figueiredo Filho. Criou-se, portanto, um espaço de memória privilegiado, repositório da memória histórica e instrumento potencialmente pedagógico.

Assim, o campo historiográfico foi eleito como fundamental na viabilização do projeto identitário para a região, um elemento discursivo que vai permear os demais campos tidos como representativos nesta empreitada. Nesta perspectiva, o território natural vai ser pensado como um espaço histórico.

3.2 CARIRI, UMA DÁDIVA DO ARARIPE

Em 1837, um naturalista escocês, em viagem pelo interior do Brasil, ao adentrar os limites geográficos da então Vila do Crato, foi tomado por uma sensação de bem-estar e deslumbramento, assim descrevendo o ambiente que tinha acabado de vislumbrar e que se diferenciava totalmente das terras vizinhas:

Impossível descrever o deleite que senti ao entrar neste distrito, comparativamente rico e risonho, depois de marchar mais de trezentas milhas através de uma região que naquela estação era pouco melhor que um deserto.

A tarde era das mais belas que me lembro ter visto, com o sol a sumir-se em grande esplendor por trás da Serra do Araripe, longa cadeia de montanhas a cerca de uma légua para o oeste da Vila; e o frescor da região parece tirar aos seus raios o ardor que pouco antes do poente é tão opressivo ao viajante nas terras baixas (GARDNER, 1975, p. 92).

Tempos depois, no final do ano de 1859, era a vez de os membros da Comissão Científica de Exploração⁹², presidida pelo médico e naturalista fluminense Francisco Freire Alemão, considerado o maior botânico brasileiro do século XIX (SILVA FILHO, 2007, p.

⁹² A Comissão Científica de Exploração foi idealizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o beneplácito do imperador Pedro II, cuja a missão, segundo Silva Filho (2006, p. 9) era “conhecer em detalhe a geografia, os recursos naturais e as populações espargidas nas fimbrias do território brasileiro”. Compunha-se de Freire Alemão, Guilherme Capanema, Manuel Ferreira Lagos, Giacomo Raja Gabaglia, o poeta Antônio Gonçalves Dias e o pintor José dos Reis Carvalho.

10), fazerem o mesmo percurso. Assim como Gardner, Alemão (2006, p. 234) registrou em seu diário impressão semelhante que sentira o naturalista escocês ao entrar no Crato:

Quando chegamos ao alto dum morro sobranceiro à cidade, se nos ofereceu um bonito panorama, por diante fechava o quadro a serra do Araripe, que não é mais que uma vasta chapada rasa e igual, como a do Apodi, adiante da qual fica a bacia do Crato, toda vestida de vigorosa vegetação e formando contraste com o aspecto do sertão.

[...]

Tudo isto era aprazível e agradável.

Assim como impactou aqueles viajantes, a Chapada do Araripe deixa uma impressão marcante para quem a avista, principalmente pela primeira vez. Assim ocorreu comigo. A minha primeira imagem significativa, que impregnou na minha retina, foi a da “majestosa e imponente” Chapada do Araripe, quando ainda vivia a fase da primeira infância, momento extasiante de descoberta do mundo exterior.

Nasci e passei toda a infância na Rua da Cruz, popular denominação da avenida Teodorico Teles, no bairro Buenos Aires, em Crato. De lá, avistava a chapada, no formato de uma faixa, ora azulada ora esverdeada, que recortava toda a paisagem sul da cidade. A sensação que ela nos passava era de uma muralha intransponível, protegendo-nos e tornando-nos invencíveis como os troianos antes do presente dos gregos.

Lembro bem de algumas situações vividas onde a Chapada do Araripe era uma forte referência, como as idas à feira semanal, que até hoje se realiza nas segundas-feiras. Acompanhava minha mãe e observava-a, atento, negociar a compra de produtos oriundos da Serra, como erroneamente o caririense, de modo geral, designa a chapada. Pequi, mangaba, puba, farinha de mandioca, cambuí eram algumas dessas mercadorias que os feirantes expunham em balaios ou alguidares, dispostos nas calçadas ou sobre as bancas que tomavam as ruas centrais da cidade.

A chapada era destino certo das viagens movidas pelas minhas férteis fantasias infantis. Era para lá que a imaginação voava, localizando os enredos tramados de fugas, desbravamentos e outras aventuras. Também, povoava-me os sonhos noturnos para, na manhã seguinte, tornar a ser realidade quando era avistada ao longe, muitas vezes do alto da goiabeira que sombreava o quintal da minha casa.

No meu imaginário infantil, a chapada era um lugar das utopias, de áurea preservada por ser, naquele contexto, materialmente falando, um espaço inacessível para uma criança de tenra idade.

A Chapada suscitava ainda uma série de histórias, que ouvíamos dos mais velhos e recontávamos nas rodas que se formavam nas esquinas, notadamente em noites de escuridão, por conta das recorrentes quedas de energia. Eram histórias de trancoso, repletas de seres mágicos e encantadas situações, partes do imaginário lendário do Cariri ou histórias de caçadores, com exageradas espreitas ou heróicas perseguições a bichos ferozes, como as onças pintadas e os lobos guarás. Um desses seres míticos era o Rei da Serra, um ermitão que fez da floresta do Araripe o seu reino encantado.

Portanto, não à toa, a natureza caririense começou a ser enaltecida nas narrativas dos viajantes, a exemplo de Gardner e Alemão, que teciam as melhores impressões acerca dela.

Assim, é indubitável que o primeiro dos elementos discursivos e imagéticos do espaço e da identidade regionais esteja relacionado ao território natural, tendo a Chapada do Araripe como principal ícone. Em seguida, é visível o esforço dos historiadores caririenses na abordagem das temáticas indígena e da cultura popular como definidores do Cariri, ao tempo em que perpassam outros temas como elementos capazes de identificar a região como um espaço peculiar. Todas essas temáticas, como já foi dito, são permeadas pelo viés histórico.

Apesar de hoje parecer óbvia, a definição de que a História é o estudo do homem no tempo, feita por March Bloch, em meados do século XX, foi decisiva para a expansão dos domínios historiográficos. Já para a relação entre a História e a Geografia, consolidando, inclusive, um novo campo historiográfico, a Geo-História, e trazendo novos alentos ao domínio da História Regional, o acréscimo de outra coordenada— a do Espaço — torna essa definição mais irredutível. Portanto, a História sendo o estudo do Homem no Tempo e no Espaço abre uma nova dimensão no processo histórico humano, visto a importância histórica que o lugar físico, geográfico ou político, exerce sobre as determinações de uma sociedade historicamente constituída (BARROS, 2006, p. 462).

O sertão caririense é comumente representado com um particular que a natureza prodigiosa lhe confere, visto que o seu território costuma ser comparado a um oásis em meio a um ecossistema de clima quente, vegetação de caatinga e solos áridos. Veja, por exemplo, a descrição de Pinheiro (2010a, p. 7): “Sua vegetação sempre verde e suas águas perenes contrastam singularmente com os sertões semiáridos que o circundam”. Este mesmo autor (p. 21) até parodia Heródoto ao afirmar que “o Cariri é um presente da

Chapada do Araripe e caririenses os que lhe bebem as águas da nascente”. Esta visão é compartilhada por Figueiredo Filho (2010, p. 5):

O Cariri é região do sul do Ceará, situada ao sopé do Araripe. É irrigado, em grande parte, por dezenas e dezenas de fontes perenes, brotadas daquela serra que o separa de Pernambuco e causa principal da situação privilegiada, que sua natureza desfruta, em contraste com a caatinga ressequida que o circunda.

[...]

A diferença entre a sua natureza e da circunvizinhança é bem flagrante. Daí o filho do Cariri, apesar de bem interiorano, sentir que sua região é inteiramente fora do sertão propriamente dito.

Essas características geográficas são, assim, reiteradamente representadas como símbolos da superioridade do Cariri em relação à sua adjacência. O que se observa, geralmente, nas descrições acerca do território natural caririense é o uso excessivo de adjetivações ou qualificações como “prodigioso”, “ubertoso”, “oásis”, “manancial” etc, o que demonstra o quanto o caririense é ufanista com relação ao solo por ele habitado.

São, pois, esses condicionamentos de ordem geoclimática que atuaram de forma decisiva na maneira como o Cariri foi colonizado e representam uma importante referência na elaboração do conceito e da identidade da região.

Assim como o topônimo da região, a designação da Chapada do Araripe, segundo Pinheiro (2010a, p. 15), tem como possível origem etimológica um vocábulo dos pioneiros habitantes do lugar, os índios cariris. Para tanto, recorre à obra **Vocabulário indígena em uso na Província do Ceará com explicações etymologicas e orthographicas, topographicas, historicas e therapeuticas, etc**, de Paulino Nogueira, cujo significado seria “lugar de arara”.

Sobre a origem do nome da chapada, tida como um elemento referenciador da própria origem da região do Cariri, vale citar a observação de Cordeiro e Bussons (2010, pp. 2-3) de que

o “vocabulário” de Nogueira comporta várias discussões etimológicas, como também geográficas, enaltecendo a fauna, a flora e a cultura local com características gerais de uma linguagem possuidora de um “tom exaltante” e “erudito”. Faz-se necessário, pois, mencionar a posição do sujeito-autor: Paulino Nogueira, ex-presidente da província, intelectual, político atrelado aos aristocratas de Fortaleza não poderia deixar em equívoco as pretensões de construir uma imagem positiva do Ceará, para um todo nacional perante o cenário de seca, miséria, epidemias, imigração, etc. que arrasaram a província.

Fica, pois, patente a preocupação excessiva dos historiadores cearenses em nomear a chapada do Araripe como dispensadora de atrativos que possibilitam a ocupação do espaço do ponto de vista da colonização. Seria, pois, a chapada uma espécie de marco inaugural do Cariri, ícone principal do projeto civilizatório para a região, um monumento natural que confere identidades e significados aos caririenses. Percebe-se, assim, o uso de uma simbologia para manifestar o telurismo que caracteriza a *caririensidade* de seus habitantes, imbuídos de valores e predicados naturais de pureza e imponência, que, por sua vez, estão relacionados, de certa forma, à presença da “majestosa chapada” e suas “perenes fontes de águas cristalinas”, promovedores de “solos ubertosos” e “clima ameno”.

Neste sentido, além da abordagem a respeito do território natural, é mister que se fale sobre o seu processo de ocupação do ponto de vista da colonização ocorrida no bojo do processo de interiorização econômica que teve início, de forma efetiva, a partir do século XVII.

3.3 DA “CIVILIZAÇÃO DO COURO” À “CIVILIZAÇÃO DA RAPADURA”: O CARIRI E SEUS ENGENHOS DE MEL, ARTES, OFÍCIOS E PRODUTOS DERIVADOS

Além da chamada “Civilização do Açúcar”, matriz principal e inaugural da sociedade brasileira, outras igualmente importantes foram desenvolvidas ao longo da nossa colonização. Uma delas é a “Civilização do Couro⁹³”, decorrente diretamente da “Civilização do Açúcar”. Ferline (1992, p. 25) destaca a associação existente entre a economia canavieira e a criação de gado e como, através da pecuária, iniciou-se a ocupação do interior do Nordeste brasileiro:

A pecuária foi outra importante atividade ligada ao mundo açucareiro. O gado bovino era indispensável ao trato das lavouras e dos engenhos, principalmente para o transporte de cana e de lenha. A criação de gado fornecia, além do transporte, a força motriz para as moendas mais simples e alimento para a população.

⁹³ A expressão é do historiador Capistrano de Abreu (1963, p. 149), que assim destacou a importância do gado na ocupação do interior nordestino: “De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água; o mocó ou alforje para levar comida, a mala para guardar roupa, mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os bangüês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz”.

Introduzido no século XVI, o gado bovino foi criado, inicialmente, no litoral. Mas a expansão dos canaviais afastou a pecuária das regiões litorâneas, empurrando o gado para o interior e iniciando a ocupação do sertão.

As razões que possibilitaram a colonização do interior do Nordeste estão ligadas tanto ao aumento da população da região canavieira como ao aumento de rebanhos bovinos, o que veio a tomar terras que deviam ser cultivadas. Sensível às reclamações dos senhores de engenho, diante da concorrência da pecuária, o governo português, através da Carta Régia de 1701, proibiu a criação de gado a menos de 10 léguas, ou 60 quilômetros, da costa litorânea, para que naquela região se cultivasse exclusivamente cana-de-açúcar.

Neste processo de ocupação do interior do Nordeste, viabilizado pelos chamados “caminhos do gado”, ocorreu, a partir da segunda metade do século XVII, a colonização dos sertões cearenses. Basicamente, os caminhos do gado se dividiam em duas rotas: a do sertão de fora, dominada por pernambucanos, vindos do litoral, e a do sertão de dentro, dominada por baianos. No Ceará, estas duas vertentes se fundiram, dando início à ocupação das ribeiras dos rios Jaguaribe e Acaraú, que ofereciam água, peixe e travessia aos seus primeiros colonizadores.

Nesse processo de conquista, as grandes vítimas foram os povos indígenas, que eram mortos, perseguidos, presos ou desterrados para dar espaço às fazendas de gado. Os indígenas poupados eram aldeados e catequizados pelos padres católicos que, para isso, fundaram missões, núcleos dos primeiros povoados cearenses, como Caucaia, Pacajus, Messejana, Baturité, Iguatu, Crato e Parangaba.

Em reação à violência sofrida, os nativos promoveram longas e sangrentas guerras contra os colonizadores, a exemplo da “Guerra dos Bárbaros”, assim chamada pelos brancos, que envolveu várias tribos indígenas que pertenciam à Nação Cariri. Ao final, os silvícolas foram derrotados e massacrados, aldeados e até mesmo escravizados.

A “Civilização do Couro” tem como principal símbolo o vaqueiro, geralmente resultado da miscigenação ocorrida entre as etnias branca, indígena e negra. Era um trabalhador livre, porém submetido à exploração do dono da fazenda. Conhecedor da fauna e da flora sertanejas, era quem de fato administrava a fazenda, visto que o proprietário geralmente também era dono de engenho localizado no litoral e estava sempre ausente. O vaqueiro não recebia salário e era compensado com o sistema de “quarteação”, pelo qual, após trabalhar cerca de 4 a 5 anos, recebia uma cria de cada quatro nascidas.

Neste contexto, ocorreu a ocupação da zona meridional do Ceará, região que logo foi batizada de Cariris Novos, para diferenciar de uma região homônima, porém mais antiga, localizada na Paraíba e chamada, por isso, de Cariris Velhos. Depois, passou-se a usar a designação de Cariri Cearense e, mais recentemente, Região Metropolitana do Cariri⁹⁴.

Geraldo Menezes Barbosa, em artigo publicado o **Jornal do Cariri**, edição de 14 de setembro de 2009, sob o título **Povoamento do Cariri**, assim resume as origens da colonização caririense:

[...] No Cariri foram os baianos, em 1707, descendentes de Garcia D'Ávila, pelas margens dos rios afluentes do São Francisco e, muito depois, seguindo os rebanhos de gado solto que proporcionaram aos invasores a uma proveitosa colonização pastoril.

[...]

O jornalista João Brígido, no seu livro **Apontamentos para a História do Cariri** (1858), indica que o vale do Cariri teve a primazia de ser o primeiro a receber o colonizador, em 1707. [...]

Posteriormente vieram do Recife alguns frades que se insinuaram como “chefes” daquele núcleo populacional primário, iniciando a catequese dos índios Cariris.

A visão que esses desbravadores tiveram da região foi, decerto, a de um território geográfica e climaticamente diferenciado. A expressão mais adequada para representar o suposto deslumbramento destes colonizadores talvez seja “oásis”, visto que o Cariri é uma ilha sertânica, possibilitada pela abundância de água e existência de vegetação verde e solos férteis. Esse ecossistema privilegiado, em comparação ao sertão semiárido, de clima quente, recursos hídricos escassos e vegetação ressequida na maior parte do ano, deve-se principalmente à presença da Chapada do Araripe, um exemplo de serra úmida, na designação de Diegues Júnior (1960, p. 174). E é justamente por conta desses condicionamentos naturais que a colonização do Cariri ocorreu a partir de um elemento civilizador próprio: o cultivo da cana-de-açúcar para o fim principal de fabricação da rapadura. Ao lado da pecuária, a agricultura canavieira, constituiu-se, desde o princípio, o principal motor da economia caririense.

⁹⁴ A Região Metropolitana do Cariri, criada pela Lei Complementar Estadual nº 78, de 29 de junho de 2009, surgiu a partir da conurbação entre os municípios de Juazeiro, Crato e Barbalha, sendo a ela incluídos os municípios limítrofes, situadas na tradicional região do Cariri cearense: Caririaguá, Farias Brito, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri.

A moagem dos engenhos, principalmente em tempo de chuvas abundantes, representa uma época de grandes significados para todos os que nela estão envolvidos. É um período de trabalho árduo, com longa e cansativa jornada de trabalho, que chega a durar até quatorze horas diárias, das quatro de manhã às oito da noite, com pouco tempo para as refeições e quase nenhum descanso. Entretanto, também é uma motivação para os festejos e rituais diversos. O morador tem trabalho certo e a família se alimenta mais e melhor. Cana, garapa, mel, rapadura, batida, alfenim à disposição. Tempo, portanto, de alegria e fartura. Tempo de celebração do homem com o meio e com a vida. Tudo regado à cachaça e à meladinha feita com aguardente.

Na casa-grande, moradia do senhor e de sua família, aconteciam novenários, casamentos e batizados. No terreiro do engenho e das casas dos moradores, nos momentos de folga, realizavam-se as brincadeiras ou folguedo, que incluía o famoso arrasta-pé, como assim o matuto chama os bailes populares, animados por conjuntos regionais de música, como o trio integrado por sanfona, zabumba e triângulo, e a banda cabaçal. Nestes espaços, acontecia o que se hoje chama terreirada, ou seja, apresentação espontânea e animada das diversas manifestações culturais que se desenvolveram à sombra dos engenhos da zona canavieira do Cariri, como reisado, coco, maneiro-pau, dança de São Gonçalo, pau de fita, desafios de violeiros etc. Todo esse diversificado repertório de manifestações artísticas compõe o que hoje é considerado um dos mais ricos acervos da cultura popular universal. Um verdadeiro patrimônio imaterial da humanidade.

A rapadura foi, por muito tempo, o principal produto de viabilização da economia caririense, moldando-lhe inclusive sua identidade sociocultural e histórica, daí a expressão “Civilização da Rapadura” para traduzir o peculiar *modus vivendi* do caririense.

3.4 “OS DOCES BÁRBAROS”: OS GUERREIROS CARIRIS NA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE REGIÃO E DA IDENTIDADE REGIONAL

Inicialmente, nas descrições a respeito dos cariris, as narrativas aparecem ambíguas, a partir da influência da cultura eurocêntrica, ora tratando-os sob um viés romântico, ora tratando-os como bárbaros sanguinários. É o que ocorre, por exemplo, no já citado artigo de Paulino Nogueira, que assim descreve, primeiramente, o indígena cariri:

Tribo tapuia, rolhos, refeitos do corpo, de cabelos negros, vivia da caça e das fructas das arvores, especialmente de cocos. No descobrimento do

Brasil habitava a cordilheira da Barborema, que reúne a Parahyba a Pernambuco. Os colonos depois lhe deram o nome de cariris velhos em contraposição à parte, que mais tarde viéra a habitar o valle do Araripe, por isso chamados cariris novos (NOGUEIRA, 1887, p. 256, *apud* CORDEIRO; BUSSONS, 2010, p. 6).

Ou seja, de corpos fortes e sadios, boa aparência, livres e presentes no marco inaugural da Nação (o descobrimento). No entanto, com a chegada do colonizador, ao tempo em que surge uma dicotomia no território dos cariris, demarcado pela oposição velho e novo, as qualidades antes imputadas aos nativos são sobrepujadas quando o autor os descreve como “extraordinariamente rapinas e tão péssimo conceito conquistaram que os colonos converteram-lhes o nome de *cariri* em *caro* e *ruim*” e, portanto, passíveis de serem reprimidos e expulsos, como de fato o foram. Reprimidos a ferro e fogo na chamada “Guerra dos Bárbaros” e expulsos “em 1780 (...) pelo corregedor José da Costa Dias e Barros, por ordem do Capitão General de Pernambuco, José Cesar de Menezes” (*Apud* CORDEIRO; BUSSONS, 2010, p. 7).

Por outro lado, na perspectiva do estudo linguístico, sob o ponto de vista de Cordeiro e Bussons (*Idem*), “a imagem do índio ‘Cariri’ é desqualificada por conta de sua resistência”, o que transparece a aludida contradição no discurso do autor, “que ao mesmo tempo em que exalta a figura indígena, também desqualifica esse sujeito”.

Pinheiro (2010a, p. 8) apresenta os cariris como povos migrantes e que se estabeleceram no interior do Nordeste em tempos remotos. Seriam provenientes de “um lago encantado”, que Capistrano de Abreu acha ser o rio Amazonas. Depois de “larga peregrinação”, margeando a costa norte do Brasil, entranharam-se no território expulsos que foram do litoral pelos Tupiniquins e Tupinambás. Nos sertões, habitaram as “matas da Barborema, dos Cariris Velhos e Novos” e “fixaram-se junto ao leito de alguns rios como o Jaguaribe, o Acaraú, o Assú, o Apodí, etc”, onde permaneceram até o início da colonização dessas regiões, nas últimas décadas do século XVII. Como se mostraram renitentes à empresa colonizadora, foram dominados e aldeados, mas sem que antes tivessem resistido bravamente.

A resistência dos cariris aconteceu a partir de uma confederação que durou trinta anos, envolvendo tribos localizadas notadamente no Ceará, mas também em Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba. Chamada pejorativamente de “Guerra dos Bárbaros” foi uma reação ao avanço de poderosos sesmeiros que se apossavam das terras ocupadas pelos indígenas, provocando violentos conflitos. Ao final, os cariris foram vencidos, entre as

décadas de 10 e 20 do século XVIII⁹⁵, por milícias sob o comando do coronel João de Barros Braga, através de expedições militares que ficaram conhecidas como “jornadas do sertão”.

Em estudo que analisa o papel das armas na conquista e colonização da capitania do Ceará durante o século XVIII, Gomes (2009, p. 138) informa que o coronel João de Barros Braga comandou o regimento de cavalaria miliciano do Jaguaribe, a renomada “cavalaria de certam”, integrada, na sua grande parte, por mestiços e índios e tida como responsável pelo início da derrota dos índios confederados. Gomes (*Idem*) dá conta de um requerimento à administração da capitania de Pernambuco, expedido por índios aldeados na Serra do Ibiapaba, solicitando armas e munições para se defenderem “das m.tas [muitas] naçoens de Tapuyas brabos”, além de “realizar a conquista das brenhas das serras do Araripe, na porção sul da capitania, tendo em vista o aldeamento e cristianização dos índios ali situados.” Pretendiam esses índios obter terras, patentes e honrarias, demonstrando a existência de acordos entre elementos indígenas e a administração colonial. Não se confirma, no entanto, se esses indígenas “colaboracionistas” pertenciam à etnia cariri.

Interessante, por outro lado, observar que, ao se referir à região que pretendiam submeter, os tapuias domesticados a tratam por “brenhas das serras do Araripe”. A designação regional de Cariri parece ainda não ser um termo usual naqueles tempos iniciais da colonização dos territórios localizados no meridional cearense.

Quando, então, este termo passa a nomear “oficialmente” a região?

Uma resposta mais fundamentada para essa questão exigiria uma acurada pesquisa primária, sobretudo no Arquivo Histórico Ultramarino. Entretanto, a terminologia hoje aceita parece que foi se arraigando com repetição de topônimos com o termo cariri, a exemplo de Cachoeira do Cariri e Lagoa do Cariri, que aparecem recorrentemente, a partir do século XVIII, nas cartas de sesmarias, delimitando ou referenciando as datas de terras concedidas (PINHEIRO, 2010b, pp. 34-35). Já nas primeiras décadas do século XIX, há menção da terminologia Cariri Novo, citada em um artigo⁹⁶ reproduzido por Pinheiro (2010a, pp. 31-34), que informa de um projeto subscrito, dentre outros, pelo cratense José Martiniano de Alencar, então senador do Império, em 14 de agosto de 1939, de criação da província do Cariri Novo, cuja capital seria a vila do Crato.

⁹⁵ Segundo texto publicado por J. B. Perdigão de Oliveira na **Revista do Instituto do Ceará**, ano IV, 1890, “a expedição de 1727, comandada pelo Coronel João de Barros Braga subiu pela Ribeira do Jaguaribe e foi até os limites do Piauí, afugentando os índios, matando-os e aprisionando muitos. De tal forma que a partir daquela expedição eles não mais apareceram para atacar as povoações e fazendas”.

⁹⁶ Publicado originalmente no jornal cratense **O Araripe**, nº 46, de 31 de maio de 1856.

3.4.1 O SILÊNCIO QUE GRITA: ARTEFATOS, IMAGENS E IMAGINÁRIO DOS CARIRIS

Na escolha de elementos que são referências da identidade caririense e do conceito de região, como práticas diferenciadoras deste espaço, salta dos textos dos historiadores locais os aspectos culturais regionais. Neste ponto, a contribuição dos indígenas é destacada.

No que tange à produção de artefatos, foi Figueiredo Filho (2010a, p. 8), dentre os historiadores fundadores do ICC, o que melhor e mais pormenorizadamente descreveu o legado dos cariris para a formação cultural da homônima região, com destaque para o tipo de habitação que até pouco tempo era utilizada pelo homem do campo, o chamado roceiro, agregado dos latifundiários, a quem presta serviço e está submisso. Este tipo de moradia, conhecida como mocambo ou mucambo, apesar de ser uma expressão de origem africana, é, segundo Figueiredo Filho, “copiada, em parte, do aborígene.” O autor cita também o artesanato utilitário doméstico, no qual se incluem potes, alguidares, cabaças, cuias, coités, pilão de socar, a arupemba, abano, esteira de palhas, cestas, caçuá, cachimbos e redes. Na produção de alimentos, uma das principais contribuições é o cultivo da mandioca, do qual provém a produção de farinha, de fécula, chamada localmente de goma, e de massa de puba, que são utilizadas na preparação de diversificados pratos que hoje fazem parte do tradicional cardápio de comidas típicas regionais, como a tapioca, o beiju, a paçoca, o mingau (carimã) e o bolo de puba. Da mesma forma, sobressaem-se as culturas do milho e do algodão e a introdução na alimentação do caririense de vários frutos da flora local, como a macaúba, o coco babaçu, o pequi, o araçá, a mangaba, o cambuí, o araticum etc. No vocabulário e na linguagem há também uma grande influência da cultura dos cariris, a exemplo da toponímia, tanto de povoações como de paragens naturais. O mesmo pode-se afirmar com respeito à manifestação artística popular, a exemplo da influência sofrida pelas bandas cabaçais, representantes de tradicional musicalidade da região caririense e de outras regiões nordestinas onde a etnia cariri é presente⁹⁷.

⁹⁷ Sobre a musicalidade dos índios cariris, estudos apontam que a banda cabaçal, por exemplo, é herança desta nação indígena, visto “o contato com os brancos forçaram esses índios a adotarem uma espécie de reconversão cultural para preservar a sua cultura em meio aos seus sucessores”. Ver ANGELIM, Genildo Moreira e BRAGA, Elinaldo Menezes. **A música do começo do mundo**. Disponível em <http://www.prac.ufpb.br/anais/Icbeu_anais/anais/cultura/caba%E7al.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2013.

Mas é na influência exercida sobre o imaginário da população que o legado dos cariris se faz mais forte. Só para citar um único exemplo, temos as lendas que povoam o inconsciente coletivo da população caririense, como o mito da Pedra da Batateira, descrito por Cariry (2008):

Os remanescentes das tribos Cariri, alocados na Missão do Miranda, guardaram codificados, na sua sensibilidade, intuição e memória, a evocação da “lagoa encantada” - lugar mítico das suas origens. Para eles, todo o vale do Cariri era um mar subterrâneo. Debaixo da terra dormia a Serpente d’Água, cujo imenso caudal era represado pela “Pedra da Batateiras”, ao sopé da chapada do Araripe. Precisamente, onde hoje está situada a Matriz do Crato, erigida sob a invocação de N.S. do Belo Amor, era a cama da baleia (na simbologia cristã: o peixe que guia a arca nas águas do dilúvio). Os pajés Cariris profetizavam que a “Pedra da Batateiras” iria rolar, todo o vale do Cariri seria inundado e as águas, em fúria, devorariam os homens maus que tinham roubado a terra e escravizado os índios. Quando as águas baixassem, a terra voltaria a ser fértil e livre e os Cariri voltariam para repovoar o “Paraíso”.

Há quem afirme que Antonio Conselheiro predisse que “o sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão” depois de conhecer a lenda da Pedra da Batateira⁹⁸. Isto teria ocorrido quando buscou abrigo no Cariri, após abandonar o lar por conta da humilhação sofrida ao flagrar sua esposa em traição conjugal.

Polêmicas à parte, é incontestável, do ponto de vista das macropolíticas, o descaso ao legado da etnia dos cariris. Isto se percebe com a ausência de ações afirmativas em contraponto ao processo de silenciamento da identidade e supressão violenta da memória indígena que vem se estendendo desde o período inicial da colonização do Cariri. Não obstante, ainda é bastante visível a presença desta etnia, seja nos traços físicos herdados pelos seus descendentes como na persistência de elementos culturais a influenciar o cotidiano da população. Ou seja, existe um mapa biológico e cultural que pode ser percorrido, mesmo estando com seus traços apagados ou esmaecidos pela ação do tempo e pela omissão de uma política de reconhecimento do legado indígena para a região.

⁹⁸ Cariry (2008) é um dos que defendem essa possibilidade, ao afirmar que “nas suas andanças pelo Cariri, na época em que negociava com cachaça, Antônio Conselheiro escutou de caboclos da região a lenda da ‘Pedra da Batateiras’, a partir da qual fundamentaria a profecia que pregava nos sertões da Bahia: ‘o sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão’. Esse discurso “messiânico” encontrou eco nos caboclos dos sertões baianos, fazendo com que os índios Cariri de Mirandela e Saco do Morcego, catequizados pelos frades capuchinhos, contribuíssem com a força de 300 caboclos flecheiros na defesa do Império Sagrado de Canudos, contra a fúria insana dos exércitos enviados pela jovem República brasileira”.

Por outro lado, mesmo sendo portadora de graves desvios e apropriações contestáveis, a missão esboçada pelos fundadores do ICC, ao inserir a cultura indígena como uma referência da identidade do povo caririense, representa um alento neste desafio urgente do “despertar” de um povo, cuja herança cultural permanece ainda latente e pronta para emergir.

Entretanto, não basta somente a boa intenção das ações afirmativas visando a recuperação da memória e da identidade de povos que foram silenciados no seu processo histórico. No caso dos cariris, é necessário analisar como essa etnia teve o seu legado apropriado, em um exercício intelectual que passa pelo processo de elaboração e reelaborações dos conceitos de região e de identidade do que se convencionou chamar Cariri, em que se destaca o projeto levado a efeito pelo ICC. Neste sentido, deve-se considerar que o elemento indígena é tido como uma das referências discursivas deste projeto, ao lado dos aspectos naturais e da cultura popular.

A despeito de valorizar os indígenas pelos seus atributos e importância no processo de formação cultural da região, esses discursos deixam escapar preconceitos e cargas pejorativas, ao legitimar como necessária a pretensa superioridade do ponto de vista eurocêntrico, relegando a contribuição dos cariris a um plano secundário, apesar de ser constituidora de significados relevantes no projeto de reelaboração do espaço e da identidade caririense. Assim, percebe-se, inicialmente, a influência do discurso naturalista e cientificista reproduzido pelo Instituto Histórico, Antropológico e Geográfico do Ceará, ou simplesmente Instituto do Ceará, ainda no momento de sua fundação, no ano de 1897, quando aquele órgão estava incumbido de elaborar um conceito de região para o Ceará com o objetivo de integrar este estado ao projeto de reelaboração da nação brasileira, então em curso.

Neste contexto, o Cariri é visto como um dos espaços de fundação do Ceará devido a sua importância histórica na fase da colonização bem como nos acontecimentos de enfrentamento ao poder absolutista, que se manifesta em 1817, 1823 e 1824⁹⁹.

O diferencial no que se propôs o ICC é a inversão que se faz no ponto de vista do Instituto do Ceará, quando o Cariri é pensado no seu particular, sob o lema da valorização do interior, em contraposição ao litoral.

⁹⁹ Datas referentes à participação da região, respectivamente, na Revolução Pernambucana de 1817, nas lutas de consolidação da independência nacional e no movimento separatista conhecido como Confederação do Equador.

Outra novidade no projeto do ICC é a constatação, que aparece em algumas obras de seus membros, da inexistência de fronteiras naturais fixas para a região, o que seria interpretado *a posteriori* como um desdobramento do território ocupado pelos cariris em várias partes do Nordeste central, ou mesmo da ideia de fronteira étnica, presente na obra de Barth (2000).

Como vimos anteriormente, a “exuberante” natureza caririense costuma ser descrita como um de oásis em meio de um sertão quente e seco. Assim, o Cariri¹⁰⁰ é reconhecido como uma região especial, diferente do que o senso comum geralmente associa ao ambiente natural sertanejo. No entanto, são muitas as definições, possibilidades e delimitações de seu espaço territorial. Tomemos inicialmente a descrição de Irineu Pinheiro (2010a, p .7):

O Cariri é uma região que compreende *in totum* ou em parte os seguintes municípios no extremo sul do Ceará: Crato, Barbalha, Juazeiro, Missão Velha, Milagres, Mauriti, Brejo Santo, Jardim, Santanópole¹⁰¹, S. Pedro, hoje Caririassú, Quixará¹⁰².

É assim que o povo caririense entende a região em que mora, sem dar-lhe limites exatos de rios, relevos geográficos, etc.

Sua vegetação sempre verde e suas águas perenes contrastam singularmente com os sertões semiáridos que o circundam.

No entanto, para além de seus recortes físicos, de suas demarcações geográficas, o Cariri se afirma por saberes, fazeres e memórias enquanto um espaço emblemático que foi se construindo ao longo de sua história, onde o legado indígena é incontestável, no que concorda Cariry (2008) ao afirmar que

É muito pobre a definição do Cariri apenas como um espaço geográfico. O Cariri, antes, trata-se de uma nação de mestiços Tapuia¹⁰³ que têm em comum a mesma formação histórica e cultural. Mesmo se levarmos em conta apenas o espaço geográfico onde os Cariris habitaram e deixaram a

¹⁰⁰ O Cariri foi originalmente povoado por indígenas da nação cariri, daí a sua designação. Sobre a etimologia do vocábulo cariri, Pinheiro (2010a, p.8) apresenta, dentre várias versões, como as que são citadas por Paulino Nogueira, para quem cariri é oriundo de caa (mato) e ira (mel), ou cai (queimado) e ira (mel), ou riré (depois que).

¹⁰¹ Hoje Santana do Cariri.

¹⁰² Hoje Farias Brito.

¹⁰³ A propósito, num breve parêntese, cabe uma explicação do porquê de os cariris aparecerem, aqui e acolá, nas narrativas históricas, como sendo tapuias. A explicação mais razoável é a de que os índios tupis, conquistadores do litoral, denominavam de tapuia todas as outras nações, geralmente inimigas, que não falavam a língua geral, portanto portadores de língua travada. Os colonizadores portugueses, por sua vez, tomaram emprestado este termo para designar todas as nações indígenas que se localizavam nos sertões e que resistiam ao processo colonizador.

sua marca na cultura popular teremos que considerar ainda os sertões do Piauí, da Bahia, de Alagoas, de Sergipe e do Rio Grande do Norte. Os sertões desses estados formam o território físico e cultural da grande Nação Cariri¹⁰⁴.

Esta questão formulada por Cariry (2007) acerca de “território físico e cultural da Nação Cariri” pode, de certa forma, evocar uma ideia presente no conceito de fronteira dos grupos étnicos formulado por Barth (1998, p. 195) que afirma que “as fronteiras às quais devemos consagrar nossa atenção são, é claro, as fronteiras sociais, se bem que elas possam ter contrapartidas territoriais”.

Ademais, fronteiras e territórios regionais são criações históricas, visto que o espaço não preexiste a uma sociedade que o ocupa e o molda culturalmente, através de relações de poder, produção econômica e aspectos jurídicos. Portanto, no dizer de Albuquerque Jr. (2009, p. 35), “o espaço regional é produto de uma rede de relações entre agentes que se reproduzem e agem com dimensões espaciais diferentes.” Igualmente, fruto desta complexa teia de relações e ações, uma região, se define muito mais pelo conjunto de saberes que extrapola o meramente econômico e atinge uma dimensão de poder que é necessária para dominar o espaço físico que lhe é pertinente. Espaço esse que não se justifica e se legitima sem as intrínsecas relações de poder.

Por fim, mesmo sabendo do vasto e tortuoso percurso que se apresenta àqueles que são atraídos a enveredar por este caminho investigativo, é estimulante saber que a própria designação do *topos* caririense é um forte indicativo do significado, mais do que emblemático, da presença dos cariris no Cariri, do passado ao presente.

Neste sentido, o pesquisador deve considerar que, historicamente, as regiões podem ser pensadas como a emergência de diferenças internas dentro de contextos mais abrangentes, como é o caso de uma nação. Portanto, deve-se ter sempre em mente o exercício do poder que se desenvolve nestes recortes espaciais e como se dão, no seu interior, os enfrentamentos entre os diferentes e até antagônicos grupos sociais. Às vezes, o grau desses enfrentamentos é tão intenso que os grupos oponentes são reportados como vencedores e vencidos. Neste sentido, Albuquerque Jr. (*Idem*, p. 36), providencialmente, define uma região como sendo o botim de uma guerra.

¹⁰⁴ Na sequência do artigo, sob este ponto de vista, o autor defende que a região do Cariri extrapolaria as fronteiras geográficas tradicionais, passando a compreender todas as áreas dos sertões do Nordeste ocupadas pela cultura tapuia ou cariri, que denomina, doravante, de *cabocla-cariri*.

3.5 A FOLCLORIZAÇÃO DA CULTURA POPULAR

Mesmo privilegiando a história e a memória em seus discursos de formulação identitária, os intelectuais do ICC também incursionaram pelos campos da literatura, das artes e da geografia regionais. Portanto, a cultura popular, na época tratada como folclore, mormente suas manifestações artísticas tradicionais, foi outro elemento discursivo difundido pelos intelectuais do ICC como suporte da identidade caririense.

Já em 1953, por ocasião das comemorações do centenário da cidade do Crato, alguns sócios fundadores do ICC¹⁰⁵ introduziram os folguedos populares na programação dos festejos. Em 1954, como já foi citado, o ICC enviou uma banda cabaçal às comemorações do quarto centenário da capital paulista. Mas foi, a partir de 1955, com a intensificação da campanha pela criação de um museu, visto que o projeto original desse órgão previa uma seção folclórica na sua divisão metodológica, que o ICC viria a incorporar, de fato, a valorização da cultura popular ao seu programa de ação. Essa pauta se transformou, literalmente, em uma verdadeira causa para o ICC.

No quarto número de **Itaytera** um artigo, à guisa de editorial, é dedicado ao assunto, afirmando, logo no título, que o rico folclore caririense tinha renascido pujante (FIGUEIREDO FILHO, 1958, p. 1). No corpo da matéria, após o relato de várias atividades cumpridas, um pequeno parágrafo chama atenção: “deixamos de lado todas essas iniciativas do INSTITUTO, para focalizarmos nossa contribuição, em prol do renascimento pujante do rico folclore caririense” (*Idem*). Desta forma, o ICC praticamente assume a tutela do folclore regional, ao incentivar, prestigiar e desvelar suas manifestações:

Não ensarilhou as armas o Instituto com os primeiros louros, na defesa dos motivos populares que nos vieram dos tempos mais remotos. Associou às suas festividades culturais, as danças e cantares folclóricos, prestigiando-os cada vez mais e arrancando-os do anonimato e do esconderijo dos bairros modestos, dos brejos e pés-de-serras. Ainda incentivou a criação de grupos de reisados e atualizou o MILINDÔ, quase desconhecido, até mesmo entre nós (*Ibidem*, p. 2).

Essa tutela vai se ampliar dali em diante, chegando a um ponto de promover a folclorização da cultura popular e torná-la de certo modo uma manifestação oficial da municipalidade. O ICC contribuiu, sobretudo, para essa situação, ao utilizar o seu

¹⁰⁵ Esses sócios são nominados no artigo “Renasce Pujante o Rico Folclore Caririense”; da **Revista Itaytera**, nº 4, p. 1, publicada em 1958, quais sejam: J. de Figueiredo Filho, Décio Teles de Cartaxo, prefeito do Crato por ocasião dos festejos do centenário da cidade, e o secretário da prefeitura Jósio de Alencar Araripe.

prestígio na promoção dos artistas populares e de seus grupos. Inclusive, a presença de homens públicos no quadro de sócios da instituição consiste, neste sentido, em uma eficiente estratégia, para não dizer uma forma de ingerência da elite intelectual junto às esferas de decisão política.

Sobre a folclorização da cultura popular, a afirmação de Certeau (1995, p. 63) de que “o cuidado folclorista (...) não está isento de segundas intenções: ele deseja localizar, prender, proteger. Seu interesse é como que o inverso de uma censura: uma integração racionalizada”, traduz a intenção do ICC quando este elege a questão da cultura popular como uma pauta privilegiada de sua atuação e um suporte para a fundamentação de seu projeto identitário regional. Certeau (*Idem*, p. 55), ao afirmar que a cultura popular “tornou-se objeto de interesse porque seu perigo foi eliminado”, aborda, é certo, o estado de tensão que se expressa no tratamento da cultura popular pela sociedade estamental francesa do século XVIII, que hesita entre o que a cultura popular representa para os segmentos franceses socialmente hegemônicos, isto é, suas origens populares e a ameaça ao *status quo*. Fazendo um possível paralelo com o caso caririense da década de 1950, uma questão desponta: qual a real dimensão da relação do ICC com a cultura popular?

A resposta pode ser buscada a partir do que informam Semeão e Gomes em artigo que trata, dentre outros aspectos, sobre o que “o ICC, além das pesquisas e estudos realizados por seus membros sobre o folclore, também procurou realizar ações concretas em prol do reconhecimento da importância dessa manifestação cultural¹⁰⁶”. Neste sentido, estes autores afirmam que

a tentativa de desmitificar a idéia de que as manifestações populares eram sinônimo de “atraso bisonho” e primitividade, foi uma das motivações para tal empreitada. Essa forma de pensar foi outrora legitimada por um discurso “progressista” e “anti-folclore”. Segundo o Figueiredo Filho, em épocas passadas “a tradição apresentava-se como inimiga número um do progresso”¹⁰⁷.

Os autores prosseguem afirmando que,

ao mencionar tais palavras, [Figueiredo Filho] lançava mão de suas memórias lembrando que seu pai, quando prefeito do Crato, proibiu as bandas cabaçais de se apresentarem na cidade porque “naquele tempo,

¹⁰⁶ Sobre esta afirmação, conferir o artigo **Folclore: patrimônio e memória identitária caririense (1953-1980)**, disponível em <http://www.ce.anpuh.org/1341755672_ARQUIVO_textocompletoparaanpuh-pibic-14.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2013.

¹⁰⁷ *Idem*.

tudo que não vinha de fora, não estava de acordo com a civilização que começava a penetrar no interior”. [...] Com a mudança do paradigma de que a civilização vem “de fora”, o Instituto procurou construir caminhos que levasse a fortalecer a defesa daquilo que era “genuíno” e considerado como elemento definidor de uma imagem para o Cariri¹⁰⁸.

Tal mudança de paradigma pode ser vislumbrada a partir da emergência de um novo discurso regionalista, no qual o folclore é considerado, na constituição de identidades locais, como um de seus elementos fundadores. Assim, em pouco tempo, as manifestações mais visíveis da cultura popular regional mudam radicalmente de referência perante a elite intelectual cratense: de proibidas de se apresentarem publicamente, pelo menos nos espaços urbanos de destaque, as bandas cabaçais, por exemplo, passam a servir de mostruário da cultura regional, dignas de serem exportadas para centros economicamente mais avançados. Quais as motivações que levaram a tal mudança?

Certeau (1995) discorre sobre o interesse que a cultura popular despertou em alguns intelectuais europeus, motivados, dentre outros fatores, por um certo enfrentamento manifestado contra a arte hegemônica da época. Outra motivação desenvolveu-se com o nacionalismo que animou os movimentos políticos europeus desde o Renascimento Cultural, notadamente nas regiões onde a centralização política tardou a acontecer.

No Brasil, o interesse pela cultura popular dá-se no contexto da redescoberta da nação, que se processa consoante ao movimento modernista e sua busca pela “verdadeira” identidade nacional. Neste sentido, um grupo de estudiosos da cultura popular, que se denominam folcloristas, ocupa significativo espaço no debate provocado pelos modernistas brasileiros, dando continuidade à tarefa, iniciada pelos românticos, de invenção de um tipo popular que, ingênua e anonimamente, representaria o sujeito brasileiro e a “alma” da nação. Coube aos folcloristas teorizarem pioneiristicamente sobre o acervo de saberes e fazeres que se torna necessário à preservação de uma salutar tradição. Os folcloristas assumem uma posição de proa no extenso e amplo debate que envolve questões tidas como centrais no estudo sobre a identidade nacional, ainda no singular, mas que se apoia no pluralismo do repertório de manifestações do saber e do fazer populares que emergem das regiões e sub-regiões brasileiras.

Geralmente, os estudos realizados pelos folcloristas não têm uma fundamentação científica, conforme alerta Seraine (1983, p. 13), o que não diminui a sua importância como substrato para o conhecimento da grande diversidade cultural das localidades onde

¹⁰⁸ *Ibidem.*

seus objetos se situam e, mesmo, como eles servem para caracterizar ou representar esses espaços.

É o que acontece com a proposta de região do Cariri feita a partir dos estudos de Figueiredo Filho sobre a cultura popular caririense, a despeito de esta ser analisada sob o conceito de folclore, conforme a tendência teórica da época. Neste sentido, a observação de Ferreira (2004, p. 12) é pertinente:

Revelando através do folclore um conjunto de valores e manifestações específicas e inalienáveis do Cariri, os intelectuais do Instituto Cultural do Cariri desejam, como porta-vozes da civilização que se consideram, promover uma relação de cooperação entre o progresso e a tradição, ambos capazes de formatar um discurso de identidade para o Cariri.

Percebe-se, pois, que o campo da cultura, como é tratado por Figueiredo Filho, permeia tempos aparentemente díspares, mas que estão, na verdade, em constante e necessário diálogo: tempos que se anunciam, sempre a se fazerem, apesar de se mostrarem inexoráveis, e tempos já prontos, que se instauram como monumentos e que não escondem sobressaltos. Noutras palavras: tempos modernos e tempos de tradição.

Neste ponto, vale citar a opinião de Hildebrando Maciel Alves, extraída do artigo **José Alves de Figueiredo Filho e a invenção do Cariri**, sobre o gosto de Figueiredo Filho pelos Beatles, revelado pelo depoimento de um dos seus netos:

Essa pequena passagem [...] nos dá a dimensão pessoal do cratense que já se via envolto em uma dinâmica que passara daquela movimentação pacata e um pouco distante dos grandes centros. O mundo movia-se e Figueiredo Filho, ao seu modo, entrava nessa dança e projetava alguns passos e ritmos¹⁰⁹.

A cultura popular, enquanto expressão tradicional de valor, raiz que se finca profundamente no terreno fértil da “alma” do povo, sustentáculo, portanto, daquilo que se chama comumente essência identitária de uma nação ou região, é, para Figueiredo Filho, sinônimo e condição de evolução social, visto que o progresso ideal não advém de mudanças anunciadas pela ruptura de valores estabelecidos na tradição. Progresso ideal é a preservação desses valores, mesmo que projetados em “novos ritmos”.

¹⁰⁹ Conferir o artigo em <http://www.ce.anpuh.org/1342205804_ARQUIVO_ArtigofinalAnpuh.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2013.

3.6 O DISCURSO REGIONALISTA

No curto texto de apresentação da edição de lançamento de **Itaytera** as palavras Cariri, região e suas derivadas ou correlatas são citadas dezessete vezes, como que para deixar claro que o periódico nascia com o firme propósito de ser um instrumento de “defesa intransigente da região caririense” (FIGUEREDO FILHO, 1955, p. 1). Porém, essa missão deveria ser cumprida sem que incorresse em um “regionalismo estreito”, visto não ser possível “viver mais em regiões estanques”, já que “fatos que ocorrem em partes longínquas do globo, podem exercer mais influência na região caririense do que mesmo acontecimentos que se desenrolam em Crato, Juazeiro do Norte ou Barbalha” (*Idem*).

Essa defesa intransigente será feita com a pena dos escritores que colaborariam assiduamente com o periódico dali para frente, dentre eles, além de Figueiredo Filho, Antonio Gomes de Araújo. Mesmo morto no ano em que a revista foi lançada, Irineu Pinheiro, primeiro presidente do ICC, foi uma presença constante, seja na evocação de seu papel de intelectual que pensou o Cariri sob novas perspectivas históricas e historiográficas, seja na publicação de trabalhos que permaneciam inéditos.

Ao analisar a importância do discurso regionalista na chamada invenção do Nordeste, fruto de uma produção imagético-discursiva que institui uma “configuração de verdades” sobre a região, além de discorrer sobre o papel dos “intelectuais regionalistas”, Albuquerque Jr. (2009, pp. 62-63) chama a atenção para o seguinte:

Essas figuras, signos, temas que são destacados para preencher a imagem da região, impõem-se como verdades pela repetição, o que lhes dá a consciência interna e faz com que tal arquivo de imagens e textos possa ser agenciado e vir a compor discursos que partem de paradigmas teóricos os mais diferenciados.

[...]

Por isso, o discurso regionalista não pode ser reduzido à enunciação de sujeitos individuais, de sujeitos fundantes, mas sim a sujeitos instituintes.

[...]

Este discurso permite que as mesmas imagens e enunciados sejam agenciados por diferentes sujeitos e eles são apenas articuladores no meio desta dispersão de enunciados, conceitos, temas e formas de enunciação.

É, portanto, sob esta ótica – a de sujeitos instituintes – que analisamos a trajetória intelectual e militância cultural da tríade que julgamos central na elaboração, a partir da década de 1950, de um novo projeto identitário para o Cariri. Isso quer dizer que o discurso regionalista que dá embasamento a tal projeto é resultado de uma compilação meticulosamente produzida por esses sujeitos instituintes com o aproveitamento do que foi

sugerido e expresso pela coletividade em seus diversos canais ou espaços de manifestações¹¹⁰.

Na missão pela qual devotam grande empenho, esses sujeitos instituintes são intelectuais regionalistas. Uma preocupação que lhes é comum é a tarefa de imprimir uma nova consciência ao espaço regional, instigados pela sensação de distância dos centros de decisão política, econômica e cultural, tanto do ponto de vista geográfico como do de poder de participação e intervenção. Neste sentido, o discurso do intelectual regionalista é, de um lado, de denúncia desta situação de distância e até de abandono deste centro irradiador de poder (*Idem*) e, de outro, de exaltação à região. Essa tônica denúncia-exaltação, que medeia a relação entre o litoral, enquanto centro de decisão e poder, e o sertão, espaço marginalizado, apesar do potencial latente, é uma constante nos discursos dos intelectuais regionalistas caririenses, conforme se observa, por exemplo, nos editoriais dos primeiros números de **Itaytera**:

Grande maioria do orçamento é consumida em obras suntuárias do litoral, enquanto outra parte é dilapidada pelos gozadores que precisam de aumento gigantesco de rendas para os gastos, com atrações múltiplas das capitais (FIGUEIREDO FILHO, 1956, p. 1).

Há muitas penas brilhantes que trabalham a serviço do litoral e dos grandes centros urbanos. O pouco de inteligência que temos e o muito esforço e boa vontade que possuímos, queremos dedicá-los, quase que totalmente, à terra sofredora, sempre desprezada no passado e agora em franco progresso pela iniciativa dos próprios filhos (*Idem*, 1957, p. 1).

Diante desse *status quo*, gritante e visivelmente desfavorável ao Cariri, os intelectuais regionalistas assumem o papel de porta-vozes da causa que a coletividade esboça em inquieta polifonia e fazem ecoar as reivindicações de progresso regional que tem como uma faceta a busca pela modernidade. Interessante é que essa busca pela modernidade, ou de alcançar o estatuto da modernidade, não se processava com a ruptura com a tradição, como acontecia com os movimentos artísticos que se desenvolviam notadamente nas regiões litorâneas. Ao contrário, no Cariri, a partir do ICC, a modernidade local foi instituída com elementos da tradição, a exemplo do “folclore” regional que passa a ser valorizado e difundido pelos intelectuais.

O progresso deletério via litoral deveria ser freado, pois ameaçava os valores culturais ainda intactos do sertão, que podiam ser pinçados com o trabalho feito pelos

¹¹⁰ Albuquerque Jr. (2009, p. 62) utiliza a expressão “sujeitos dispersos no social”.

intelectuais. Esses valores, verdadeiras relíquias, são vistos como basilares para a instituição de uma modernidade legítima e segura.

Na verdade, conforme explica Albuquerque Jr (2009, pp. 63-64), o “maniqueísmo” professado pelos intelectuais regionalistas, onde os valores sertanejos se opõem à “invasão litorânea”, na tentativa de inverter a relação de força e poder que a dicotomia litoral-sertão havia imposta em função do primeiro, é fruto do próprio regionalismo. Com a afirmação da modernidade brasileira, cujo marco simbólico é a Semana de Arte Moderna, de 1922, o regionalismo e a consciência regional passam a ser aceitos como pré-requisitos pelos intelectuais nacionalistas e pelos próprios modernistas para a formação da nacionalidade e da consciência nacional, respectivamente. Por sua vez, a tradição, ainda intocada no sertão, é percebida como indispensável para a identidade cultural da nação como um todo, visto que esta identidade se localiza na intersecção dos espaços tradicional e moderno. Segundo Mário de Andrade, o intelectual deve ser o construtor desta tradição. Por ser teoricamente inseparável da tradição, mais do que se justifica o modernismo nacional ser chamado modernismo tupiniquim.

Assim, enquanto congregavam esforços no sentido de pensar e repensar o Cariri a partir de ideias e ideais almejados de elevação cultural, intelectual e econômica da região, os intelectuais do ICC colocavam em circulação discursos e imagens cujas matérias-primas básicas eram extraídas da natureza, da cultura e da história locais, atribuindo ao espaço nativo e aos seus habitantes “determinados sentidos, significados que tanto objetivavam construir uma diferenciação quanto uma identificação, seja geográfica, cultural e/ou histórica, da região em relação ao restante do Ceará e mesmo do Nordeste” (SEMEÃO; GONÇALVES, 2010, p. 2).

Por outro lado, boa parte das fontes externas utilizadas como suporte para esta tarefa foi produzida ou tomou visibilidade, de alguma maneira, no contexto das transformações que se processavam no país, durante o período compreendido entre o final do século XIX e início do século XX, objeto de análise de Albuquerque Jr. (2009) sobre a emergência da região Nordeste. As fontes trabalhadas pelos historiadores caririenses reproduzem o discurso nacional-popular que procura dar conformação a uma “consciência regional” ao mesmo tempo necessária para a construção de uma identidade nacional e provocadora da fragmentação da nação em regiões e sub-regiões com suas identidades específicas (*Idem*, p. 61).

No contexto da produção literária brasileira em meados do século XIX, Albuquerque Jr. (*Ibidem*, pp. 64-67) destaca a figura do narrador provinciano, um especialista na história local, escrita do ponto de vista da província e de suas oligarquias hegemônicas. Essa relação entre o intelectual e as questões locais, ditas provincianas, vai doravante influenciar a produção cultural do país, notadamente a literária. Assim, procura-se afirmar a identidade nacional através das diferenças culturais que devem ser respeitadas nas suas peculiaridades, o que vem a reduzir “a nação a um simples somatório dessas espacialidades literárias diversas”. Entretanto, nem sempre essa equação identitária é solucionada pela soma, mas também pela dicotomia que é muito bem expressa na obra **Os Sertões**, de Euclides da Cunha, sempre vista como uma referência da produção regionalista do início do século XX, que tem como característica a descrição fiel do meio sob o ponto de vista naturalista e realista. Esta dicotomia é instituída tendo como eixo central a relação da cultura com a civilização, onde o litoral e o sertão são descritos como *locus* que se opõem por representarem valores inconciliáveis,

sendo o litoral o espaço que representa o processo colonizador e desnacionalizador, local de vidas e culturas voltadas para a Europa. O sertão aparece como o lugar onde a nacionalidade se esconde, livre das influências estrangeiras. O sertão é aí muito mais um espaço substancial, emocional, do que um recorte territorial preciso; é uma imagem-força que procura conjugar elementos geográficos, linguísticos, culturais, modos de vida, bem como fatos históricos de interiorização (...). É uma ideia que remete ao interior, à alma, à essência do país, onde estariam escondidas suas raízes (*Id.* p. 67).

Na busca da identidade compuscada ou mesmo perdida, ante a opressão infligida por séculos de colonização, quando valores e significados exógenos foram impostos em detrimento de sensibilidades e compreensões que tinham se desenvolvidos notadamente nos espaços mais recônditos do território, o sertão, após a proclamação da República, passa a ser visto como repositório da genuína cultura, de caráter popular ou folclórico, suporte incontestável para instituição da cultura nacional. Ou seja, nesta conjuntura de redefinição de brasilidade, do ponto de vista dos intelectuais nacionalistas, o sertão teria conseguido reverter a relação de poder cultural que antes pendia para o lado do litoral. Mas, é importante reiterar, neste novo contexto, “o sertão é muito mais um espaço substancial, emocional, do que um recorte territorial preciso” (*Ib.*).

CAPÍTULO 4: TRADIÇÃO *VERSUS* MODERNIDADE (A RECEPÇÃO DO PROJETO IDENTITÁRIO DO ICC)

Em meados da década de 1960, completado o primeiro ciclo da existência do ICC, com uma década de publicação da revista **Itaytera**, já se pode contabilizar a influência exercida pelo órgão junto à opinião pública local. Pelas opiniões e debates que repercutem na imprensa regional, percebe-se uma recepção significativa das ideias apregoadas pelos intelectuais do ICC, com propostas de redimensionamento do conceito de região a partir de novas representações identitárias do Cariri. Um exemplo foi a preocupação com a modernização da infraestrutura do Crato, expressa no desejo de ordenar o espaço edificado e corrigir, a partir de um Plano Diretor de Urbanismo, os problemas surgidos com a expansão da cidade. Esse desejo, que era uma pregação recorrente nas publicações feitas pelos intelectuais do ICC, foi encampado pela imprensa, conforme pode ser observado neste excerto de uma reportagem publicada em um jornal cratense:

Compreendemos que a maior necessidade atual do Crato é o Plano de Urbanismo da Cidade. Tudo nêle ficaria devidamente enquadrado e coordenado, e previsto, além do crescimento vegetativo da cidade. Localização de zonas industriais, mercados, praças e parques, solução para antigos problemas de urbanismo, novas avenidas, etc. [*e asseveram*]: iremos buscar técnicos, sejam quais forem, custe o que custar, e recursos de toda ordem, para tornar realidade essa urgente necessidade da terra cratense, a cidade que mais cresce, no município modelar do Ceará, chegou a hora do Plano de Urbanismo (FOLHA DO CARIRI, 1966 n° 44, p. 07)¹¹¹.

Mas no turbilhão de mudanças comportamentais e de valores que, naquela época, varria boa parte do mundo ocidental, e que deixaria também suas marcas no Cariri, um segmento social diferenciado externava outros desejos: eram os jovens artistas que não se contentavam simplesmente com o ordenamento de espaços e a correção de distorções advindas do crescimento acelerado pelo qual passava a região. Pela sua natureza peculiar, visto que traziam consigo a contestação típica da idade e a criatividade inerente ao fazer artístico a que se propõem, esse jovens

¹¹¹. *Apud* VIANA, José Ítalo Bezerra. **Orgulhosa (mente) cratense**: o Instituto Cultural do Cariri e o pensamento intelectual sobre a cidade (Crato: 1950-1960). Disponível em <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0598.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

buscavam romper com a arte academicista, com as estruturas de poder vigentes na cidade e com os limites impostos pela Igreja.

[...]

No entanto, a partir do momento em que nossos atores sociais expressam os fluxos característicos de seu tempo, estabelecendo uma nova geografia e distribuição de desejos, irão de encontro à idéia de tradição presente na cidade. (MARQUES, 2004, p. 24)

A geração de 60, entre os segmentos mais jovens, coadunava-se com o *zeitgeist* que pairava sobre cabeças, corações e mentes e, ao mesmo tempo, era agente de transformações a partir de questionamentos e propostas perpetrados através de manifestações diversas – a exemplo dos festivais de música, *happenings*¹¹² e passeatas de protesto - que ecoaram mais fortemente através das artes, da política e do comportamento em geral. Esse movimento de contestação partiu dos meios mais industrializados e foi atingindo, paulatinamente, a periferia do sistema capitalista numa onda irreversível, até chegar aos contornos mais distantes da “civilização contemporânea ocidental”.

A irradiação deste movimento, identificado na literatura especializada como de caráter contracultural, não tardou muito para se fazer notar em alguns espaços mais distantes dos centros cosmopolitas, como as “provincianas” localidades que, no período de ebulição dessa virada cultural, eram renitentes espaços de manutenção da tradição. Isso porque o progresso tecnológico é cumulativo e a difusão de valores inevitavelmente atinge os rincões mais distantes, através dos meios de comunicação de massa, e propagados pelos adeptos da “boa nova”.

Assim aconteceu, a partir de meados da década de 1960, no Cariri. *A priori*, diante da ainda precária e insuficiente rede de comunicação existente na época, foram os estudantes caririenses, radicados principalmente nas capitais próximas, como Fortaleza, Recife e Salvador, os primeiros veiculadores das novas ideias que “sacudiam”, no resto do mundo, as pilastras da tradição. Essas ideias estavam sendo gestadas notadamente nos circuitos artísticos e universitários e nos meios políticos de resistência ao crescente autoritarismo que se impunha em nome de defesa da ordem e do *status quo* católico-burguês.

¹¹² O termo *happening*, cuja tradução literal é “acontecimento”, foi usado inicialmente no final da década de 1950 para designar atividades performáticas realizadas por artistas de várias áreas, mas que, de certa maneira, apresentavam características das artes cênicas. As performances, apesar de planejadas, incorporam algum elemento de espontaneidade ou improvisação, envolvendo a participação direta ou indireta do público espectador.

Apesar de não ser uma regra em si, quanto maior o controle social exercido em nome dos valores tradicionais, mais intensa a força de ruptura na direção de alternativas ao padrão de vida vigente. Pelo menos esta era a tônica observada nos centros de decisão e de produção de bens e de valores que davam sustentação à ordem capitalista em expansão após um longo período de crise econômica eclodida já nos primórdios do século em questão. Esta crise ficou conhecida como o “teste do capitalismo” e decorreu da necessidade de uma redivisão dos mercados privilegiados em nível mundial entre as potências.

O resultado deste processo, depois de cerca de cinquenta anos de profunda instabilidade que atingiu todos os setores da sociedade capitalista, foi a emergência de uma nova ordem mundial, marcada pelo estado de Guerra Fria entre as principais potências do pós-guerras mundiais – EUA e URSS – e seus respectivos países aliados, e um cenário positivo de crescimento econômico e aceleração de desenvolvimento tecnológico, conhecido como Terceira Revolução Industrial – pano de fundo para as transformações de mentalidade que marcaram a revolução de comportamento iniciada nos anos 1960, cujo segmento jovem da população foi o principal porta-voz e agente desta transformação.

Este último capítulo pretende abordar e analisar os ecos desse processo no Cariri, notadamente a partir da segunda metade da década de 1960 até o final da década de 1970, sob a ótica de um embate entre os valores modernos e tradicionais e a conseqüente relação de poder que se instaura, envolvendo os agentes que se manifestam nessa contenda, notadamente os coletivos de artistas. Esse processo é analisado tendo como referência a recepção do projeto identitário proposto para a região, formulado, como vimos no capítulo anterior, a partir da fundação do ICC e tendo como vertentes as diversas representações regionais elaboradas e difundidas com base em privilegiados elementos discursivos e imagéticos, como a tradição histórica, o território natural, o legado indígena e a cultura popular. *A priori*, compreende-se esse processo tanto como um campo de lutas como de cooperação velada e/ou estratégica que gera toda uma produção de bens materiais e simbólicos que é, geralmente, contestada em alguns dos seus aspectos, mas também assimilada e incorporada na construção coletiva da identidade regional.

Por outro lado, com a instauração da ordem militar, a partir de 1964, a região participou com sua quota de sacrifício em nome da resistência ao regime. Além de alguns presos políticos e tantos outros perseguidos, um tímido, porém ousado movimento de resistência, imiscuído nos meios artísticos, sindicais e intelectuais, promoveu ações de

desagravo à democracia suprimida (QUEIROZ, 2010). No que concerne ao movimento artístico-cultural jovem, percebe-o comprometido em ocupar espaços e criar meios de participação e de livre expressão: publicações impressas, como livros e jornais; programas de rádio, espetáculos artísticos, festivais de poesia e música etc. Para tanto, os espaços de atuação da Igreja Católica, como o Movimento de Juventude do Crato, o MOJUCRA – braço ativo da pastoral diocesana da juventude – foram de vital e crucial importância.

Foram os herdeiros dos representantes da tradição local que resolveram, assim, com ou sem aparente causa plausível, romper com os laços da cultura dominante e promover experiências estéticas relacionadas com o movimento da contracultura vigente na época. Paradoxalmente, como alerta Marques (2004), em destaque na contracapa do livro do qual nos valem para discorrer sobre os movimentos culturais ocorridos no Cariri durante a década de 1970, esses artistas

identificavam-se com a idéia de “marginalidade” ao tempo em que valorizavam os movimentos de juventude característicos da época. Por outro lado, informados por uma geração de intelectuais locais que lhes antecedeu, não abandonaram o telurismo e o apego às ideias do passado e tradição.

Marques (2004), com o suporte do conceito de memória, analisa como as ideias de tradição e modernidade, de forma adjetiva, são utilizadas pelos artistas para efetivação de um exercício de autoinvenção da região e busca “perceber como ideias aparentemente tão contraditórias (...) articularam-se em projetos de identificação caracteristicamente modernos”.

Neste sentido, de grande importância é o artigo **Orgulhosa (mente) cratense: o Instituto Cultural do Cariri e o pensamento intelectual sobre a cidade (Crato: 1950-1960)**¹¹³, de autoria de José Italo Bezerra Viana, que, embora em uma análise que se circunscreve ao âmbito cratense, faz uma discussão pertinente sobre “as representações do ICC [...] sob a imbricação das concepções de modernidade e progresso”. Para este autor,

a noção de progresso capitaneada pelo ICC é entendida como imperativo dos tempos hodiernos, sobretudo no surgimento de novos equipamentos urbanos que, por consequência, devia marchar adiante novas sensibilidades, florescendo nos costumes.

¹¹³ Artigo disponível em <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0598.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2013.

A linha teórica central com a qual analisamos essa relação entre tradição e modernidade é a desenvolvida por Adriano Duarte Rodrigues e discutida no artigo **Tradição e modernidade**¹¹⁴, de 1997, para o qual

a oposição entre tradição e modernidade é já uma herança moderna, uma vez que é em relação ao processo de ruptura inaugurado pela modernidade que os ideais em relação aos quais ela se demarca são definidos como tradicionais, tal como é em relação aos ideais da tradição que os projetos de ruptura em relação a esses ideais são definidos como modernos.

O fato de a modernidade se definir a si própria como um ideal de ruptura é sintomático da natureza ambivalente da sua lógica, uma vez que só podemos conceber um ideal de ruptura, na medida em que permanece o modelo em relação ao qual pretendemos romper. Se os ideais tradicionais deixassem de existir, se fossem completamente substituídos pelos da modernidade, deixaria também de ter sentido a afirmação da modernidade, na medida em que esta se define como ruptura para com eles.

Trocando em miúdos, o autor quer dizer que tradição e modernidade, apesar da oposição intrínseca que comportam os conceitos, são duas faces de uma mesma efígie. Mesmo em campos opostos, se alimentam mutuamente em processo sucessivo de idas e vindas. O moderno hoje é o tradicional amanhã. E a tradição, no sentido de valores de raízes, é matéria-prima da qual se alimenta os movimentos de vanguarda para confeccionar a “roupagem” com que veste suas novidades estéticas.

A ideia de modernidade pensada pelos historiadores do ICC está estritamente vinculada aos valores de “civilização” cultivados e elevados como sustentáculos do epíteto de “Capital da Cultura” com os quais o Crato vinha sendo referenciado desde meados do século XIX. Daí modernidade e tradição não serem necessariamente excludentes nesta representação. Neste sentido, a modernidade local já estava delineada e permeava o processo de evolução histórica da região, a despeito de haver uma “tendência ardorosa de *cratizar* o Cariri”, conforme expressão usada por Viana (2011, p. 52), sendo essa *cratização* operada através das publicações editadas pelo ICC, a exemplo da revista **Itaytera**:

Valendo-se de um repertório de histórias vitoriosas, nas páginas da revista *Itaytera*, tratou-se de difundir e consagrar a experiência social de determinados sujeitos. Muito mais que defender o Cariri, como se propôs,

¹¹⁴ Artigo disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-tradicao-modernidade.pdf>. Acesso em: 9 set. 2013.

a revista foi um espaço de legitimação e divulgação dos discursos que colocavam o Crato como terra conquistadora da civilização e do progresso.

Além de *Itaytera* outras publicações vinculadas ao ICC deram conta do “Crato Histórico”, do “Crato Social”, do “Crato Econômico” ou ainda do “Crato Cultural”. Produções que são portadoras de interesses, vinculações políticas, que demonstram uma concepção elitista de História e a partir do qual se desenrola a perspectiva dos seus autores. Autores esses que foram artífices de uma construção cultural cuja força decisiva encontrava legitimação numa posição singular que, supostamente, Crato ocupava na sociedade. (*Idem*, p. 62)

Os ideais de modernidade eram vistos como abrangentes e duradouros e não se vinculavam necessariamente a requisitos logísticos que dessem suporte ao desenvolvimento e ao bem-estar social, intelectual e espiritual da população. Já o progresso, na ótica da primeira geração do ICC, dizia respeito à consecução de uma infraestrutura indispensável à praticidade e ao conforto cotidiano das pessoas, mesmo que associado a valores estéticos. O progresso deveria estar submetido à modernidade, que, por sua vez, tinha na tradição um imprescindível suporte. Portanto, um modelo conservador de modernidade.

Esse modelo conservador de modernidade é o principal alvo de uma contentada que vai se desenrolar por um período mais ou menos longo, a partir da segunda metade dos anos 1960 no Cariri, gerando um embate de caráter ambivalente em torno da relação entre tradição e modernidade e suas inevitáveis intersecções, mas assim resumida Ferreira (2004, p. 13):

Em contraste com a geração de intelectuais dos anos 50, reunida em torno do Instituto Cultural do Cariri, se colocaria a chamada “Geração de 70”, cujas motivações na construção da identidade local se diferenciavam em muitos aspectos.

Para esta autora, a questão das fronteiras, naturais ou culturais, é um dos pontos de discordância entre duas gerações de intelectuais cratenses, uma dos anos 1950 e outra da década de 1970. Para esta última, tal como foram postas, as fronteiras significavam um “estorvo” à entrada das novidades que representam a “nova” modernidade, sendo esta vista como ausência de limites, censuras e preconceitos a um estilo de vida onde a liberdade de experimentar novas possibilidades existenciais era a principal tônica. Os jovens artistas da década de 1970, por exemplo, expressavam esse desacordo em suas obras, a exemplo dos textos poéticos como estes:

Se falta espaço
 Aos passos que dou,
 Me faço pássaro
 E em pleno vôo
 Vôo mais alto
 Que o homem que sou¹¹⁵.

Lugar de fronteira é no infinito¹¹⁶.

Precisava ter nascido em muito outros corpos e muitas cidades (JAMACARU, *apud* Marques, 2004, p.39).

Mas, se as fronteiras eram um ponto de discordância, a geografia era um fator que, sob certos aspectos, promovia a aproximação entre as duas gerações. Os pontos de vista convergiam quando o território era uma referência telúrica. Até mesmo o rótulo de “artistas da terra”, – que caracterizava a parte artística da geração de 70, às vezes, como um pesado fardo, e, noutras, como uma marca identitária que servia de senha para a abertura de espaços alternativos, – sintetiza esse nexos geográfico intergeracional.

Por outro lado, diante dos novos signos existenciais anunciados pela revolução contracultural em curso a partir de meados dos anos 1960, a exemplo da trilogia “sexo, drogas e rock’n’roll”, as tradições precisavam ser reinventadas ou destruídas. O universal deveria se sobrepor ao regional. O provinciano era *démodé* ou, numa terminologia muito comum na época, “careta”. As marcas identitárias relacionadas ao sistema que evocava os valores de família, de religião e de poder oficial, eram refutadas pela nova geração por serem reativas à ideia de modernidade vigente e reacionárias diante de uma nova escala moral. No sentido sexual da palavra, o que era imoral no paradigma anterior passou a ser novas expressões de sentimento. Em uma frase, ser moderno era ser marginal, no sentido de marginalidade enquanto postura de enfrentamento à oficialidade castradora dos novos sentimentos e consciências.

Ferreira (2004, pp. 13-14) afirma que “a região do Cariri (...) teria através do trabalho da chamada ‘geração de 50’, um discurso instaurador de uma nova identidade local, capaz de diferenciar a região do restante do Ceará e do Nordeste”. Numa imagem, apesar de simbólica, mas perfeitamente coerente com essa disposição, o Cariri voltou-se

¹¹⁵ Verso do poema **Limite**, de autoria de Luiz Carlos Barbosa Salatiel. Disponível em <<http://oberronet.blogspot.com.br/2012/04/embalado-para-viagem-54.html>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

¹¹⁶ Verso do poema **A cor do lírio**, de autoria de Geraldo Urano. Disponível em <<http://blogvagalumes.blogspot.com.br/2008/03/cor-do-lirio.html>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

para a Chapada do Araripe, não à toa um dos principais elementos imagético-discursivos do projeto identitário do ICC, dando as costas para todo o seu entorno geográfico, notadamente as regiões litorâneas. Por sua vez, a geração de 70 buscou se voltar para o externo, não propriamente para determinados centros de referência da revolução contracultural, como Londres ou San Francisco, Amsterdam ou Nova Iorque, mas para os canais que ecoavam as “boas novas”, geralmente bens culturais disponíveis, tais como livros, discos e filmes distribuídos, consumidos e redistribuídos por uma rede alternativa e solidária. Neste ponto e contexto, a nova geração percorria uma via contrária da antiga, ou seja, “o de afirmar para a região, através de diferentes manifestações artísticas, o papel do novo, do moderno, ligando a cidade do Crato ao resto do mundo, e não a destacando” (FERREIRA, 2004, p. 14).

No entanto, nem tudo que era relacionado à tradição seria negado ou contestado pela nova geração. E nem precisaria citar, por exemplo, alguns espaços de expressão, como a revista **Itaytera**, que tem algumas de suas páginas periodicamente ocupadas por intelectuais da nova geração, não só pela referência etária, mas principalmente pelas ideias. É o caso de Tiago Araripe, neto de J. de Figueiredo Filho, um dos mais representativos membros da geração anterior, como também de Francisco Assis de Sousa, Manoel Patrício, Emerson Monteiro e Rosemberg Cariry.

O caso deste último é sintomático. Nascido Antonio Rosemberg de Moura, natural de Farias Brito, antiga Quixará, município tradicionalmente caririense, segundo as clássicas delimitações geográficas da região, veio muito cedo residir no Crato, ainda nos anos 1960, quando, segundo o seu próprio depoimento, aproximou-se dos mestres tradicionais da cultura popular, assistindo a suas performances nas ruas e praças, em dias de feira e ocasiões festivas, como na Exposição do Crato¹¹⁷ e nas festas da padroeira. Essa foi, conforme afirmação do próprio, seu “rito de passagem” para tornar-se um artista¹¹⁸. E, de fato, Rosemberg, para assinar suas obras, adotaria o sobrenome Cariry, numa referência à nação indígena, cuja etnia é uma das bases da formação antropológica da homônima região.

¹¹⁷ Ver nota 29.

¹¹⁸ Rosemberg Cariry, além de poeta, tornou-se um premiado roteirista e cineasta, com extensa obra que inclui os filmes: *O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto* (1986), *Corisco e Dadá* (1996), *Juazeiro, a nova Jerusalém* (1999) e *Patativa do Assaré – Ave poesia* (2009). Para mais informações sobre o cineasta ver o link http://www.filmebr.com.br/quemequem/html/QEQ_profissional.php?get_cd_profissional=PE396. Acesso em: 11 dez 2013.

Não resta dúvida de que, assim como ocorreu na década de 1950, com a geração fundadora do ICC, a região do Cariri é reinventada pela nova geração, a partir de meados dos anos 1960 e ponto de melhor concepção na década de 1970. Sobre as causas dessa nova orientação discursiva sobre o Cariri, Marques (2004), aponta três fatores:

- O deslocamento de jovens caririenses para centros mais desenvolvidos, do ponto de vista econômico e educacional, visando justamente à formação escolar, que promoveria acarretando o contato com as novas ideias que impactavam valores, hábitos e comportamentos;
- A penetração dos meios de comunicação de massa, como o rádio e, posteriormente, a televisão, o que veio a aumentar o acesso e a circulação de informações, e;
- As incursões esporádicas de hippies, os chamados “mochileiros”, que seriam bem acolhidos pelos moradores locais e difundiriam, dentre os mais jovens, seu estilo alternativo de vida.

O estudo de Marques (2004) não fala de uma “invasão cultural” ou algo do tipo, mas de uma “acomodação” ou recepção da região aos novos tempos. Novos tempos que, decerto, abalavam as pilastras da tradição sem querer, de fato, derrubá-la. É o que o autor pretende mostrar “que mesmo negando muito dos valores tradicionais, essa nova geração ainda se une à anterior sob diferentes aspectos, sobretudo no que se refere à importância de uma idéia fundadora, de preservação de uma identidade inalienável à região” (FERREIRA, 2004, p. 14).

Não há do que discordar quanto a isso. No entanto, consideramos que a nova geração, contrariamente ao que Ferreira (*Idem*, p. 15) afirma, não tem a preocupação de manter o Crato como produtor “de um discurso hegemônico sobre a região”. Pode-se muito bem encontrar esse esforço em uma e outra voz dessa geração, mas as vozes mais consistentes buscam romper com esse propósito. E essas vozes são referenciadoras a ponto de tornar o coro polifônico em um uníssono. O eixo do pensamento fundante sobre a região do Cariri, por outro lado, sofre um deslocamento, deixando de ser exclusivamente tradicional e assumindo um discurso em que as novidades inerentes à modernidade, longe de serem vistas com precaução, são desejadas.

Marques (2004) tem nas informações coletadas através de depoimentos de um grupo de artistas das gerações de 70 e 80, prestados no final da década de 1990, a matéria-prima na qual modelou sua análise. Portanto, trabalhando com fontes orais, Marques tem no conceito de memória um instrumento pelo qual busca compreender o processo de

modernização de uma região que, no contexto da produção cultural mais recente, é considerada um espaço periférico do território determinado pela indústria de bens culturais. E de qual memória o autor se vale nessa sua busca? Visto que a sua tarefa é analisar a região do Cariri sob a ótica da multiplicidade e do devir, o autor se utiliza das memórias dos seus informantes, interpretadas como “jogos de recordação, reelaboração, esquecimentos e, não menos importante, projeções” (*Idem*, p. 21), para compreender os significados de experiências coletivas que geram identificações e sentimento de pertencimento a essas experiências e as identidades e representações delas derivadas. Interessa-lhe, pois, “a relação entre memória e identificação, ou seja, como um determinado grupo se inventa a partir de jogos de força entre os discursos vinculados à tradição e as novas imposições dos tempos atuais”.

O momento escolhido para análise proposta pelo autor é o de renovação dos discursos sobre a região como uma entidade dotada de certa unidade ou o que ele define como um “núcleo usual balizado pelas temáticas do coronelismo, religiosidade, cultura popular e uma paisagem de relevo e clima exuberantes” (*Ibidem*, p. 23). Este momento, como é sabido, são as décadas de 1970 e 1980, quando o projeto identitário caririense, proposto pela geração fundadora do ICC, é recepcionado e ressignificado pela nova geração com símbolos apropriados das vanguardas artísticas em vigência na época. Essa reformulação, como vimos insistindo, não contempla uma ruptura radical com o projeto anterior, mas a incorporação de novos significados, conforme a modernidade se instaura com sua força renovadora. A partir dos contatos com outros centros e espaços de referência da revolução em curso, da presença exótica dos andarilhos que encarnam novos estilos de vida e das “boas novas” trazidas pelas ondas do rádio, televisão, cinema e outros meios de comunicação.

As rupturas que se anunciam nos novos discursos colocam-se em oposição ao academicismo das produções culturais, à oficialidade do poder, à religião dominante e dominadora e às etiquetas sociais que remetem ao conservadorismo e ao estilo de vida burguês. As permanências podem ser percebidas no apego ao território natural, mesmo com o questionamento das “fronteiras” que limitam o espírito universalista reinante na época e no apreço à postura de resistência cultural e política, com tintas nacionalistas¹¹⁹,

¹¹⁹ O poeta cratense Wellington Alves de Sousa (Tonton), em entrevista concedida a Temóteo (2013, p. 181), sobre a repercussão do golpe militar no Cariri, na segunda metade da década de 1960, revelou: “desde o curso ginásial, no Colégio Diocesano do Crato, já nos manifestávamos, do ponto de vista político, muito eivados pela sabedoria do padre Antonio Gomes de Araújo. Com ele aprendi as primeiras noções de

frente à tendência liberal e “entreguista” defendida por setores da burguesia nacional. Neste ponto, as representações do “guerreiro cariri” e da cultura popular são apropriadas e redimensionadas para o sentimento de pertença a uma nova nação, a “Nação Cariri”, e de uma “cultura insubmissa e revolucionária”, elaborada pelo povo mesmo de forma aparentemente inconsciente, que carregam a esperança de redenção popular em sua práxis libertadora. E esse sentimento de pertencimento como de crença em uma utopia que se procurava realizar, vai ter na nos anos 1970 seu período de maior intensidade.

4.1 DÉCADA DE 1970: TROPICÁLIA, PEQUIS AO VENTO

Em termos de participação da juventude e de sua interferência no cotidiano regional, a década de 1970 foi o que os anos 1960 representaram para os jovens dos grandes centros, ou seja, a possibilidade de operar mudanças qualitativas nas suas vidas. Apesar da ditadura ainda em vigor, com seus tentáculos esticando-se até os mais distantes rincões, a juventude caririense buscava compatibilizar o prazer de viver com a necessidade de resistir ao ainda enrijecido *establishment* nacional, com outras armas e estratégias que não fossem pinçadas de um manual de guerrilha. A arte foi uma das alternativas encontradas por um grupo de jovens, pessoas egressas, na sua maioria, do Movimento de Juventude do Crato (MOJUCRA), braço da Pastoral de Juventude da Diocese do Crato, e que fundaram, no início da década, o Grupo de Artes Por Exemplo.

O Por Exemplo era formado por “jovens da pequena classe urbana local” (CARIRY, 2010, p. 107). que desenvolviam atividades artísticas e culturais. Publicava uma revista mimeografada com textos literários e desenhos. Na época, iniciou um ciclo de produção cinematográfica, através de documentários e filmes de ficção rodados em bitola Super-8. Realizava eventos diversos, como performances artísticas, espetáculos musicais e peças teatrais. Mantinha contato com artistas e movimentos culturais de capitais nordestinas, com destaque para as cidades de Recife e Fortaleza. Segundo Cariry (*Idem*) “A principal marca do Grupo (...) era a diversidade das tendências, que se identificavam no objetivo de projetar a cultura do Cariri cearense para o País”.

nacionalismo e de política [...]. Podendo até dizer que eu já me assumi [...] de esquerdista ou nacionalista, em função dos conhecimentos, do carinho do padre Gomes”. Por sua vez, Emerson Monteiro, que integraria, nos anos 1970, o grupo de Artes Por Exemplo e seria um dos fundadores do jornal **Nação Cariri**, assim depôs sobre o posicionamento do Padre Gomes no contexto da ditadura militar: “Padre Antonio Gomes, na época da revolução, ele se manifestou claramente socialista [...] [enquanto] a igreja no Crato [...] aderiu a revolução (*Idem*, p. 212).

Dentre os eventos promovidos pelo Por Exemplo, foi, decerto, o Salão de Outubro o que mais repercutiu, não só pela sua periodicidade – acontecia anualmente –, mas pela significativa representatividade de artistas participantes e diversidade de manifestações artísticas, como também pelo seu propósito de reunir as vanguardas artísticas e as manifestações ditas populares e o intercâmbio com outros centros artísticos da cena nordestina.

Resistência, vanguarda, cultura popular, regionalismo e intercâmbio eram, pois, as palavras-chave daquele movimento de jovens artistas, que poderiam ser sintetizadas em dois lemas: o universal pelo regional e tradição e modernidade.

Marques (2004, p. 126), ao analisar a produção dos jovens artistas da década de 1970 e sua aproximação ao passado indígena e à cultura popular, sem abrir mão de novos experimentos e do engajamento político, afirma:

Ao tempo em que buscavam se legitimar como depositários da história da região, identificando-se como herdeiros dos índios cariris por sua revolta e marginalidade, a geração de 70 reconstruía o discurso regionalista, repensando a tensão das fronteiras em tempos de modernidade.

Outro evento de larga repercussão e que movimentou toda a geração de artistas caririenses da época, além da opinião pública regional, foi o Festival da Canção do Cariri, que aconteceu, anualmente, de 1971 a 1978, em Crato.

Nesses festivais, despontou toda uma geração de músicos e compositores que ainda hoje são referências da arte e música na região, como os irmãos Abidoral e Pachelly Jamacaru, Cleivan Paiva, Luiz Carlos Salatiel, José Flávio Vieira, Luís Fidélis, Stênio Diniz, Rosemberg Cariry, Jefferson Júnior, José Nilton de Figueiredo e Geraldo Urano.

Dessa época, guardo poucas, mas marcantes lembranças.

Por ser criança, durante as primeiras edições do Festival, minha visão de mundo era incrivelmente superdimensionada. Considerava o Crato uma cidade cosmopolita, o centro do mundo, por possuir emissoras de rádio, um arranha-céu, que era (e ainda é) a agência do Banco do Brasil, praças, sorveterias, clubes com piscina e um evento de música que atraía centenas de pessoas e *hippies* andrajosos que aqui chegavam também em busca da natureza privilegiada proporcionada pela Chapada do Araripe.

Acompanhei as primeiras edições do Festival através das transmissões feitas pela Rádio Educadora do Cariri, direto da Quadra Bicentenário, onde se realizava o evento. Na verdade, eu acompanhava somente o início. Por ser tarde da noite eu geralmente era

vencido pelo sono. Interessava-me, principalmente, a participação de Tobinha, um dos meus irmãos mais velhos, no Festival, como membro do grupo “Cia. Ilimitada”, que sempre se classificava para a noite final.

Foi nessa época que ouvi pela primeira vez falar dos nomes de Abidoral Jamaru e Luiz Carlos Salatiel, como também ouvi algumas músicas que foram de pronto incorporadas à minha memória, como **Grito de uma Geração**, do grupo Cactus, liderado por Salatiel e que venceu a primeira edição do Festival, em 1971; **Margem virgem** e **Lá de dentro**, ambas de Abidoral Jamaru, **Gitirana** e **Arapuá do mato**, do Cia. Ilimitada; **Praça da Sé**, de Derval de Carvalho e **Bandeira Branca**, de José Nilton de Figueiredo.

Na primeira vez que fui ver o Festival *in loco*, acho que em 1975, quando tinha nove anos, assisti à apresentação de uma canção de Geraldo Urano, defendida por Cleivan Paiva. Geraldo passou todo o tempo da apresentação sentado à beira do palco, lendo um gibi e bebendo uma Coca-Cola. No final, saiu dançando por toda a extensão da quadra, sob o frenético frevo tocado pela banda. Aquilo mexeu comigo.

O Festival da Canção do Cariri, segundo Temóteo (2013, p. 115), surgiu de uma ideia de dois jovens compositores, participantes do MOJUCRA, Luiz Carlos Salatiel e Geraldo Lima Batista¹²⁰, inspirados pela onda de festivais de música que proliferava nos principais centros do país e motivada pelos históricos festivais de música acontecidos no Rio de Janeiro e São Paulo, que lançaram vários dos principais nomes da Música Popular Brasileira (MPB) na segunda metade dos anos 1960, como Chico Buarque de Hollanda, Gilberto Gil, Caetano Veloso e Edu Lobo.

O MOJUCRA encampou a ideia e passou a promover o evento, que contou com apoio da Prefeitura do Crato e, claro, do clero local. Importante não esquecer do clima de repressão e de censura que pairava na época, notadamente nos meios políticos e artísticos. No entanto, a despeito deste fato, ou por conta dele, os jovens compositores, músicos e intérpretes tinham no evento uma rara oportunidade de expressar seus pontos de vista e exercer os experimentos de liberdade de criação tão em voga naquele contexto histórico de rebeldia e contestação.

Para se ter uma ideia de como o Festival da Canção do Cariri marcou a memória da região e é tido como uma referência do que aconteceu de mais inovador na época, basta citar um colóquio acontecido, após quase trinta anos do seu término, ocorrido no Centro

¹²⁰ Geraldo Lima Batista posteriormente adotou o nome de Geraldo Urano. É poeta, com vários livros lançados e autor de várias letras de canções, registradas em discos.

Cultural BNB Cariri, em Juazeiro, com o objetivo de instigar o debate sobre os ecos do Tropicalismo no Cariri. Eis como o evento foi noticiado:

O colóquio Tropicalismo no Cariri?, acontecido na noite de ontem, 29, no Centro Cultural Banco do Nordeste, em Juazeiro do Norte, respondeu afirmativamente a resposta proposta.

Sim!, repercutiu intensamente no Cariri, na década de 1970, os ecos do polêmico e genial manifesto estético-musical lançado pelo mais criativo núcleo baiano da incendiária conjuntura cultural do Brasil sessenta (Caetano, Gil, Capinan, Tom Zé, Gal, Rogério Duarte; mas, com uma grande ajuda dos amigos Hélio Oiticica, Rogério Duprat, Torquato Neto, Nara Leão e Os Mutantes).

O colóquio teve como debatedores Luiz Carlos Salatiel, Abidoral Jamaru e José Flávio Vieira – hoje, todos conhecidos pelo trabalho consistente que vêm realizando ao longo das últimas quatro décadas, mas que foram projetados como compositores e-ou intérpretes nos famigerados festivais da canção do Cariri. O professor Roberto Marques, da URCA, autor de um livro sobre o tema, fez a abertura do debate.

[...]

Para Luiz Carlos Salatiel, os festivais, a partir da qualidade das produções elaboradas na região e pela liberdade com a qual se manifestaram os artistas locais, é um exemplo da sincronicidade do Cariri com o mundo.

De maneira, muito mais inconsciente do que previamente formulada, os artistas caririenses estavam antenados com o que acontecia na aldeia global, fazendo repercutir aqui todo o caldeirão efervescente que explodia em vários lugares do planeta.¹²¹

Mas o que teria de tão tropicalista assim nas performances e nas composições dos artistas participantes do Festival que valesse tamanho panegírico? Além do que narrei acima, a inusitada participação de Geraldo Urano, com sua apresentação, por assim dizer, minimalista, vale a pena citar o que escreveu Marques (2004, pp. 88-89) sobre as experimentações que se deram ao longo do evento:

Nos festivais regionais da canção, suas músicas [dos membros do Por Exemplo] estarão marcadas pela vontade de experimentação.

(...)

A vontade de experimentar, explicitando a idéia de rompimento com a tradição artística local, não se restringia às letras das canções.

Sob a influência do tropicalismo, (...) as apresentações eram verdadeiros *happenings* culturais. Cabelos altos em planejado desalinho, medalhões sobre o peito à mostra, pés descalço no palco, óculos escuros. Como descreve Carlos Rafael, na *Folha Liberal* do Crato, em 1989: “Suas apresentações eram antológicas – vestimentas esquisitas, maquiagem glitter (muito antes de por aqui se falar em David Bowie, New York

¹²¹ Nota capturada do Blog do Crato (<http://cariricult.blogspot.com.br/2007/11/memria-dos-festivais-da-cano-do-cariri.html>), postada em 30 de novembro de 2007. Acesso em 26 jan. 2014.

Dolls ou Secos & Molhados), performances desvairadas amparadas por letras e músicas instigantes”.

Mas, se os festivais são referências de experimentações vanguardistas, contestações ao *status quo* local e influência da cultura *pop* internacional, é necessário alertar que os artistas da década de 1970 não restringiam suas intenções artísticas àquele acontecimento festivo.

O Festival, na memória de um dos seus participantes, era, a despeito de sua importância cultural e histórica, um evento de alguns dias no qual se canalizava toda uma produção que se realizava ao longo do ano. O Grupo de Artes Por Exemplo, por sua vez, “parecia ter expectativas além do festival”, visto que se reunia sistematicamente para planejar novos projetos, sempre com o fito de projetar a cultura do Cariri para além das tensas e fixas fronteiras que haviam sido delimitadas pelas gerações anteriores. (*Idem*, p. 90). Além do mais, nem só de experimentações e influências externas viviam o pessoal do Por Exemplo. Sua proposta estética também era influenciada, segundo Cariry (2010, p. 107), “por materiais e por elementos da cultura local, buscando, ao mesmo tempo, o cruzamento da tradição com as vanguardas artísticas”. É neste contexto que surge, no finalzinho da década, uma nova versão para o já antigo projeto identitário caririense.

4.2 “A SÉTIMA GERAÇÃO TAPUIA”: EM BUSCA DE UMA NOVA UTOPIA

Desde que João Brígido designou o seu jornal de **O Araripe**, em 1855, existe, implícita ou explicitamente, a utilização de representações indígenas da parte dos intelectuais caririenses para designar seus projetos ou para significar seus discursos. A geração fundadora do ICC as usou profusamente, a partir da própria designação da revista da entidade, **Itaytera**, mas, principalmente, quando entronizou o indígena cariri no panteão dos heróis da história regional. Outro bom exemplo dessa apropriação é o resgate das lendas e dos mitos que envolvem a figura indígena e a importância dada ao seu legado cultural, fartamente descrito na historiografia local.

No final da década de 1970, o projeto identitário caririense, que poderia ser definido com sendo aquele dos anos 1950 com uma nova camada de tinta, ganhava um novo impulso: o movimento Nação Cariri, de onde saiu o jornal com o mesmo nome. Assim, Cariry (*Idem*, pp. 112-113) narra o seu surgimento:

No início de 1970, em período de férias, reuniram-se, no Crato, vários artistas aí radicados com artistas e produtores culturais que moravam em outras regiões do País. O motivo da reunião era criar um movimento mais amplo de arte e cultura e um jornal que tivesse uma ampla circulação e fosse um elo entre a cultura popular tradicional e jovens artistas contemporâneos antenados com outras influências.

Procurou-se um nome para ele e surgiu *Nação Cariri*, em homenagem aos índios cariris e à luta que travaram contra os colonizadores, na chamada *Confederação dos Cariris*. O grupo inicial foi praticamente o mesmo que fazia o movimento *Por Exemplo* [...].

O jornal **Nação Cariri**, que atuava como um movimento artístico cultural¹²², duraria por quase toda a década de 1980, sendo o porta-voz da geração de 1970 e elo com uma nova geração que estava surgindo. Os colaboradores do jornal clamavam por uma resistência cultural frente ao *establishment* cada vez mais devorador de utopias. Afinal, a década de 1980, em nível global, foi caracterizada por um fenômeno que a esquerda tachou de retrocesso político e econômico, a chamada onda neoliberal. Marques (2004, p. 125) captou esta disposição de luta dos “novos guerreiros”:

Na produção dos jovens da década de 70, o passado indígena da região é pintado em novas cores. Se por um lado há a permanência da idéia de natividade dos antepassados a fortalecer o discurso regionalista, o sentimento de resistência se faz mais presente, retomando o sentido de ruptura, tão em voga na época [...].

Por sua vez, Oswald Barroso, um assíduo colaborador deste projeto editorial, confirma o caráter de engajamento social e político do movimento, sem descartar as preocupações de ordem artística e cultural, a aproximação com a cultura popular regional e a busca do universal:

Para além de suas buscas estéticas e suas preocupações políticas de esquerda, *Nação Cariri* caracterizou-se pelo relevo dado às artes e aos artistas populares, trazendo-os para o primeiro plano. Entre estes artistas, teve participação destacada nas páginas de suas publicações, o poeta Patativa do Assaré. Muitos outros, ainda, foram revelados para o Brasil, tanto artistas do Cariri, [...] como de outras regiões do Ceará e do Nordeste. Cultivava-se uma arte, que se queria de vanguarda, mas referenciada nas tradições do povo. O encontro com os artistas populares influenciou profundamente setores intelectuais da classe média, ligada à *Nação Cariri*. O *Nação Cariri* buscava a ligação com uma literatura de

¹²² Além da *Nação Cariri* Editorial Ltda., que editava o jornal, livros, álbuns, discos e filmes, havia a promoção de espetáculos de teatro, shows artísticos, mostras de artes plásticas e artesanato, conferências e debates.

combate terceiro-mundista. Nesta direção, publicou uma série de autores estrangeiros, latino-americanos, africanos e asiáticos, de preferência, identificados com suas propostas (*apud* Cariry, 2010, p. 114).

No tocante à apropriação do imaginário do indígena cariri, esses “novos guerreiros” deixam claro, logo no editorial da edição de lançamento do periódico, que pretendiam dar um novo e legítimo sentido à região, refundando-a como um espaço imaginário em tempo imemorial, ou mesmo resgatá-la em seu estado mais puro, o éden perdido:

A sétima geração tapuia somos, habitamos as terras violadas dos Tapuias/Incas Cariris e sabemos que este verde vale que cresce em nós, antes foi a “terra sem mal”, vasculhada rústica e tragicamente pela mitologia Tupinambá-Guarany. Aqui viveram livres os Cariris, ensolarados filhos do lago encantado na altura da grande montanha, de onde emigraram, num tempo que se perdeu nas noites, mas que ardia sua fogueira no gume das lendas contadas pelos pajés, E aqui um povo bonito cresceu, guerreiro do canto, das iniciações sagradas, dos ventos irmãos povoadores de mito, das danças mágicas pra espantar os maus fluidos e o olhar ruim dos estranhos. Ai! Terríveis e cruéis foram os colonizadores brancos. Sob o fio das espadas e a pólvora da culubrinha apagaram o fogo Cariri. Povoaram o vale como serpentes e edificaram casas grandes y igrejas y engenhos y cadeias, com o sangue e os ossos da grande Nação.

[...]

A sétima geração somos, e já profetiza o poeta que nascemos armados de canto. Maduros e cheirosos os nossos corações estão [...] A Era de Aquarius em nós. (...) Rolará a pedra da presunção-intelecto, a pedra fossilizada nos corações velhos, dando passagem às águas do espírito intuitivo, do coração fresco do homem liberto. [...] É chegado o tempo do advento das águas de gêneses do amor, da criação. Novos guerreiros vestidos de canto (*Apud* MARQUES: 2004, pp. 125-126)

Entretanto, enquanto se apresentam como milenaristas, identificando-se como legatários dos índios cariris, “os novos guerreiros” refaziam o discurso regionalista e, no dizer de Marques (*Idem*, 126), “repensando a tensão das fronteiras em tempos de modernidade”.

Acerca da concepção de região imaginária, conforme propõe Barros (2006, p. 475), são as ideias que dominam tais espaços, exercendo sobre eles diversificadas formas de poder. Nos discursos produzidos pela geração de 1970, principalmente, percebe-se que sua fala é, de certo modo, territorializada. Assim também os corpos expressam uma linguagem que transita pelo espaço, propondo uma nova cartografia para a região, conforme se verá adiante.

Esses discursos são marcados por uma postura ambivalente, que ora aponta para rupturas ora para permanências. Alguns elementos imagéticos presentes nestes discursos, como o território natural, o legado indígena e as manifestações da cultura popular, apontam para uma continuidade dos discursos clássicos proferidos pelos fundadores do ICC. No entanto, emergem sérios questionamentos acerca das fronteiras naturais que restringem o espírito universalista próprio da época.

A noção de nação expressa através do movimento surgido no Crato, mas que extrapolou seus limites territoriais de origem ao incorporar colaboradores e correspondentes de várias partes do Brasil e até do mundo, não se limita ao seu caráter físico, territorial. A ideia do universal pelo do regional passa a ser uma senha cultivada e alimentada nos atos, gestos, sentimentos, saberes e desejos daqueles artistas. Sobre isso, Marques (2004, p. 24), com base em Rolnik (1985; 1989), afirma que

a partir do momento em que seduzidos por novos fluxos de desejo característicos da década de 70, esses novos artistas irão desenhar espaços e formas de sociabilidade, irão projetar novos ideais e possibilidades de conduta. Marcarão em seus corpos esses novos fluxos, estabelecendo uma nova cartografia para a região.

Quando assim o fazem, esses “novos atores sociais” (*Idem*) redimensionam a geografia que a geração anterior representou em seu projeto identitário regional, pois descobrem e estabelecem um novo roteiro de “peregrinação” tanto histórica como existencial, onde as paragens e paisagens que foram tradicionalmente representadas, como a Chapada do Araripe e o Vale do Cariri, adquirem novos significados, motivados por novos ritos de celebração exigidos pelas práticas e representações contraculturais: liberdade de “curtição” onde o corpo e o espírito experimentam novas sensibilidades e sensações.

Se a contestação à tradição tida como suporte das identidades locais acontece de maneira gradativa e parcial, isso significa que aspectos dessa base tradicional é preservada, sendo que alguns dos seus elementos se fortalecem, a despeito de passarem por uma substancial ressignificação.

Um desses elementos é a historiografia que trata da “evolução” histórica da região e contempla duas abordagens: a primeira enaltece a figura do indígena como agente de negociação e resistência frente à colonização branca e a segunda é a participação do Cariri nos movimentos políticos das primeiras décadas do século XIX, que tiveram repercussão

na historiografia nacional e fundaram a crença, cultivada desde então, de que o caririense é, na essência, um libertário.

4.3 CARIRI, TERRITÓRIO LIVRE

No passado mais remoto, alguns eventos de amplitude nacional repercutiram na região: a Revolução Pernambucana (1817), as lutas de consolidação da independência (1823), a Confederação do Equador (1824) e a abdicação do imperador Pedro I (1831). Estes eventos foram representados na historiografia regional como marcos que sedimentaram a “vocação” da região para a liberdade e a rebeldia. Para tanto, a geração fundadora do ICC lapidou a versão historiográfica que começou a ser esboçada na obra **Apontamentos para a história do Cariri**, do jornalista João Brígido dos Santos, que, como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, fundou e dirigiu o primeiro jornal da região, **O Araripe**, que circulou entre os anos de 1855 e 1864. Este autor descreve a participação caririense nos movimentos revolucionários que se propagaram por várias províncias nordestinas, a partir de Recife e Olinda, Pernambuco, como um evento  pico. Rios (2013, p. 73) assim analisa a narrativa de Brígido acerca desse fato:

[...] a participação destes cearenses (principalmente nas figuras dos irmãos Tristão de Alencar e José Martiniano de Alencar) na formação de uma “República do Crato” era para João Brígido não são um elemento passível de exaltação pela participação em si, mas também pela participação posterior em um outro momento revoltoso: a Confederação do Equador, que mais uma vez se iniciou em Pernambuco, mas que teve reflexos profundos, além de uma série de combates no Ceará.

Os mais destacados historiadores da geração fundadora do ICC, Irineu Pinheiro, Padre Gomes e Figueiredo Filho, dedicaram muitas páginas, e até capítulos inteiros, a esse tema.

Em **Efemérides do Cariri**, por exemplo, considerado pelos seus pares do ICC como o mais completo compêndio sobre a história do Cariri (“dos maiores já forjados até hoje pelo cérebro de um caririense”, escreveu Figueiredo Filho no prefácio da sua primeira edição), Irineu Pinheiro descreveu de maneira sóbria, sem arroubos de ufanismo nem loas de exaltação, aqueles acontecimentos. Mas percebe-se que, na sua narrativa, farta em detalhes, deixa-se entreler a importância dos fatos, como sendo marcos que deveriam ser cultuados como verdadeiras datas cívicas da história do Cariri. Tal análise pode ser fundamentada quando se conhece o quanto Irineu Pinheiro dedicou suas pesquisas e

escreveu sobre os membros da família Alencar – Barbara, José Martiniano e Tristão Gonçalves – que lideraram os movimentos em terras caririenses. Assim também o fizeram Gomes de Araujo e Figueiredo Filho.

Em 1967, a Revolução de 1817 completou 150 anos. Na cidade do Crato, a data foi comemorada, conforme nota da **Itaytera**, com “suntuosidade”, quando foi executado “programa de comemorações que bem demonstraram [...] acentuado grau de civismo no cultuamento dos heróis e de suas datas históricas” (COMEMORAÇÕES, 1967, p. 50). A data em questão é o 3 de maio, quando o então subdiácono José Martiniano, oriundo do Seminário de Olinda e emissário do governo revolucionário sediado em Pernambuco, proclamou a independência brasileira e instaurou a República em terras caririenses. No entanto, devido em parte à pouca adesão popular, A “República do Crato” durou apenas oito dias, sendo debelada por forças legalistas.

Outros estudiosos cearenses também se interessaram pelo “Cariri revolucionário” no contexto da elaboração de um conceito de identidade cearense, em que a região caririense assume um papel importante enquanto detentora de um processo histórico visto como arrojado. Foi o caso dos intelectuais do Instituto do Ceará, a exemplo do historiador Raimundo Girão, esse velho conhecido e amigo do ICC. A construção da identidade cearense, ressaltando-se de passagem, é realizada no âmbito da busca da identidade nacional que a nascente República brasileira estimula junto aos pensadores do final do século XIX. No estado cearense, essa tarefa fica a cargo do Instituto do Ceará. Conforme Oliveira (2001, p. 12),

para a história do Ceará a criação do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará marcou a definição de um *métier* (campo profissional e intelectual) que regulamentaria os caminhos de singularização da trajetória cearense. Essas regulamentações se efetivariam em uma tematização da história local, na definição e datação de origens, no estabelecimento de suas fronteiras geográficas e culturais, de seus tipos, cronologias, cartografias, enfim, do lugar e da imagem do Ceará para a nacionalidade.

A tarefa de conferir um espaço social privilegiado da imagem cearense que ora se instaurava perante o restante da nação, ainda conforme Oliveira (*idem*), representou, na ótica dos historiadores do Instituto do Ceará, a busca da verdade histórica acerca dos primórdios cearenses, não se limitando somente ao estímulo “intelectual cientificista/positivista”. Desta forma, estes historiadores instituíram um código de

verdades históricas que definiu os aspectos diferenciadores da identidade cearense perante a identidade nacional.

Os intelectuais do ICC seguiram firmes e determinados por essa seara aberta pelos seus confrades do Instituto do Ceará, apenas aplicando tal código nas suas pesquisas sobre as “origens” do Cariri e igualmente nomeando e classificando a região como um espaço destacado do restante do território cearense e, por extensão, brasileiro.

Da sua parte, a nova geração de intelectuais caririenses, notadamente na década de 1970, vai retomar esses estudos, alguns com o aval do próprio ICC, que os publica na revista **Itaytera** e empossa alguns dos seus autores como novos acadêmicos da entidade,

Marques (2004, p. 25) analisa a estratégia da nova geração, a de se utilizar de signos tradicionais para promover “um reinvestimento na busca do ‘genuinamente caririense’”, alertando para o fato de que, no momento de sua pesquisa, “os esquemas assumidos nas ciências sociais de definir modernidade como uma superação ou corte em relação à ideia de tradição” tornaram-se bastante ineficazes. Portanto, nossa opção pela relação de necessária interação entre os conceitos de tradição e modernidade desenvolvida por Rodrigues (1997, p. 1) traduz no pensamento a seguir:

O fato de a modernidade se definir a si própria como um ideal de ruptura é sinônimo da natureza ambivalente da sua lógica, uma vez em que permanece o modelo em relação ao qual pretendemos romper. Se os ideais tradicionais deixassem de existir, se fossem completamente substituídos pelos da modernidade, deixaria também de ter sentido a afirmação de modernidade, na medida em que esta se define como ruptura para com eles.

Desta forma, a geração de artistas e intelectuais influenciada pelo movimento de contracultura das décadas de 1960 e 1970 vai proferir discursos cujas ideias transitam por uma intersecção possível, e ao mesmo tempo necessária, formada por elementos de natureza tanto tradicional como modernos, a exemplo de vanguardas que constroem novas propostas estéticas a partir de antigos pressupostos.

Na formulação de uma nova cartografia regional reside um exemplo dessa transição, visto que a reivindicação da nova geração não é de ruptura com a ideia de território em si, mas de fronteiras que limitem o contato com ideias que devem circular livremente e possam ser captadas pelas percepções atentas. As identidades essencialistas podem e devem, segundo essas mais recentes reivindicações, conviver com as novas identidades que estavam sendo construídas a partir de necessidades que surgem com o

debate sobre as questões de gênero, os direitos humanos, a liberdade de expressão e sexual, dentre outras questões. No tocante à família, por exemplo, a percepção é de que os questionamentos vão atuar no sentido de uma profunda transformação na sua estrutura, sem chegar ao rompimento com seus alicerces básicos. Ou seja, a família não perderia seu *status* de célula *mater* da sociedade. No entanto, o patriarcalismo e a noção de casamento indissolúvel sustentado pela Igreja Católica vão ser questionados. O mesmo vai ocorrer com o *status quo* que promovia a hegemonia de famílias tradicionais sobre os canais de participação e decisão acerca dos destinos da comunidade regional, bem como de prestígio social e poder cultural e político. Não que tenha ocorrido uma “virada de mesa”, com o assalto aos poderes constituídos ou institucionais. O que ocorreu de sintomático foi a criação de espaços e canais alternativos, bem como a ocupação ou disputa de espaços tradicionais com o devido redimensionamento de suas ações e funcionamento, a exemplo da União dos Estudantes do Crato (UEC)¹²³, do MOJUCRA, grupos de arte e promoção de eventos, como o Festival Regional da Canção.

Outra constatação que pode ser feita é a de que, de forma geral, o enfrentamento da geração 60/70 é mais diretamente ao *establishment* capitalista ou mesmo ao conservadorismo baseado nos valores tradicionais representados pelo tripé família, religião e trabalho. Quando se fala em *establishment* refere-se normalmente ao alerta de Oliveira (2010, pp. 3-4) para o fato de que

o processo de dominação capitalista não é apenas econômico ou político, mas envolve o todo da vida. (...) A luta contra o capitalismo torna-se uma necessidade biológica em virtude do encurtamento da própria existência dos indivíduos, seja por meio de guerras, de consumo de pesticidas, de drogas químicas, de trabalho penoso, de asfixia psíquica.

O embate principal seria contra um inimigo que, apesar de real, não tem uma única face e uma forma palpável: o velho e combatido *establishment*. Por isso, a luta a favor da vida e da felicidade vai dar-se em várias frentes, seja contra as ditaduras políticas que se instauram quase como uma regra no *Terceiro Mundo*, ameaçado que estava por uma onda revolucionária quase que totalmente jovem (tida pelo *establishment* como subversiva), seja

¹²³ A UEC foi fundada em 21 de abril de 1946, com o objetivo de representar os estudantes do ensino básico da cidade do Crato. Em 1968, a UEC participou da organização de um encontro de estudantes que aconteceu no Seminário Sagrada Família, fundado e mantido por padres alemães, que chegaram ao Brasil fugindo do nazismo. O encontro culminou com uma passeata de protesto pela morte do estudante Edson Luís, ocorrida no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro (TEMÓTEO, 2013, pp. 230-231).

contra aquilo que de mais conservador, no sentido reacionário e reativo às novas utopias, a geração anterior encarnava. Neste conflito de gerações, as “móveis” que dão sentido ao ambiente cultural representativo de identidades já consagradas são desarrumadas, rearrumadas ou mesmo substituídas. Novas “móveis”, com novos desenhos, novas disposições espaciais, mas de funções semelhantes. Os novos elementos com novas funções são acomodados no meio da tralha existente, assumindo posições de destaque e atraindo olhares e usos com redobrados interesses até estarem fadados a se tornarem comuns e serem ou novamente reacomodados ou permutados. Essa relação entre o velho e o novo, o tradicional e o moderno, campo do embate entre gerações, é assim explicado por Rodrigues (1997, p. 1):

[...] falar de herança moderna equivale, ao mesmo tempo, a reconhecer o destino tradicional da modernidade, a reconhecer, por conseguinte, a impossibilidade da sua consumação. É por isso que a modernidade tem como destino a sua própria neutralização, ao cabo de um processo em que os modelos modernos da experiência não podem deixar de se tornar, por sua vez, também tradicionais.

Isto explica, em parte, a ambivalência que permeia os discursos e a postura comportamental da nova geração de artistas e intelectuais caririenses. É tanto um exercício de autoafirmação existencial como de superação da herança imposta pela geração antecedente, que, no contexto dinâmico de transformação e crise, assume uma função de ancoragem em favor do que é tido tradicionalmente como legítimo, genuíno e seguro.

É importante reiterar a opinião já anunciada de que o embate entre as gerações do ICC e dos jovens artistas e intelectuais das décadas de 1960 e 1970 não descamba para um conflito total. Isto por conta da própria natureza ambivalente do projeto da modernidade e de suas modalidades de legitimação, conforme explica Rodrigues (*idem*):

A ruptura a que a modernidade pretende proceder tanto pode ser feita em nome de uma plenitude ancestral perdida que se pretende restaurar, a cuja pureza originária se pretende voltar, como pode ser feita em nome de uma plenitude por vir.

Na metáfora utilizada anteriormente, de um cômodo com suas móveis, o retorno do arcaico, enquanto uma manifestação de modernidade, é como uma relíquia que, julgada perdida, é reencontrada abandonada em um depósito, desprovida de seu valor afetivo. Após ser restaurada, é posta em destaque naquele espaço, assumindo uma posição totêmica

e dando novos significados aos demais objetos e ao próprio lugar. É um tipo de modernismo messiânico, em que os destinos de uma comunidade já haviam sido anunciados, porém sendo, de alguma forma, desvirtuados por valores ou forças exógenas.

No Cariri, ambas as gerações abordadas neste trabalho vão apelar, em seus projetos identitários, para a ancestralidade perdida ou silenciada, seja na representação do guerreiro cariri, seja na apropriação das manifestações da cultura popular ou ainda na edenização da natureza. O diferencial consiste em como esses elementos imagéticos e discursivos vão ser elaborados ou reelaborados conforme as demandas do presente.

Vimos, no capítulo anterior, a quais demandas se buscaram atender quando os intelectuais do ICC se propuseram a reinventar a região, elegendo o território natural, o legado indígena e a cultura popular, mesmo folclorizada, além da consagração de um passado heroico e pioneiro, como principais elementos dos seus discursos formuladores de um projeto identitário. Dentre essas demandas, podem-se citar as reivindicações desses intelectuais de, através do ideário do ICC, conduzir o processo de conceituação e identificação do Cariri como espaço destacado do cenário nacional pelas suas raízes históricas e culturais peculiares em uma conjuntura onde a oposição litoral-sertão encontrava-se em bastante evidência. Por sua vez, esse processo teria sido instaurado pelos “pais pioneiros” do Crato, quando se instituiu, pelas ações “desbravadoras” e fundantes nas áreas da religião, da educação, da política e das empresas econômicas, as bases de uma “civilização” que se irradiou pela região. Os fundadores do ICC se apresentam como herdeiros e continuadores desta missão em um momento de transformações estruturais que poderia ameaçar e pôr risco àquele ideal, tanto do ponto de vista interno como externo. A geopolítica regional sofrera mudanças substanciais, com destaque para a autonomia administrativa e célere ascensão econômica e política de Juazeiro, superando o Crato e ameaçando o posto ocupado por esta cidade de “central distribuidora de significados para a região (FERREIRA, 2004, p. 13). Por outro lado, o progresso que vem de fora põe em risco os valores nativos tão ardorosa e arduamente cultivados, visto que, pela concepção de modernidade em voga na década de 1950, os projetos de rupturas seriam inexoráveis em decorrência do alcance de um estatuto de maioria que a tradição procurava obstaculizar (FERREIRA, 1997, p. 2). Nessa perspectiva, de oposição frontal entre tradição e modernidade, realça-se o voluntarismo do sujeito moderno, a quem caberia a construção de seu próprio destino através de uma ação esclarecida, buscando remover os entraves que a

tradição representava frente à instauração de uma nova realidade, livre do atraso e de suas mazelas inerentes.

A geração das décadas de 1960 e 1970 apresenta-se como esse novo sujeito perante o desafio, ao mesmo tempo crucial e cruciante, de reinventar o Cariri sem abrir mão do patrimônio edificado pelas gerações anteriores, que conferia à região um *status* tão festejado, e sem prescindir das benesses que a modernidade recente oferecia, projetando-a para além-fronteira e tirando-a do marasmo provinciano. A solução seria dotar a “aldeia” de toda a “parafernália *high tech*” que a conectasse definitivamente com o mundo.

...

ENQUANTO AINDA ESTÁ EM TEMPO: um leitor mais atento decerto perceberá que a expressão “flor da terra” contida no título deste trabalho ainda não foi mencionada uma única vez. A expressão é a que abre os versos iniciais do hino do Crato – “Flor da terra do sol / Ó berço esplêndido / Dos guerreiros da Tribo Cariri”¹²⁴ – e que aqui foi utilizada enquanto mais uma representação cratense, por ser esta cidade a pioneira na formulação de projetos identitários regionais; mas, também, para representar todos os elementos de ordem natural que são elencados nos discursos dos “especialistas da produção cultural” caririenses.

¹²⁴ Hino do Crato. Letra de autoria de Martins D’Alvarez e música de Joaquim Cruz Neves.

CONSIDERAÇÕES (QUASE) FINAIS

Ao colocar o ponto final neste trabalho, pude perceber o quanto a sua trajetória mudou, desde o momento inicial, quando, por sugestão do meu orientador, ampliei a proposta original, que passou do embate de valores entre tradição e modernidade no Cariri para o projeto identitário regional formulado pelo ICC, - até o momento da qualificação, quando fui orientado a proceder mudanças pontuais no texto esboçado.

Ao tempo em que pesquisava e enquanto escrevia, pude perceber como essa trajetória foi ficando cada vez mais empolgante. Perscrutar e registrar, em palavras, a temática definida teve efeito semelhante a uma viagem através da minha própria história, visto ser uma representação da história de uma região na qual, por alguns motivos, nasci, cresci e vivo. Por essa razão, confesso, foi difícil manter a necessária distância e até ser imparcial. Várias “escorregadas”, neste sentido, foram detectadas pelo meu orientador e pela banca da qualificação. Mas, por fim, pude contabilizar uma série de “lições” que será de grande validade no meu trabalho à frente da disciplina de História do Cariri, no Curso de História da URCA.

A primeira dessas “lições”, e a que eu quero destacar, diz respeito à necessidade de compreender que a escrita da história é muito mais do que uma simples questão de estilo. A historiografia em si é uma prática cultural tanto quanto os objetos ou as temáticas por ela abordados. Assim, a historiografia insere-se, conforme propõe Hall (1997, *apud* SANTI e SANTI, 2008) em um circuito cultural que conjuga diferentes instâncias: produção, consumo, regulação, representação e identidade.

Trocando em miúdos, o exercício de “historiografar”, no meu caso a produção desta dissertação, lega um ensinamento: todas as histórias produzidas e consumidas integram um sistema de linguagem e não passam de representações que buscam, de certa forma, propor ou reivindicar identidades culturais. Portanto, vem a calhar a concepção de Hall (*Idem*) de cultura como um conjunto de significados partilhados que remete para o funcionamento da linguagem como processo de significação. Em suma, é através da utilização que fazemos das coisas, o que dizemos, pensamos e sentimos – e como representamos – que damos significado a essas coisas. Foi assim, que várias gerações de caririenses, com o uso, primordialmente, da história e da linguagem, ou melhor, da historiografia, buscaram significar e ressignificar a região, conferindo-lhe um estatuto histórico - tarefa feita com tanto zelo que ela tornou-se uma entidade que, tal como um espectro, parece pairar sobre a

própria existência. Mas, são apenas sentidos propostos, objetos de um projeto sempre em construção.

Essas foram conclusões que cheguei enquanto desenvolvia este trabalho, junto com uma certeza: busca de significados é o que movimenta historiadores, intelectuais, artistas que pensam, inventam e reinventam uma região, projetando identidades através de representações. Se cada cabeça formula uma sentença, em cada caririense pulula uma região. E a soma de todos os sonhos, desejos e angústia projeta uma região imaginada e imaginária.

Este trabalho também me foi importante no tocante à aproximação com a teoria, esse “bicho-papão” para muitos. Neste sentido, todo o arcabouço adquirido nos “encontros” de Gervásio Aranha, Marinalva Vilar e Iranilson Buriti foram de grande importância. Um texto, lido no decurso do curso, foi crucial: **O lugar da teoria-metodologia na cultura histórica**, de José Carlos Reis. Pela sua leitura, consolidei a convicção de que não se produz pesquisas somente sobre exemplos e fatos concretos. No dizer de Reis (2011, p. 20) “a história é teoria, no sentido estrito [...], e só depois, e a partir de escolhas, decisões, definições, seleções, reflexões e construções teóricas, é crítica documental”. A leitura das fontes, com o uso da lente teórica, pode inclusive mudar o entendimento que se tem ou que se tinha de um dado histórico. Assim aconteceu quando analisei minhas fontes sob os conceitos de representação e de identidade. Gostaria de esclarecer, para efeito metodológico de leitura, que o conceito de identidade submete o conceito de representação, e não contrário, como pode induzir o título do trabalho: Representações e identidades do Cariri cearense. Ou seja: meu objetivo foi analisar os projetos identitários formulados para a região do Cariri com base na elaboração de representações sociais e a partir dos pressupostos da História Cultural. Neste sentido, me foi caro (não no sentido adjetivado) abandonar o apreço que tinha, como cratense “da gema”, à representação de “Cidade da Cultura”, que o Crato tão orgulhosamente ostenta. Isto porque, como esclarece Chartier (2002, *apud* AMARAL; FARIA 2007, p. 184) “a História Cultural é importante para identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Deste autor, como afirmei na apresentação deste trabalho, de grande validade foi o conceito de “representações coletivas”, bem como a relação entre práticas e representações. Com a aplicação desta base teórica, percebi como projetos identitários são desenvolvidos à sombra das relações de poder.

Ao chegar ao corte final do período por mim abordado, o final da década de 1970, quando ficou bem delineado a forma como a geração de jovens artistas e intelectuais caririenses reinventaram a região através de um projeto identitário repaginado com as “sobras” dos discursos formulados pelos fundadores do ICC,- concluí que essa temática ainda tem muito a render. A década de 1980 foi de afirmação para aquela nova geração, que se tornando adulta, passa a ocupar espaços cada vez mais amplos e representativos. Seria interessante dar continuidade a essa investigação e poder perceber o alcance daquele projeto identitário diante de uma conjuntura bastante interessante, considerando o alargamento das possibilidades de comunicação e deslocamento proporcionado pelas novas tecnologias. Algumas consequências desse processo apontam para mudanças significativas no conceito de identidade, além do reforço das identidades regionais, motivado pela resistência à globalização e sua tendência à homogeneização cultural (HALL, 2005).

Portanto, outra conclusão: não há conclusão. O ponto final que cravei ao terminar esta dissertação não finalizou nada. Ao contrário, pois foi intensa a vontade de sair peregrinando pela trajetória que se estabeleceu. Visitar os marcos que se delinearam. Registrar paisagens e monumentos que se revelaram. Refletir sobre os significados que se impuseram. Continuar pensando sobre os meus objetos de pesquisa e estudo, já pensando em novos desafios.

Enfim, estas foram apenas histórias que eu contei. Quem puder que conte outras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Impressos

ABREU, Capistrano de. **Capítulos da história colonial (1500-1800)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009.

ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza-Crato, 1859**. Fortaleza; Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

ALVES, Maria Daniele. **Desejos de civilização: representações liberais no jornal O Araripe**. 149 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

AQUINO, João Lindemberg de. “Valorização do Cariri”. In: **Itaytera**, Ano III, nº 3. Crato: Instituto Cultural do Cariri, 1957, pp. 187-189.

ARAÚJO, Antonio Gomes de. “O Instituto, Frei Carlos e o Jardim da Praça da Sé”. In: **Itaytera**, Ano I, nº 1. Crato: Instituto Cultural do Cariri, 1955, pp. 162-165.

_____. “Apostolado do embuste”. In: **Itaytera**, Ano 2, nº 2. Crato: Instituto Cultural do Cariri, 1956, pp. 3-63.

_____. “Raízes Sergipanas (século XVIII)”. In: **Itaytera**. Crato Instituto Cultural do Cariri, nº 3, 1957, pp. 3-41.

A cidade de Frei Carlos. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, Coleção Estudos e pesquisas, 1971.

_____. **Povoamento do Cariri**. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, Coleção Estudos e Pesquisas, 1973.

ATA da Sessão de Fundação e Instalação do Instituto Cultural do Cariri e de Eleição de Sua Primeira Diretoria. In: **Itaytera**, Ano I, nº 1. Crato: Instituto Cultural do Cariri, 1955, pp. 179-180.

BARBOSA, Geraldo Menezes. “Povoamento do Cariri”. In: **Jornal do Cariri**, Crato, 14 set. 2009.

BARROS, José D'Assunção. História, Espaço e Tempo. In: **Varia História**, vol. 22, nº 36. Belo Horizonte, Jul/Dez 2006, pp. 460-476.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcante. **A terra da Mãe de Deus**. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Brasília: INL, 1988.

BARTH, Fredrik. “Os grupos étnicos e suas fronteiras”. In: POUTIGNAT, Philippe. **Teoria de etnicidade**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, pp. 187-227.

BIBLIOGRAFIA, notas e comentários. In: **Itaytera**, Ano IV, nº 4. Crato, Instituto Cultural do Cariri, 1958, pp.143-154.

BORGES, Raimundo. “O Instituto Cultural do Cariri”. In: **Itaytera**, nº 43. Crato: Instituto Cultural do Cariri, 1999, pp. 11-13.

_____. **O Crato intelectual (dados bio-bibliográficos)**. Coleção Itaytera. Crato: [s. n.], 1995.

BURKE, Peter. “Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro”. In: **A escrita da história: novas perspectivas**. SP: Unesp, 1992, pp. 7-16.

CARIRY, Rosemberg. “Todos os caminhos levam ao Massafeira”. In: SOUSA, Ednardo Soares da Costa (Org.). **Massafeira: 30 anos Som, Imagem, Movimentos, Gente**. Fortaleza: Edições Musicais, 2010, pp. 96-123.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Tradução Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papirus, 1995.

CASTELO, José. **Cadernos de literatura brasileira**, nº 25. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2011.

CHARTIER, Roger. **A força das representações: história e ficção**. Chapecó: Argos, 2011.

_____. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 2002.

COMEMORAÇÕES da Revolução de 1817, em Crato. In: **Itaytera**, nº 11. Crato: Instituto Cultural do Cariri, 1967, pp. 50-51.

CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da cidade da cultura: Crato (1889-1960)**. 211 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de História, Rio de Janeiro, 1999.

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França Moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DESAN, Suzanne. “Massas, Comunidade e Ritual na Obra de E. P. Thompson e Natalie Davis”. In: HUNT, L. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **Regiões culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, INEP, Ministério da Educação e Cultura, 1960.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESTATUTOS do Instituto Cultural do Cariri. In: **Itaytera**, Ano I, nº 1, Crato: Instituto Cultural do Cariri, 1955, pp. 181-188.

FEITOSA, Antonio. “O papel da Igreja Católica no desenvolvimento religioso e cultural do Crato”. In: **Itaytera**, ano I, nº 1. Crato, Instituto Cultural do Cariri, 1955, pp. 143-146.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **A civilização do açúcar – Séculos XVI e XVIII**. 8. ed., São Paulo: Brasiliense, 1992.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: MARQUES, Roberto. **Contracultura, tradição e oralidade: (Re)inventando o sertão nordestino na década de 70**. São Paulo: Annablume, 2004, pp. 11-15.

FIGUEIREDO FILHO, José de. “Explicando”. In: **Itaytera**, Ano I, nº 1. Crato, Instituto Cultural do Cariri, 1955, pp. 1-2.

_____. “A Jornada Prossegue, Incentivada pelas Primeiras Vitórias”. In: **Itaytera**, Ano II, nº 2. Crato: Instituto Cultural do Cariri, 1956, pp. 1-2.

_____. “Poucas palavras neste terceiro número...”. In: **Itaytera**, Ano III, nº 3. Crato: Instituto Cultural do Cariri, 1957, p. 1.

_____. **Engenhos de rapadura do Cariri**. Documentário da Vida Rural nº 13. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura, 1958.

_____. “Renasce Pujante o Rico Folclore Caririense”. In: **Itaytera**, Ano IV, nº 4. Crato, Instituto Cultural do Cariri, 1958, pp. 1-2.

_____. “Representantes Fósseis da Fauna Paleontológica em Nosso Museu”. In: **Itaytera**, Ano V, nº 5. Crato: Instituto Cultural do Cariri, 1959, pp. 3-6 e 8.

_____. **O folclore no Cariri.** Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1966.

_____. **História do Cariri.** v.I. Coedição Secult/Edições URCA.- Fortaleza: Edições UFC, 2010a.

_____. **História do Cariri.** v.II. Coedição Secult/Edições URCA.- Fortaleza: Edições UFC, 2010b.

_____. **História do Cariri.** v.III. Coedição Secult/Edições URCA.- Fortaleza: Edições UFC, 2010c.

_____. **História do Cariri.** v.IV. Coedição Secult/Edições URCA.- Fortaleza: Edições UFC, 2010d.

_____; PINHEIRO, Irineu. **Cidade do Crato.** Fortaleza: coedição Secult/Edições URCA, Fortaleza: Edições UFC, 2010.

FOLHA DE PIQUI, Ano I, nº 3. Crato, mar./abr. de 1984.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975.

GIRÃO, Valdelice. “Da conquista e implantação dos primeiros núcleos urbanos na Capitania de “Siará Grande”. In: SOUSA, Simone de (org.). **História do Ceará.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

GOMES, José Eudes Arrais Barroso. **Milícias de Del’Rey: Tropas militares e poder no Ceará setecentista.** 273 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2009.

GUINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes.** São Paulo. Companhia das Letras, 1987.

_____. **Olhos de madeira:** nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HALL, Stuart. “A centralidade da cultura”: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Porto Alegre: **Educação & Realidade**, v. 22, nº2, jul./dez. 1997, pp. 15-46.

_____. **A Identidade cultural da pós-modernidade.** Tradução Tomás Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro – Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

ITAYTERA. Crato Instituto Cultural do Cariri, 1955-2000. Anual.

MACEDO, Joaryvar. **Império do bacamarte**: Uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense. Fortaleza: UFC, Casa de José de Alencar, Programas Culturais, 1990.

MARQUES, Roberto. **Contracultura, tradição e oralidade**: (re)inventando o sertão nordestino na década de 70. São Paulo: Annablume, 2004.

MARTINS FILHO, Antônio. Memórias: menoridade (1904-1925). 3. Ed., Fortaleza: Imprensa Universitária/UFC, 1992.

_____. “Discurso de saudação a José de Figueiredo Filho, na sessão de sua posse, na Academia Cearense de Letras”. In: **Itaytera**, nº 12. Crato: Instituto Cultural do Cariri, 1968, pp. 157-164.

MELO, Rosilene Alves de. **Arcanos do Verso**: trajetórias da literatura de cordel. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

NASCIMENTO. F. S. “Esboço da evolução literária do Crato”. In: **Itaytera**, Ano IV, nº 4. Crato: Instituto Cultural do Cariri, 1958, pp. 56-70.

NORA, Pierre. “Entre memória e história. A problemática dos lugares”. In: **Revista Projeto História**, nº 10. São Paulo, 1993, pp. 71-92.

OLIVEIRA, Almir Leal de. “O Cariri na cultura histórica do século XIX. In: CAVALCANTE, Maria Juraci *et al.* **História da Educação - vitrais da memória**: lugares, imagens e práticas culturais. Fortaleza: Edições UFC, 2008, pp. 418-431.

PINHEIRO, Francisco José. “O processo de romanização no Ceará”. In: SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará**. Fortaleza: Universidade federal do Ceará/ Fundação Demócrito Rocha / Stylus Comunicações, 1989.

PINHEIRO, Irineu. **O Cariri**: seu descobrimento, povoamento, costume. Coedição Secult/Edições URCA. Fortaleza: Edições UFC, 2010a.

_____. **Efemérides do Cariri**. Coedição Secult/Edições URCA.- Fortaleza: Edições UFC, 2010b.

_____. **O Joaseiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914**. Fortaleza: Editora IMEPH, 2011.

RAFAEL, Armando Lopes. **Os dois Leandros**. Crato, edição do autor, 2011.

REIS, José Carlos. “O lugar da teoria-metodologia na cultura histórica”. In: **Revista de Teoria da História**, Ano 3, nº 6, Universidade Federal de Goiás, dez. 2011.

RIOS, Renato de Mesquita. **João Brígido e sua escrita de uma história para o Ceará: narrativa, identidade e estilo (1859 – 1919)**. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

SERAINE, Florival. **Antologia do folclore cearense**. Fortaleza: Edições UFC, 1983.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos culturais / Tomaz Tadeu da Silva (org)**. Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. Nota Explicativa. In: ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza-Crato, 1859**. Fortaleza; Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006, pp. 7-37.

_____. Advertência. In: ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão: Crato-Rio de Janeiro, 1859-1860**. Fortaleza; Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006, pp. 9-10.

STEPAN, Nancy Leys. Identidades Nacionais e Transformações Raciais. In: **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, pp. 149-185.

TEMÓTEO, Jurandy. **Anos de chumbo – O Movimento Político Estudantil e a Ditadura Militar no Crato**. Crato: A Província Editora, 2013.

TOCANTE Homenagens Póstumas ao Presidente do Instituto Cultural do Cariri, In: **Itaytera**, nº 18, Crato: Instituto Cultural do Cariri, 1974, pp. 6-8.

VIANA, José Ítalo Bezerra. **O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: Memória, escrita da história e representações da cidade**. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Fortaleza, 2011.

VIANA, Ulysses. “O Poeta Aderson Siebra”. In: **Revista Itaytera**, Ano IV, nº 4. Crato: Instituto Cultural do Cariri, 1958, pp. 99-102.

WOODWARD, Kathryn. “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”, In: SILVA, Thomaz T. da. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

Meios eletrônicos

ADERALDO, Mozart Soriano. Velhas receitas da cozinha nordestina. **Revista do Instituto do Ceará**. Disponível em: <<http://www.institutodoceara.org.br/asp/images/revporano/1962/1962-VelhasReceitasCozinhaNordestina.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

ALVES, Hildebrando Maciel, José Alves de Figueiredo Filho e a invenção do Cariri. Disponível em: <http://www.ce.anpuh.org/1342205804_ARQUIVO_ArtigofinalAnpuh.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2013.

AMARAL, Ieda Ramona do; FARIA e Luciane Miranda. “Resenha sobre o livro de Roger Chartier: a história cultural entre práticas e representações. In: **Revista de Educação Pública**, v. 16 n. Cuiabá, jan.-abr. 2007, pp.183-186. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/176618800/21-resenha-Sobre-o-Livro-de-Roger>>. Acesso, 28 jan. 2014.

ANGELIM, Genildo Moreira e BRAGA, Elinaldo Menezes. **A música do começo do mundo**. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/anais/Icbeu_anais/anais/cultura/caba%E7al.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2013.

ARARIPE, Flamínio. **História do Cariri: Política, Revolução, economia e cultura**. Disponível em: <<http://desimbloglio.blogspot.com.br/2011/04/historia-do-cariri-politica-revolucao.html>>. Acesso em: 2 set. 2013.

_____. **A vida de J. de Figueiredo Filho**. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=983147>>. Acesso em: 3 set. 2013.

_____. **Secretaria de Cultura se compromete na Urca a reeditar mais três livros do escritor J. de Figueiredo Filho**. Disponível em: <<http://desimbloglio.blogspot.com.br/2011/08/secretaria-de-cultura-se-compromete-na.html>>. Acesso em: 3 set. 2013.

ARAÚJO, Pe. Antônio Gomes de. **Informações sobre a paróquia do Crato**. Disponível em: <http://www.diocesedecrato.org/inc_paginas.php?incPagina=lis_secatedral_freguesiacrato.php>. Acesso em: 21 ago. 2013.

CARIRY, Rosemberg. “Cariri, a nação das utopias”. In: **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 30 nov 2008. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=594331>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

CARTAXO, Francisco. **Lei de Chico de Brito**. Disponível em: <http://www.diariodosertao.com.br/artigo.php?id_artigo=20100216091414>. Acesso em: 18 ago. 2013.

CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual”. In: **Dados**, v.40 n.2. Rio de Janeiro 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 26 jul. 2013.

CORDEIRO, Patrícia Alves Beserra e BUSSON, Aline Freitas. Araripe e Cariri: construção da imagem do Ceará no vocabulário indígena de Paulino Nogueira (1887). **Revista Ameríndia**, v.8, n.1, maio de 2010. Disponível em: <http://www.amerindia.ufc.br/Anteriores/Vol08/vol08_02>. Acesso em: 19 mar. 2013.

CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. **Trabalhadores do sertão: formação social e identidade dos povos sertanejos do Cariri na segunda metade do século XIX**. São Paulo, julho 2011, Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/>>. Acesso em: 29 ago. 2013.

DIAS, Carlos Rafael. **A Civilização da Rapadura**. Disponível em: <<http://blogdocrato.blogspot.com.br/2007/12/seguindo-o-esquema-proposto-por-darcy.html>>. Acesso em: 1 set. 2013.

_____. **Memória dos festivais da canção do Cariri comprova tropicalismo regional**. Disponível em: <<http://cariricult.blogspot.com.br/2007/11/memria-dos-festivais-da-cano-do-cariri.html>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

FUNDAÇÃO Padre Ibiapina. Disponível em: <<http://www.catolicadocariri.edu.br/mantedora.html>>. Acesso em: 29 jun. 2013.

FERNANDES, Janaína e SOUZA, Océlio Teixeira de. **Irmandade do Rosário dos Homens Pretos no Cariri cearense: espaço de sociabilidade e solidariedade**. Disponível em: <http://www.ce.anpuh.org/download/anais_2010_pdf/st05/Jana%EDna_Artigo_%FAltima_vers%E3o.pdf>. Acesso em: 6 set. 2013.

GASPAR, Lúcia. **Padre Ibiapina**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 29 jun. 2013.

HISTÓRICO. Disponível em: <<http://www.fundacaopadreibiapina.org.br/historico.html>>. Acesso em: 29 jun. 2013.

MOREIRA, Sara Cavalcante e SOUZA, Océlio Teixeira. **Caridade e fé no Cariri Cearense**: A ação missionária do Padre Ibiapina nas Vilas de Crato e Barbalha. Disponível em: <http://www.ce.anpuh.org/download/anais_2010_pdf/st05/Artigo_refeito_sara.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2013.

MEMÓRIA dos festivais da canção do Cariri comprova tropicalismo regional. Disponível em: <<http://cariricult.blogspot.com.br/2007/11/memria-dos-festivais-da-cano-do-cariri.html>>. Acesso em 26 jan. 2014.

MUSEU Histórico do Crato. Disponível em: <<http://www.citybrazil.com.br/ce/crato/atracoes-turisticas/atrativos-culturais>>. Acesso em: 26 ago. 2013.

_____. Disponível em: <<http://ondequando.com/local/4327/Museu-Hist%C3%B3rico-do-Crato-%28Mhc%29>>. Acesso em: 26 ago. 2013.

NORÕES, Everardo. **Um certo padre Gomes**. Disponível em: <<http://cariricaturas.blogspot.com.br/2010/04/um-certo-padre-gomes-por-everardo.html>>. Acesso em: 16 ago. 2013.

QUEM é quem no cinema. Disponível: em <http://www.filmeb.com.br/quemequem/html/QEQ_profissional.php?get_cd_profissional=PE396>. Acesso em: 11 dez 2013.

RAFAEL, Armando Lopes. **Frei Carlos Maria de Ferrara, esse esquecido**. Disponível em: <<http://www.crato.org/chapadadoararipe/2010/06/30/frei-carlos-maria-de-ferrara-esse-esquecido-por-armando-lopes-rafael-2/>>. Acesso em: 7 ago. 2013.

_____. **Professores de História homenagearam Padre Gomes**. Disponível em: <<http://www.crato.org/chapadadoararipe/2010/06/26/professores-de-historia-homenagearam-padre-gomes-%E2%80%93-por-armando-lopes-rafael/>>. Acesso em: 4 set. 2013.

_____. **Joaquim Pinto Madeira**. Disponível em: <http://cariricangaco.blogspot.com.br/2010/01/joaquim-pinto-madeira-por-armando-lopes_28.html>. Acesso em: 21 jan. 2014.

RIBEIRO, Rejane de Almeida. Aspectos dos romances históricos tradicional e pós-moderno, Olímpia: **Scientia FAER**, Ano 1, Volume 1, 2º Semestre, 2009. Disponível em: <[http://www.f aer.edu.br/revistafaer/artigos/edicao1/74-81__rejane_de_almeida_ribeiro\[1\].pdf](http://www.f aer.edu.br/revistafaer/artigos/edicao1/74-81__rejane_de_almeida_ribeiro[1].pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2013.

RIOS, Renato de Mesquita. **João Brígido e os modos de se compor uma história para o Ceará (1859 – 1919)**. Disponível em: <<http://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anais/Renato%20de%20Mesquita%20Rios.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2014.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Tradição e Modernidade**. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-tradicao-modernidade.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2013.

SALATIEL, Luiz Carlos. **Limite**. Disponível em: <<http://oberronet.blogspot.com.br/2012/04/embalado-para-viagem-54.html>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

SANTI, Heloise Chierentin; SANTI, Vilso Junior Chierentin. “Stuart Hall e o trabalho das representações”. In: **Revista Anagrama** – Revista Interdisciplinar da Graduação, Ano 2 - Edição 1 – Setembro/Novembro de 2008.

SANTOS, Elizângela. Novos equipamentos exibirão filmes em terceira dimensão. **Diário do Nordeste**. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1171547>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

SEMEÃO, Jane; GONÇALVES, José Cláudio Leôncio. Instituto Cultural do Cariri: (re)inventando o espaço do Cariri cearense (1950-1970). **Revista Embornal**, v.1, n.2, julho/dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.ce.anpuh.org/embornal2/jane_emeao_jose_claudio.pdf>. Acesso em: 15 mar 2013.

_____; GOMES, Assis Daniel. Folclore: **Patrimônio e memória identitária caririense (1953-1980)**. Disponível em: <http://www.ce.anpuh.org/1341755672_ARQUIVO_textocompletoparaanpuh-pibic-14.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2013.

URANO, Geraldo. **A cor do lírio**. Disponível em: <<http://blogvagalumes.blogspot.com.br/2008/03/cor-do-lrio.html>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

VIANA, José Ítalo Bezerra. **Orgulhosa (mente) cratense: o Instituto Cultural do Cariri e o pensamento intelectual sobre a cidade (Crato: 1950-1960)**. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0598.pdf>> . Acesso em: 25 ago. 2013.

VICELMO, Antonio. **Histórias do Cariri são reeditadas pela Urca**. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=470986>>. Acesso em: 29 jun. 2013.

_____. **Museu preserva memória regional.** Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=167467>>. Acesso em: 26 ago. 2013.

Iconografia

BANTIM, Jackson. **O poeta Patativa.JPEG.** Altura: 192 pixels . Largura: 300 pixels. Disponível em: <<http://cineclubelaguna.wordpress.com/2010/08/23/exibicao-de-2508-patativa-do-assare-ave-poesia/>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

CARIRI, Dedé. **Engenho.JPEG.** Altura: 818 pixels. Largura: 1.225 pixels. Disponível em: < <http://fotografiacariri.blogspot.com.br/2012/05/engenho-dede-cariri.html>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

Círculo de Nossa Senhora das Dores.JPEG. Altura: 462 pixels. Largura: 640. Pixels. Disponível em: <http://oberronet.blogspot.com.br/2013/12/eis-os-novos-centenarios-guerra-de-1914_19.html>. Acesso em: 14 fev. 2014. Autor desconhecido.

DUARTE, Heládio. **Chapada do Araripe.JPEG.** Altura: 358 pixels. Largura: 537 pixels. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=779269868766196&set=a.428413810518472.119561.100000495711253&type=1&theater>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

Festival da canção.JEPG. Altura: 535 pixels. Largura: 816 pixels. Disponível em: <<http://caricult.blogspot.com.br/2007/11/colquio-festivais-da-cano-do-cariri-um.html>>. Acesso em: 15 fev. 2014. Autor desconhecido.

Grupo cactus.JPEG. Altura: 400 pixels. Largura: 284 pixels. Disponível em: < <http://caricult.blogspot.com.br/2007/11/colquio-festivais-da-cano-do-cariri-um.html>>. Acesso em: 15 fev. 2014. Autor desconhecido.

Irineu Pinheiro.JPEG. Altura: 512× pixels. Largura 410 pixels. Disponível em: <<https://picasaweb.google.com/106786410902092235494/NossosPresidentes#5674941354164108194>>. Acesso em: 14. Fev. 2014. Autor desconhecido.

Irmãos Anicete. JPEG. Altura: 240 pixels. Largura: 320 pixels. Disponível: <<http://acarauprerecordar.blogspot.com.br/2011/05/aniceto-banda-cabacal-faz-apresentacao.html>>. Acesso em: 15 fev. 2014. Autor desconhecido.

J. de Figueiredo Filho.JPEG. Altura: 619 pixels. Largura: 426 pixels. Disponível em: <<http://desimbloglio.blogspot.com.br/2012/10/publicidade-e-imagem-idealizada-da.html>>. Acesso em 14 fv. 2014. Autor desconhecido.

O Araripe.JPEG. Altura: 342 pixels. 200 pixels. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/o-araripe-jornal-politico-e-noticioso/213306>>. Acesso em: 14 fev. 2014. Autor desconhecido.

Pe. Antonio Gomes de Araujo.JPEG. Altura: 400 pixels. Largura: 290pixels. Disponível em: <<http://familiaesmeraldogenealogia.blogspot.com.br/2011/10/familia-esmeraldo-na-integra-fonte-da.html>>. Acesso em: 14 fev. 2014. Autor desconhecido.

Revista Itaytera.JPEG. Altura: 204 pixels. Largura: 128 pixels. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=7glmAAAAMAAJ&hl=pt-PT&source=gbs_book_other_versions>. Acesso em: 14 fev. 2014. Autor desconhecido.

Seminário São José. JPEG. Altura: 362 pixels. Largura: 640 pixels. Disponível em: <http://www.familiafeitosa.com/index.php?page=paginas/alfabeto/antonio_alves_feitosa.php>. Acesso em: 14 fev. 2014. Autor desconhecido.

ANEXOS



Chapada do Araripe (Foto: Heládio Duarte)



Jornal O Araripe (1855-1864)



Seminário São José (fundado em 1875)



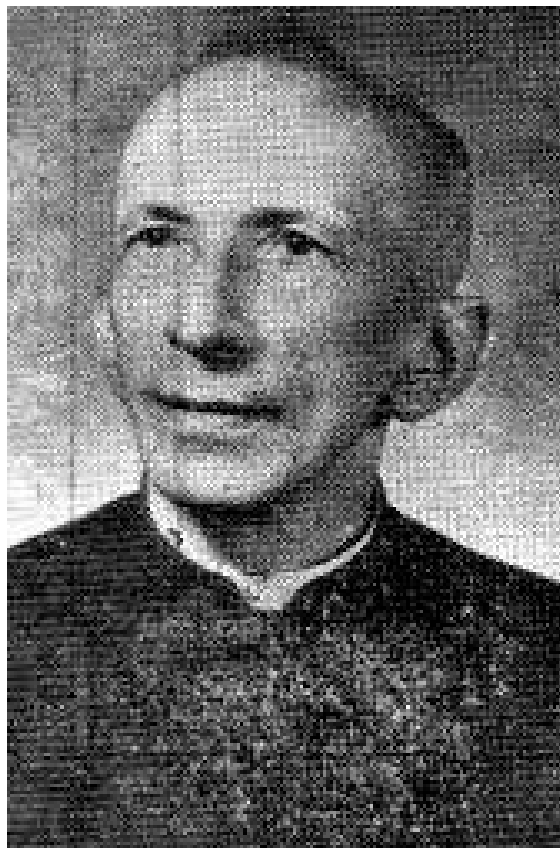
Ilustração do “Círculo da Mãe das Dores” (Sedição de Juazeiro, 1914)



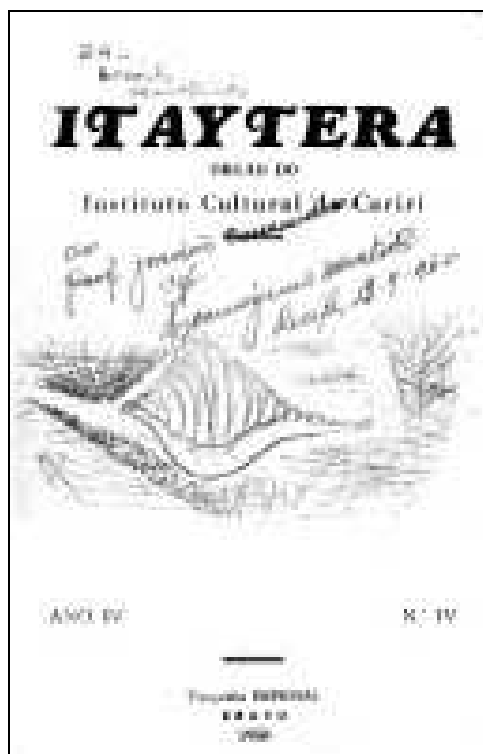
Irineu Pinheiro (1881-1954)



J. de Figueiredo Filho (1904-1973)



Padre Antonio Gomes de Araujo (1900-1989)



Revista Itaytera (1955-2000)



Fabrico da rapadura (Foto: Dedé Cariri)



Banda Cabaçal dos Irmãos Anicetos



Grupo Cactus, vencedor do I Festival da Canção do Cariri (1971)



Grupo Gitirana (ex Cia. Limitada)
Festival da Canção do Cariri (1976)



O poeta Patativa do Assaré, com a esposa e o cineasta Rosemberg Cariry
(Foto: Jackson Bantim)